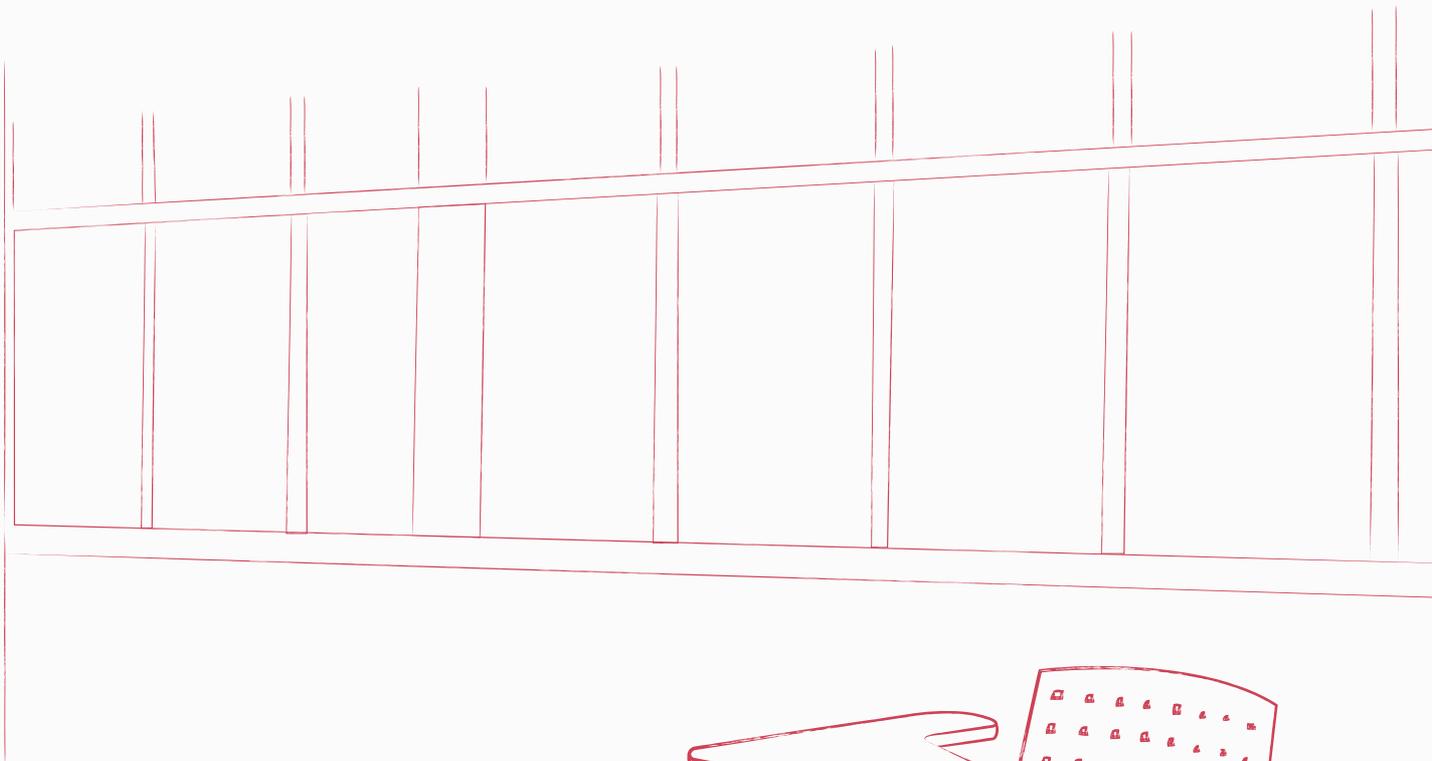


Do sonho à prática:

Um estudo sobre motivações e
aspirações de estudantes de
Arquitetura e Urbanismo da UFPE

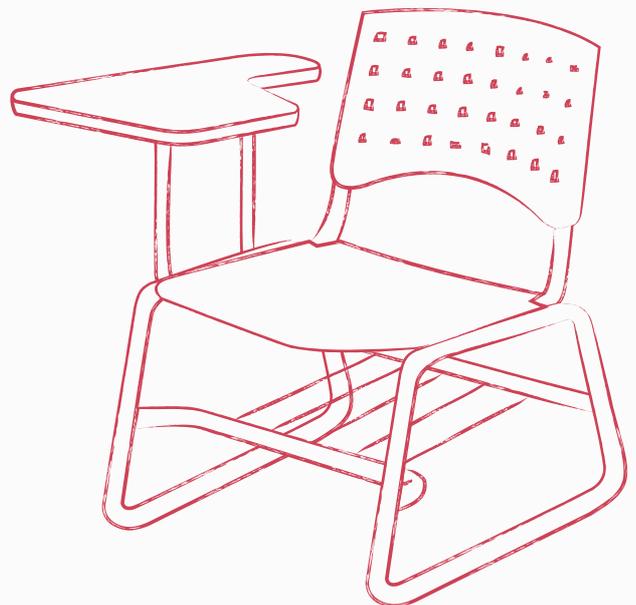


ORIENTANDA

Mayra Geovanna de Sousa Santos

ORIENTADORA

Prof.: Dr^a. Adriana Carla de Azevedo Borba



ORIENTANDA: Mayra Geovanna de Sousa Santos

**Do sonho à prática: um estudo sobre motivações e aspirações de
estudantes de Arquitetura e Urbanismo da UFPE**

Trabalho de Curso apresentado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco.

Recife - PE

Julho - 2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Sousa Santos, Mayra Geovanna de.

Do sonho à prática: um estudo sobre motivações e aspirações de estudantes de
Arquitetura e Urbanismo da UFPE / Mayra Geovanna de Sousa Santos. -
Recife, 2025.

105 p. : il., tab.

Orientador(a): Adriana Carla de Azevedo Borba

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo -
Bacharelado, 2025.

Inclui referências, apêndices.

1. Perfil socioeconômico universitário. 2. Projeto Pedagógico do Curso. 3.
Lei de Cotas. 4. Negócio de Impacto. I. Borba, Adriana Carla de Azevedo.
(Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)

Mayra Geovanna de Sousa Santos

Do sonho à prática: um estudo sobre motivações e aspirações de
estudantes de Arquitetura e Urbanismo da UFPE

Monografia apresentada ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco.

APROVADA EM: / /2025

BANCA EXAMINADORA

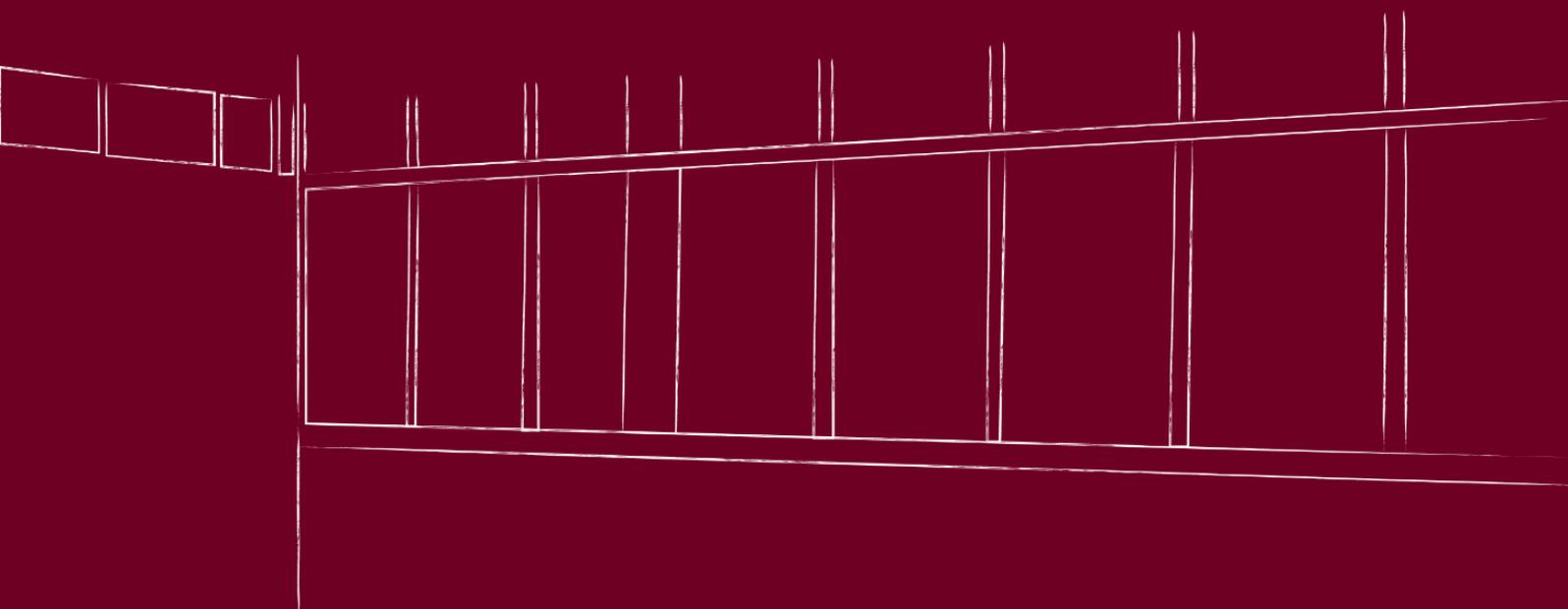
Prof. Dr^a. Adriana Carla de Azevedo Borba (UFPE)

(ORIENTADORA)

Prof. Dr. Ênio Laprovitera da Motta (UFPE)

(MEMBRO INTERNO)

Prof. M.a Emanuelle Albuquerque de Oliveira Souza (IFRN)



Aos colegas de curso e a todos os estudantes que,
assim como eu, são a primeira geração de suas
famílias a ter acesso ao ensino superior.

AGRADECIMENTOS

Ao fim desse trabalho, a caminho pra casa, fui tomada por uma frase no muro de um viaduto que dizia “um galo sozinho não tece a manhã”.

Sinto que essa frase não reflete apenas esse trabalho, mas minha trajetória pessoal até chegar nele. Nesse momento de conclusão de uma graduação em uma universidade que foi tão importante pra mim, quero agradecer a todos que participaram dessa jornada compartilhando comigo todo o conhecimento que me possibilitou crescer dentro desse espaço. Agradeço a todas as experiências e oportunidades que tive.

À minha orientadora, Adriana, agradeço pelo abraço que, embora não literal, foi abrigo. Obrigada por me mostrar que, apesar dos desafios, o sonho da conclusão era possível, e por não poupar esforços para caminhar comigo nesse percurso.

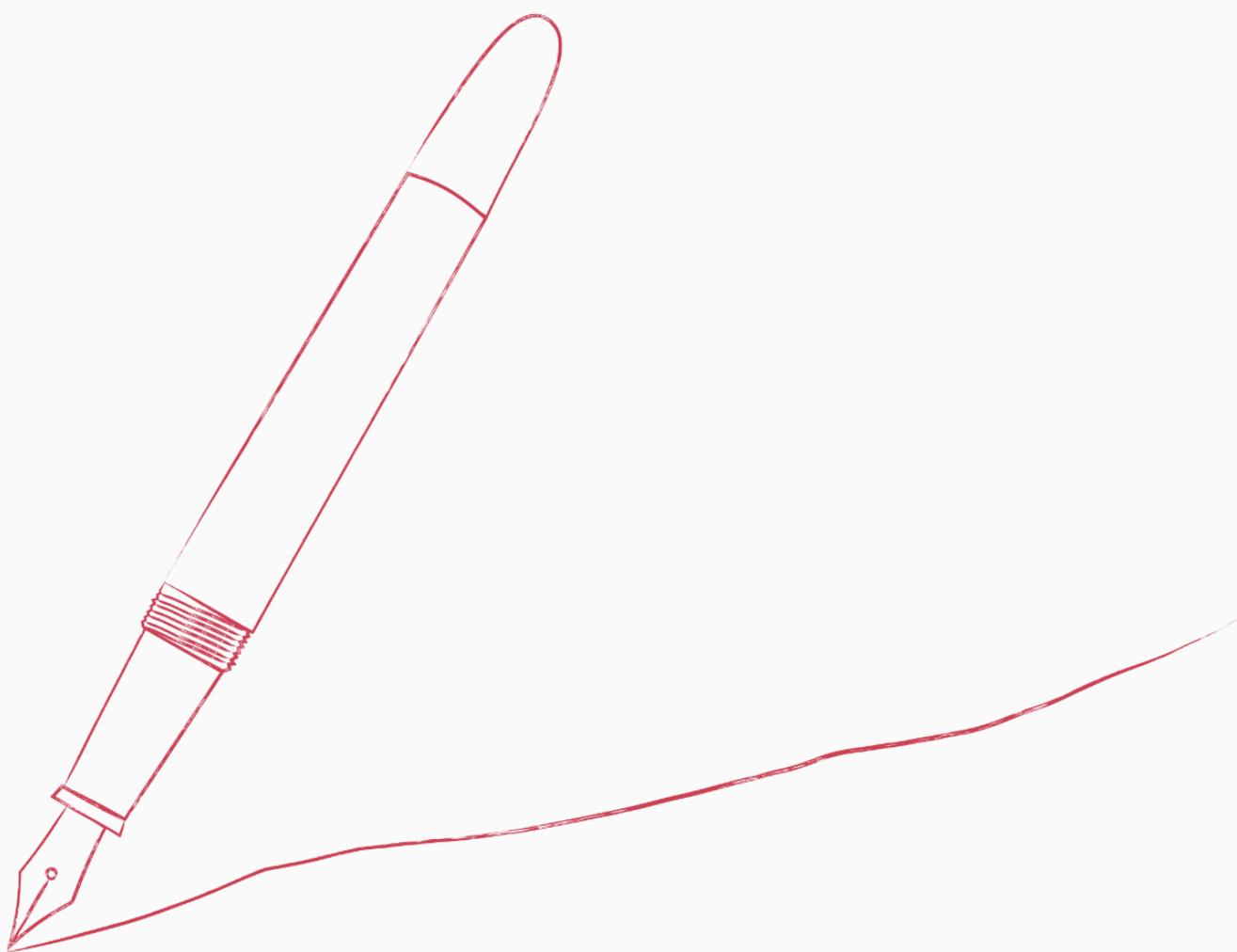
Aos colegas do curso, agradeço por me doarem um pouquinho de si em cada resposta do formulário que origina esse trabalho mas principalmente em todas as conversas e vivências que tivemos juntos que, direta ou indiretamente, me impulsionaram a escrever esse tema. Durante esse percurso, compartilhamos sonhos.

Agradeço, para além de mim, a todos os membros do Abra Arquitetura, Arquitetura Faz Bem, Dona Obra, e Massapê que fazem um trabalho tão importante para tantas pessoas. Agradeço também por disponibilizaram um momento do seu tempo para participarem das entrevistas, que foram essenciais no desenvolvimento desta pesquisa. Tenho firme convicção de que vocês inspiram muitos de nós.

Aos meus amigos, que fazem parte de mim, obrigada por partilharem, com muito carinho e apoio, mudanças de percursos e destinos. Obrigada por estarem comigo nos sonhos, alegria e nas dores e nas frustrações.

Por fim, agradeço aos meus pais, que são minha base. Ao meu irmão, que me inspira e me abre caminhos. Ao meu namorado, que caminha junto a mim mesmo quando o chão é nuvem. E aos meus falecidos avós, que pescaram peixes e fizeram de tudo um pouco, a quem eu queria que me vissem aqui.

A manhã foi tecida em conjunto. O sonho foi construído junto.



**“Para mim, o centro de tudo é a
questão da justiça social”**

(Maricato, Ermínia. Frase atribuída. 2020)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral compreender como as experiências subjetivas de estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE se articulam com o surgimento e a consolidação de práticas profissionais voltadas ao impacto social na Região Metropolitana do Recife (RMR). Para isso, Estrutura-se em três objetivos: compreender como as contradições urbanas de Recife impulsionam uma geração movida pela transformação; entender a atuação do arquiteto a partir de sua formação, perfil e motivações; e investigar práticas de impacto social na RMR, considerando sua origem e continuidade. O trabalho parte do reconhecimento de que Recife é marcada por desigualdades históricas que afetam seus moradores e a vivência acadêmica. A ampliação do acesso ao ensino superior por meio da Lei de Cotas tem reconfigurado o perfil discente, trazendo pessoas de contextos vulneráveis, com maior sensibilidade e desejo de transformação. Essas trajetórias ajudam a explicar o surgimento de iniciativas profissionais criadas por arquitetos e urbanistas inconformados com os modelos tradicionais da profissão. A fundamentação dialoga com três eixos: o papel social do arquiteto e urbanista e as transformações na prática profissional; os dados sobre o ensino superior público e a diversidade estudantil; e os debates sobre empreendedorismo social e inovação territorial. A pesquisa combinou métodos quantitativos e qualitativos, com revisão bibliográfica, aplicação de formulário com estudantes da UFPE, análise de dados institucionais sobre cotas e entrevistas com quatro organizações de impacto social da RMR. Os dados foram sistematizados em gráficos e tabelas, e as respostas abertas interpretadas com base na análise temática. Os resultados indicam que muitos estudantes associam sua escolha profissional ao desejo de melhorar vidas em territórios vulneráveis. Esse desejo se conecta com histórias de profissionais que, por frustração ou consciência de classe, fundaram organizações sustentáveis, articuladas em redes e orientadas por valores coletivos. Assim, a pesquisa aponta para um movimento concreto e crescente por uma Arquitetura e Urbanismo mais justa, ética e comprometida com o território.

Palavras-chave: Perfil socioeconômico universitário; Projeto Pedagógico do Curso; Lei de Cotas; Negócio de Impacto.

Número de páginas: 104.

ABSTRACT

This study aims to understand how the subjective experiences of students of the Architecture and Urbanism major at Federal University of Pernambuco (UFPE) are articulated with the emergence and consolidation of professional practices aimed at social impact in the Metropolitan Region of Recife. For this, it is structured in three objectives: to understand how Recife's urban contradictions propel a generation driven by transformation, to understand the architect's performance from his training, profile and motivations, and to investigate practices of social impact in the Metropolitan Region of Recife, considering its origin and continuity. The work is based on the recognition that Recife is marked by historical inequalities that affect its residents and the academic experience. The broadening of access to higher education through the affirmative action policies in higher education has reconfigured the student profile, integrating people from vulnerable contexts, with greater sensitivity and desire for transformation. These trajectories help explain the emergence of professional initiatives created by architects and urban planners dissatisfied with the traditional models of the profession. The foundation resonates with three pillars: the social role of the architect and urban planner and the transformations in professional practice; data on public higher education and student diversity; and debates on social entrepreneurship and territorial innovation. The research combined quantitative and qualitative methods, with bibliographic review, application of forms answered by UFPE students, analysis of institutional data on social quotas and interviews with four social impact organizations from the Metropolitan Region of Recife. The data was arranged in graphs and tables and open answers were interpreted based on thematic analysis. The results show that many students associate their professional choice with the desire to improve lives in vulnerable territories. This desire is linked to stories of professionals who, out of frustration or class consciousness, founded sustainable organizations, hinged in networks and guided by collective values. Thus, the research points to a concrete and growing movement for a more ethical, fairer, and more committed Architecture and Urbanism within the territory.

Key words: Undergraduate socioeconomic profile; Course's pedagogical project; Affirmative action policies in higher education; Social enterprise.

Number of pages: 104.

Lista de gráficos

Gráfico 1: Dados de faixa etária de graduandos.....	30
Gráfico 2: Dados de autodeclaração de raça dos graduandos.....	31
Gráfico 3: Dados de identidade de gênero dos graduandos.....	32
Gráfico 4: Dados de renda direta dos graduandos.....	33
Gráfico 5: Dados de origem escolar dos graduandos.....	34
Gráfico 6: Dados de lugar de origem dos graduandos.....	35
Gráfico 7: Dados de subáreas de interesses.....	36
Gráfico 8: Dados de experiência no mercado de trabalho formal por período.....	37
Gráfico 9: Dados da autopercepção de maturidade para o mercado de trabalho por período... 39	
Gráfico 10: Dados da autopercepção de maturidade para empreender por período.....	40
Gráfico 11: Dados de experiência no mercado de Arquitetura e Urbanismo social por período.....	41
Gráfico 12: Dados de percepção do potencial social da Arquitetura e Urbanismo.....	42
Gráfico 13: Composição socioeconômica, por quintil de renda domiciliar per capita, dos jovens de 18 a 24 anos que acessam o ensino superior – Brasil – 1992-2019.....	54
Gráfico 14: Composição racial dos jovens de 18 a 24 anos que acessam o ensino superior – Brasil – 1992-2019.....	55
Gráfico 15: Número de ingressantes em cursos de graduação na rede federal – Brasil 2014-2023.....	56
Gráfico 16: Número de ingressantes em cursos de graduação na rede federal por tipo de programa de reserva de vagas – Brasil 2023.....	57
Gráfico 17: Total de ingressantes cotistas no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE – 2021 – 2025.....	58

Lista de quadros e diagramas

Quadro 1: Quadro da distribuição de vagas reservadas a cotistas no curso de Arquitetura e Urbanismo.....	52
Diagrama 1: Diagrama de Venn de ingressantes cotistas por grupos minoritários – 2021....	59
Diagrama 2: Diagrama de Venn de ingressantes cotistas por grupos minoritários – 2022....	60
Diagrama 3: Diagrama de Venn de ingressantes cotistas por grupos minoritários – 2023....	61
Diagrama 4: Diagrama de Venn de ingressantes cotistas por grupos minoritários – 2024....	62
Diagrama 5: Diagrama de Venn de ingressantes cotistas por grupos minoritários – 2025....	63

Sumário

1	Introdução.....	13
2	Recife, o berço de desenvolvimento e desigualdade.....	17
3	A atuação e formação do arquiteto e urbanista.....	22
4	O estudante de Arquitetura e Urbanismo da UFPE: perfil, motivações e expectativas..	27
4.1	Metodologia.....	27
4.2	Dados quantitativos.....	29
4.2.1	Perfil socioeconômico.....	29
4.2.2	Interesses e experiências.....	35
4.3	Dados qualitativos: motivações e expectativas.....	42
4.3.1	Ingressantes.....	43
4.3.2	Meio do curso.....	44
4.3.3	Concluintes.....	45
5	Sensibilidade ao social: como a política de cotas influencia o perfil dos alunos na UFPE.....	47
5.1	Contexto histórico e político.....	47
5.2	O impacto da Lei de Cotas no perfil de alunos.....	52
6	Arquitetura e urbanismo de impacto social como uma alternativa factual.....	67
6.1	Metodologia.....	67
6.2	Entrevistas.....	69
6.2.1	ABRA Arquitetura.....	69
6.2.2	Arquitetura Faz Bem.....	72
6.2.3	Dona Obra.....	76
6.2.4	Massapê.....	79
6.3	Surgimento e continuidade: uma análise temática das entrevistas.....	83
6.3.1	Origem das organizações como por inconformismo: frustração, crítica ou consciência de classe.....	83
6.3.2	Modelos híbridos e criativos que fomentam a sustentabilidade organizacional.....	84
6.3.3	Redes e aceleração como articulação e fortalecimento institucional.....	85
6.3.4	Impacto social como prática e propósito de vida.....	87
7	Considerações finais.....	89
8	Referências.....	93
9	Apêndice A: Formulário digital para alunos.....	97
10	Apêndice B: Ingressantes por cotas em Arquitetura e Urbanismo, UFPE. 2021 - 2025.....	100
11	Apêndice C: Roteiro de entrevista com organizações de Arquitetura e Urbanismo social.....	104

1 Introdução

O presente trabalho se trata do resultado dos estudos e pesquisas desenvolvidos ao longo das disciplinas Trabalho de Curso I e II, cujo produto final é esta monografia, elaborada no decorrer dos semestres 2024.1, 2024.2 e 2025.1, que tem como título Do sonho à prática: um estudo sobre motivações e aspirações de estudantes de Arquitetura e Urbanismo da UFPE.

O trabalho tem como objeto de estudo o aprofundamento no perfil socioeconômico dos estudantes de Arquitetura e Urbanismo da UFPE, de forma a entender sua correlação com o surgimento de organizações de Arquitetura e Urbanismo de impacto social que atuam na RMR. O trabalho leva em consideração a desigualdade social no Recife e o aumento da diversidade socioeconômica no ambiente acadêmico, como um cenário catalisador de jovens arquitetos e urbanistas insatisfeitos com sua realidade, e como isso influencia no desejo de atuação no nicho de negócios de impacto social. Logo, este trabalho envolve as áreas de concentração de Empreendedorismo, e de História e Teoria da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo. Com relação ao Universo de estudo, compreende as expectativas e motivações dos estudantes de Arquitetura e Urbanismo da UFPE e o surgimento e manutenção de empresas de impacto social em Recife e na região metropolitana.

No contexto de uma cidade como o Recife, marcada por intensas desigualdades sociais e urbanas, a formação em Arquitetura e Urbanismo se desenvolve em meio a contradições profundas. Se, por um lado, os currículos acadêmicos ainda são muitas vezes orientados por uma lógica tecnicista e distanciada das realidades periféricas, por outro, observa-se uma transformação significativa no perfil socioeconômico dos estudantes que ingressam nas universidades públicas. A ampliação do acesso ao ensino superior por meio de políticas como a Lei de Cotas tem contribuído para a maior diversidade do corpo discente, especialmente no que diz respeito à presença de estudantes oriundos de escolas públicas, de baixa renda, pretos, pardos e indígenas.

Essa mudança no perfil estudantil influencia diretamente as motivações e expectativas em relação à atuação profissional. Em um cenário em que a cidade ainda reproduz práticas excludentes, parte significativa dessa nova geração de

arquitetos e urbanistas demonstra insatisfação com os caminhos tradicionais da profissão, e passa a buscar alternativas que estejam mais alinhadas com seu repertório vivencial, seus valores e o desejo de transformação social. É nesse contexto que se insere o surgimento de organizações, escritórios e coletivos que se propõem a trabalhar com foco em impacto social, muitas vezes estruturados como negócios de base comunitária, colaborativa e territorializada.

A Região Metropolitana do Recife, com suas tensões urbanas históricas, torna-se não apenas o pano de fundo, mas também um campo fértil para o florescimento de tais iniciativas. O desejo de construir uma prática mais ética, inclusiva e socialmente comprometida, emerge como uma resposta concreta às frustrações vividas dentro e fora da universidade. No entanto, esse percurso está longe de ser simples: os desafios da sustentabilidade financeira, da legitimidade profissional e do reconhecimento institucional ainda são grandes.

Diante disso, este trabalho se propõe compreender de que forma as experiências subjetivas de estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE se articulam com o surgimento e consolidação de negócios de impacto social na RMR. A partir da análise do perfil socioeconômico desses sujeitos e de entrevistas com organizações que atuam nesse campo, busca-se entender como o sonho de transformação, individual e coletiva, pode se traduzir em práticas concretas, capazes de redefinir os sentidos da profissão no Brasil, mas especialmente no Recife, contemporâneo.

Pelas razões acima expostas, justifica-se este estudo pela importância de compreender como a diversidade crescente no ensino superior, especialmente em cursos como Arquitetura e Urbanismo, influencia as motivações dos estudantes e pode favorecer o surgimento de iniciativas de impacto social. Em um momento em que o projeto pedagógico do curso da UFPE está em processo de revisão, é essencial refletir sobre como esses novos perfis estudantis se relacionam com formas alternativas de atuação profissional, que vêm ganhando força dentro e fora da universidade.

No tocante às etapas do trabalho, foi empregada a pesquisa bibliográfica com leitura e fichamento de obras para a formação do Referencial Teórico; a elaboração de um roteiro de pesquisa quantitativa, que foi posteriormente usado

para a aplicação de um formulário digital com estudantes de Arquitetura e Urbanismo da UFPE; a análise dos dados obtidos por meio desse formulário; o mapeamento dos escritórios focados em arquitetura e urbanismo de impacto social na Região Metropolitana do Recife; a elaboração de roteiro para as entrevistas com as organizações mapeadas; a realização de entrevistas com estes escritórios e coletivos; e a análise dos dados coletados.

Esta monografia se estrutura em três partes centrais. A primeira parte busca compreender como as contradições urbanas de Recife promovem uma geração de jovens adultos movidos pela vontade de transformar a realidade urbana por meio da resistência e da inovação social. Esta discussão está presente no Capítulo 2, intitulado “Recife, o berço de desenvolvimento e desigualdade”, que apresenta uma análise do cenário urbano da capital pernambucana, destacando suas desigualdades históricas e os processos de exclusão e mobilização social.

A segunda parte tem como objetivo entender a atuação do arquiteto e urbanista a partir da sua formação, perfil socioeconômico e motivações. Está composta pelos Capítulos 3, 4 e 5. O Capítulo 3, “A atuação e formação do arquiteto e urbanista”, discute o campo profissional da arquitetura. O Capítulo 4, “O estudante de Arquitetura e Urbanismo da UFPE: perfil, motivações e expectativas”, apresenta os dados quantitativos levantados com discentes do curso. Já o Capítulo 5, “Porque se fala tanto de social: como a política de cotas influencia o perfil dos alunos na UFPE”, analisa o impacto das políticas de inclusão no ensino superior e sua relação com a sensibilidade social dos estudantes.

Por fim, a terceira parte investiga práticas de Arquitetura e Urbanismo de impacto social atuantes na Região Metropolitana do Recife, a partir da perspectiva do surgimento e da continuidade dessas organizações. Esta discussão é apresentada no Capítulo 6, intitulado “Arquitetura e urbanismo de impacto social como uma alternativa factual”, no qual são analisadas entrevistas com representantes de negócios sociais da RMR, buscando compreender os desafios, estratégias e sentidos atribuídos à prática profissional voltada para o impacto social.



**A CIDADE
QUE ATRAVESSO
É A MESMA
QUE ME
ATRAVESSA**

Figura 01: Arte de Tacio Russo, A cidade que atravesso é a mesma que me atravessa. Fonte: Autora, 2021.

2 Recife, o berço de desenvolvimento e desigualdade

O processo de industrialização no Brasil provocou profundas mudanças na dinâmica urbana e no modo de vida da população ao longo dos anos. Com esse movimento, observou-se uma elevação da taxa de crescimento demográfico nas áreas urbanas, que trazia consigo impactos significativos na configuração das cidades. Esse crescimento, orientado pelas diretrizes do modo de produção capitalista latino-americana, ocorreu de maneira acelerada e mal planejada, comprometendo a sustentabilidade dos territórios urbanos, e afetando diretamente seu desenho físico e funcional.

O padrão de crescimento urbano observado no país evidencia a ausência de planejamento adequado e a adoção de uma lógica pautada na racionalidade técnico-instrumental do capital, ou seja, baseada no cálculo, na utilidade, e na competição, que se orienta para a obtenção de resultados. Essa racionalidade se configura como um dos principais vetores da produção dos problemas urbanos contemporâneos atuais. O espaço urbano, assim, revela-se como uma expressão concreta da forma de organização social e econômica vigente, expondo as múltiplas contradições do processo de urbanização.

De forma geral, os grandes centros urbanos brasileiros passaram a ser caracterizados por fortes desigualdades socioespaciais, refletidas na ocupação de extensas áreas com infraestrutura urbana precária ou inexistente. O acesso a serviços sociais básicos, como saúde, saneamento e transporte, revela-se profundamente desigual, com impactos severos sobre a qualidade de vida das comunidades com menor concentração de capital financeiro. Nesse sentido, Maricato (2008, p. 132) destaca que, nos países da América Latina, a forma como as populações de baixa renda têm acesso à terra urbanizada constitui uma das principais questões estruturais: “o acesso ao mercado privado é tão restrito e as políticas sociais tão irrelevantes que à maioria da população sobram apenas alternativas ilegais ou informais” de ocupar o território urbano.

Em uma escala mais próxima, temos a Região Metropolitana do Recife (RMR) como um reflexo de tudo isso. Em 2021, a região foi classificada pelo índice

de Gini¹ como a segunda metrópole mais desigual do Brasil, apresentando também a menor renda média per capita entre os 40% mais pobres das metrópoles do Nordeste. Convergentemente, a pesquisa realizada em 2024 pelo Instituto Cidades Sustentáveis (ICS) apontou o Recife como a segunda pior capital brasileira no Mapa da Desigualdade. O estudo leva em consideração quesitos como educação, saúde, violência, meio ambiente e infraestrutura, dentre os 40 indicadores sociais avaliados.

Ao longo dos anos, no contexto urbano da capital pernambucana, vem reforçando-se a carência significativa de infraestrutura urbana de qualidade e um padrão de distribuição de equipamentos públicos ligado a uma profunda desigualdade socioespacial. Ao longo de décadas de gestão pública, localidades relativamente privilegiadas, frequentemente, concentraram maiores investimentos, enquanto áreas menos favorecidas foram profundamente negligenciadas.

O favorecimento dessas regiões privilegiadas, em detrimento das áreas em que se concentra uma parcela mais pobre da população, ilustra uma lógica de manutenção da desigualdade, perpetuada através das políticas urbanas. Mesmo a proximidade ou até mesmo inserção geográfica de áreas pobres em redutos de riqueza, casos comuns no Recife, não se traduzem em benefícios iguais entre essas áreas. Ao contrário, a desigualdade é acentuada, fortalecendo a constatação de que a distribuição desigual de recursos e serviços urbanos está diretamente ligada à estrutura social.

Paralelamente, o município do Recife destaca-se por sua expressiva diversidade cultural e trajetória histórica singular, consolidando-se como uma das principais metrópoles brasileiras, e considerada informalmente como a capital do Nordeste. Territórios, em especial o recifense, são construídos também por suas memórias, histórias e sonhos, e não apenas por marcas negativas. Assim, quem vive nas favelas do Recife tem seus vínculos afetivos atravessados pela trajetória repleta de desigualdades, desde o seu nascimento e ao longo de toda a sua formação. Nesse sentido, a frase do artista e pesquisador pernambucano Tacio Russo (2022) — “A cidade que atravesso é a mesma que me atravessa” — espalhada por meio de lambe-lambes nos muros da cidade e também presente em

¹ Índice de Gini é um indicador estatístico criado pelo matemático italiano Conrado Gini, que mede o grau de concentração de renda em uma determinada população.

seu manifesto publicado na revista Quatro Cinco Um, sintetiza poeticamente essa relação entre corpo, território e memória, reforçando a ideia de que a experiência urbana é simultaneamente vivida e sentida.

Compreender as distintas configurações socioespaciais das cidades implica reconhecer as inter-relações entre território e dimensões sociais, ambientais, culturais, econômicas e políticas. Para Milton Santos (2000) o território usado, ou seja, o meio transformado, constitui-se em uma categoria essencial para a elaboração sobre o futuro. O uso do território se dá pela dinâmica dos lugares. Nesse sentido, compreender o território como uma construção viva e relacional é também reconhecer os sujeitos que nele atuam, resistem e transformam. Em contraposição à lógica de invisibilização das populações periféricas imposta pela racionalidade técnica do capital supracitado, emerge o protagonismo social como força vital de reconfiguração urbana e simbólica. Como destaca Milton Santos, o território usado é “o chão mais a ação” (2000, p. 58), e sua dinâmica revela os conflitos e as potências de quem o habita.

Em Recife, esse protagonismo encontra expressão nas práticas culturais, nas mobilizações comunitárias e na arte que nasce da lama, metáfora que atravessa o romance Homens e Caranguejos (1967), de Josué de Castro, ao descrever o mangue como espaço de exclusão e, ao mesmo tempo, de sobrevivência. Essa mesma lama é ressignificada por Chico Science (1994), décadas depois, como solo fértil de criação e revolta: “O homem coletivo sente a necessidade de lutar”, canta ele, afirmando que, mesmo diante da precariedade, há potência coletiva. O mangue é berço.

Assim, Recife, apesar de ser um lugar de desigualdades escancaradas, também se torna um berço de desenvolvimento. Territórios negligenciados pelas políticas públicas tornam-se, paradoxalmente, os principais núcleos de inovação social, crítica urbana e reconstrução simbólica. Ao reconhecer essas práticas, a cidade se revela não apenas como palco das desigualdades, mas também como espaço de disputa por dignidade, memória e pertencimento.

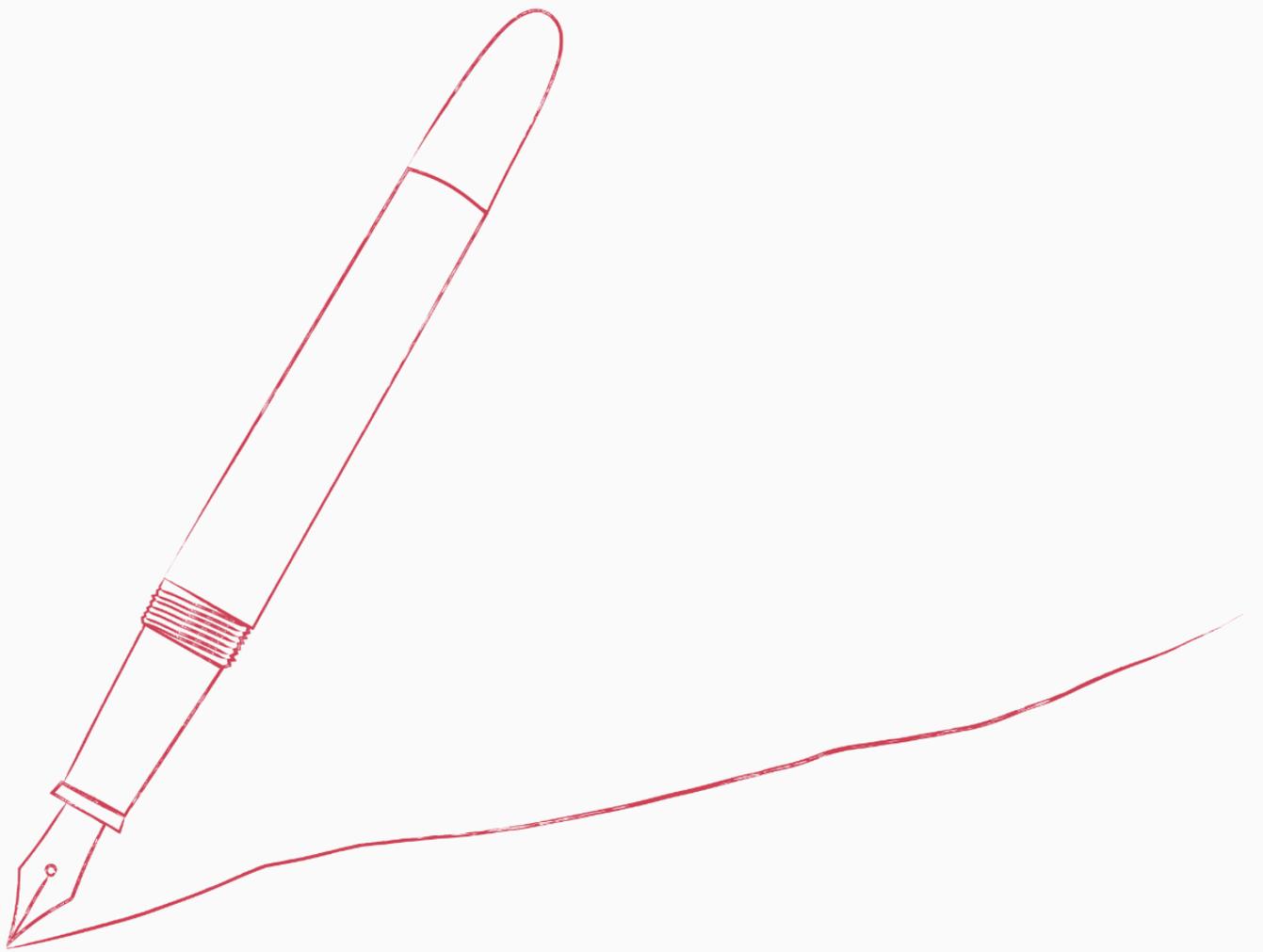
No questionário aplicado aos estudantes de Arquitetura e Urbanismo que será posteriormente explorado, entre as respostas obtidas, uma se destaca pela simplicidade e potência: ao ser questionada sobre o que a motivou a escolher o

curso, uma aluna concluinte, oriunda do Recife, respondeu apenas “a cidade”. A concisão da frase carrega consigo uma densidade simbólica: Recife, com todas as suas contradições, se constitui como um território que instiga.

Apesar de ocupar um lugar de destaque nos índices de desigualdade social e urbana no Brasil, a capital pernambucana também pulsa como berço de criatividade, resistência e produção cultural. Suas formas urbanas revelam um tecido marcado por encontros entre o colonial e o contemporâneo, o formal e o informal, o mar e o mangue. Essa complexidade do espaço recifense, com suas rupturas e continuidades, pode justamente provocar em quem o ocupa, mas especialmente entre os jovens estudantes, o desejo de compreender, intervir e transformar.

É nesse contexto em que se instaura a Universidade Federal de Pernambuco e seu corpo discente. A universidade inspira e expira a cidade. Estar nela é também mergulhar nas contradições do próprio território, pois fazer parte da universidade é estudar a cidade sendo ao mesmo tempo seu próprio objeto de estudo. A relação entre formação acadêmica e realidade urbana torna-se indissociável, e querer mudar a cidade é inerente à formação desses estudantes.

Assim, escolher Arquitetura e Urbanismo tendo como ponto de partida o próprio lugar de origem, especialmente quando esse lugar é tão visceral e desigual quanto Recife, revela um movimento de apropriação afetiva e política do território, sinalizando o desejo de atuação crítica e comprometida com a cidade real. É nesse chão concreto, como diria Milton Santos (2000, p. 58), que se desenham futuros possíveis. E é justamente nesse lugar, cheio de desenvolvimento criativo e problemas latentes, em que esses futuros arquitetos e urbanistas, em seus escritórios e coletivos, devem atuar. É desse entrelaçamento entre cidade vivida, universidade e formação profissional que emerge o interesse de compreender como esses territórios e experiências forjam o olhar, os sonhos e os compromissos de quem escolhe transformar a cidade a partir dela mesma.



"... conhecer para compreender (...) Para muitos o arquitecto é o que faz; para uns tantos, o arquitecto também pensa; para os que sabem, o arquitecto, para realizar-se tem de saber fazer e, ao mesmo tempo, conhecer as coisas, e os homens, e o mundo, e a vida..."

(Filgueiras, 1962, p.16)

3 A atuação e formação do arquiteto e urbanista

Historicamente, o termo arquiteto derivou-se "arkhitekton" e significa "o construtor principal" ou "mestre de obras", ou seja, havia a ideia de que o profissional era aquele que dirigia as obras e apenas isso. Por isso, na antiguidade clássica, a aprendizagem dos profissionais da área se dava pelo acompanhamento dos mestres em suas oficinas e canteiros de obras. E "a situação apenas se altera a partir da renascença, quando, por razões de ascensão social, a categoria opta por seu afastamento das atividades da construção" como afirma Leite (1998, apud Fidelis, 2022). Assim os arquitetos voltam-se ao estudo e ao aprofundamento nos conhecimentos científicos e teóricos. É, a partir disso, que se inicia o processo de enriquecimento, aumento da complexidade e responsabilidade da profissão milenar do arquiteto.

Com a modernidade, a profissão de arquiteto e urbanista passou por um processo de formalização e amadurecimento. A partir do século XX, com as novas perspectivas de crescimento e desenvolvimento econômicas brasileiras, as cidades também crescem e a necessidade pelos serviços fornecidos por esta profissão começou a surgir gradativamente. O desenvolvimento econômico e político da época demandava soluções espaciais para a nova realidade social, e o papel do profissional da área torna-se essencial neste momento, desenvolvendo grandes equipamentos urbanos e até cidades a partir de espaços não construídos, como o exemplo da criação de Brasília em 1960². Nasce então um olhar para o profissional da Arquitetura e Urbanismo enquanto contribuinte para a melhoria da vida em sociedade, como um personagem capaz de atuar em diversas formas, nas diferentes camadas da sociedade.

Assim, dá-se início às discussões acerca do papel do profissional e sua responsabilidade social. O arquiteto e urbanista passa agora a ser um agente importante na garantia do bem-estar social a partir da sua prática. Para a autora Ermínia Maricato (2019), a função social do arquiteto e urbanista se estabelece no contexto urbano e coletivo, e exige um compromisso com a construção de cidades, que atendam às necessidades reais da sociedade. Dessa forma, não é coerente

² Ano de sua inauguração.

pensar em arquitetura sem pensar no urbano. Não se pode ser um arquiteto e urbanista sem a responsabilidade de se pensar no contexto em que se insere.

Nesse sentido, o Conselho Regional de Arquitetura de Urbanismo (CAU) tem um papel extremamente importante. O órgão, responsável por regulamentar a profissão o exercício da profissão, declara que o arquiteto e urbanista deve pautar sua conduta pelos parâmetros definidos no Código de Ética e Disciplina. O documento prevê que:

O arquiteto e urbanista deve defender o direito à Arquitetura e Urbanismo, às políticas urbanas e ao desenvolvimento urbano, à promoção da justiça e inclusão social nas cidades, à solução de conflitos fundiários, à moradia, à mobilidade, à paisagem, ao ambiente sadio, à memória arquitetônica e urbanística e à identidade cultural. 2.2. [...] Regras: 2.2.1. O arquiteto e urbanista deve considerar o impacto social e ambiental de suas atividades profissionais na execução de obras sob sua responsabilidade. (Código de Ética e Disciplina, 2019)

Na atual realidade, por mais que em seu processo de formação, os estudantes sejam “enviesados positivamente” para o olhar cauteloso com a sociedade e suas camadas, a Arquitetura e Urbanismo ainda é um dos cursos mais elitizados nas mais renomadas universidades brasileiras, e isso se reflete também fora das salas de aula. O arquiteto e urbanista, orientado pelo mercado de trabalho tradicional, norteado pelas diretrizes do modo de produção capitalista, “passou a servir aos mais ricos, deixando de lado as necessidades urbanas e os mais pobres.” (Ribeiro, 2016).

A Lei Nº. 12.387³, que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo no país, traz diretrizes que definem e direcionam os campos da atuação profissional: Arquitetura e Urbanismo, Arquitetura de Interiores, Arquitetura Paisagística, Patrimônio Histórico Cultural e Artístico, Planejamento Urbano e Regional, Topografia, Tecnologia e Resistência dos Materiais, Sistemas Construtivos e Estruturais, Instalações e Equipamentos, Conforto Ambiental, Meio Ambiente, dentre tantas outras áreas de especializações emergentes.

A quantidade de profissionais de Arquitetura e Urbanismo cresce cerca de 8% a cada ano no Brasil, e as principais atividades realizadas por esses profissionais

³ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/12378.htm>. Acesso em: 10 nov. 2024.

inserir-se na categoria de Projetos (52,1%) e Execução de obras (33,4%) (CAU/BR, 2020). Hoje o país conta com mais de 235 mil profissionais ativos, e quase 36 mil empresas mapeadas, distribuídas no território nacional (IGEO, 2024). E o setor da construção civil, que inclui diretamente autônomos e empresas de Arquitetura e Urbanismo, apresentou crescimento de 4,1% em 2024 e a expectativa básica para 2025 é de 2,3% (SindusCon-PR, 2025).⁴

Em meio ao mercado crescente, de acordo com a base de dados e-MEC, o Brasil possui 687 cursos de Arquitetura e Urbanismo ativos, que seguem as Diretrizes Curriculares Nacionais, para a modalidade bacharelado:

A proposta pedagógica para os cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo deverá assegurar a formação de profissionais generalistas, capazes de compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, à organização e à construção do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, a edificação, o paisagismo, bem como a conservação e a valorização do patrimônio construído, a proteção do equilíbrio do ambiente natural e a utilização racional dos recursos disponíveis. (MEC, 2010, p. 1-2)

Como aponta Paulo Freire “a educação verdadeira é práxis, reflexão e ação do homem sobre o mundo para transformá-lo” (1970, p. 40). Sendo assim a educação precisa estar ligada a uma prática social, e nesse sentido, essas diretrizes contribuem para uma formação questionadora, reflexiva e propositiva. É durante o curso que o aspirante a arquiteto e urbanista tem a possibilidade de experimentar a prática sem tantas amarras, com a liberdade para aplicar o que é apreendido com o conjunto da grade disciplinar.

O curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), estruturado na cidade do Recife, foi instituído em 1958 como parte da Escola de Belas Artes de Pernambuco. Posteriormente, tornou-se autônomo, e passou por diversas reformulações, incluindo a consolidação do atual Projeto Pedagógico de Curso (PPC), documento que embasa o curso, elaborado em 2010 e revisado em 2016. O PPC vigente é fruto de discussões internas que buscaram redefinir o papel do arquiteto e urbanista na sociedade brasileira, visando formar profissionais com perfil crítico e criativo, aptos a atuar de maneira integrada em

⁴ Disponível em: <https://sindusconpr.com.br/construcao-civil-cresce-43-em-2024-e-impulsiona-economia-nacional-6267-p>. Acesso em: 19 jun. 2025.

diferentes campos da profissão, com foco na sustentabilidade e na responsabilidade social (UFPE, 2010).

A estrutura curricular do curso compreende um total de 3.600 horas, organizadas em disciplinas obrigatórias, optativas e atividades complementares, divididas em três núcleos principais: fundamentação, profissional e trabalho de curso. O núcleo de fundamentação, que ocupa parcela significativa da carga horária, engloba disciplinas que fornecem os alicerces teóricos e técnicos fundamentais, tais como Estética, História das Artes e Representação Gráfica. Esses conteúdos visam desenvolver a capacidade analítica e a sensibilidade artística dos estudantes, elementos essenciais para o exercício da prática projetual. Além disso, compreende disciplinas voltadas ao domínio técnico do desenho e da modelagem, instrumentos imprescindíveis para a representação arquitetônica.

Dentre os três pilares do curso, o núcleo profissional do curso de Arquitetura e Urbanismo, que compreende a maior parte da carga horária, concentra disciplinas específicas organizadas de forma progressiva, abordando Projetos de Arquitetura e Urbanismo, Tecnologia da Construção, Paisagismo, Conforto Ambiental e Planejamento Urbano e Regional, incentivando a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos. Esse conjunto de disciplinas está diretamente vinculado ao território urbano da Região Metropolitana do Recife, ou seja, ao longo do curso os estudantes passam a estudar e propor soluções para territórios reais.⁵

No último período, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sintetiza essas aprendizagens por meio de um projeto apresentado em formato de monografia ou pesquisa, gerando uma monografia de caráter teórico e ou aplicada, promovendo a autonomia acadêmica e facilitando a inserção profissional. E, paralelamente, as atividades complementares enriquecem a formação ao proporcionar experiências extracurriculares, como estágios, eventos científicos e ações de extensão.

Essa organização curricular reflete um compromisso com a formação integral dos estudantes, ao buscar equilibrar dimensões técnicas, artísticas e teóricas, promovendo uma formação interdisciplinar que favorece o diálogo entre áreas como Engenharia, Artes e Ciências Sociais. Tal proposta formativa busca preparar

⁵ Para cada ano do curso é estipulado um local de atuação. Exemplo: para o primeiro e segundo período do curso o bairro da Várzea, localizado na Zona Oeste de Recife, foi objeto de estudo urbano e arquitetônico.

profissionais capazes de lidar com a complexidade dos desafios urbanos contemporâneos, promovendo intervenções que integrem as dimensões social, ambiental e cultural.

O projeto pedagógico do curso enfatiza o papel do arquiteto e urbanista na formulação de soluções que considerem a qualidade de vida, a sustentabilidade ambiental e a preservação do patrimônio. Dialogando com a função social previamente citada, conforme aponta o documento, o curso busca formar profissionais aptos a compreender "as interações entre o espaço construído e os contextos sociais e ambientais" (UFPE, 2010, p. 15). Além disso, o PPC expressa um compromisso com a formação crítica, proporcionando aos estudantes ferramentas para o desenvolvimento de soluções inovadoras e socialmente engajadas. Nesse sentido, a ênfase na inclusão de temáticas relacionadas às desigualdades urbanas, que é tão presente nas disciplinas ao longo do curso, vem como um reforço profilático do papel do arquiteto e urbanista como um agente de transformação positiva futuramente.

É importante ressaltar que durante a construção deste trabalho de curso, está acontecendo um conjunto de iniciativas para a revisão do PPC vigente. Isso é relevante pois o curso enfrenta desafios que demandam aprimoramento e atualização constante. Entre eles, está o desafio significativo que é a articulação entre a formação acadêmica e mercado de trabalho, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de competências voltadas para o impacto social e a viabilidade financeira de projetos e empreendedorismo para transformar o aprendizado em algo palpável e sustentável.

4 O estudante de Arquitetura e Urbanismo da UFPE: perfil, motivações e expectativas

Neste capítulo será apresentado um estudo sobre o perfil socioeconômico, as expectativas e motivações dos estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco. Por isso, nos subcapítulos a seguir, serão abordados tópicos como os procedimentos metodológicos utilizados para a obtenção de dados para a pesquisa, e por fim os dados quantitativos e qualitativos obtidos.

4.1 Metodologia

Para essa etapa do trabalho, foram utilizados procedimentos metodológicos tanto de uma pesquisa quantitativa quanto qualitativa. Primeiramente, foi realizada uma revisão teórica para compreender sobre técnicas de aplicação de questionários e análise de dados⁶. Em seguida, foi definido o público alvo da pesquisa, os estudantes de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco. Com o objeto de estudo escolhido, foram elaboradas hipóteses que nortearam as perguntas do formulário. As hipóteses estabelecidas foram as seguintes:

1. O perfil socioeconômico dos estudantes de Arquitetura e Urbanismo da UFPE é cada vez mais diversificado;
2. As vivências pessoais e trajetórias acadêmicas e profissionais influenciam as motivações e expectativas profissionais dos estudantes;
3. A formação universitária contribui para a construção de uma consciência crítica sobre as desigualdades urbanas e desperta o interesse por práticas profissionais socialmente mais comprometidas.

A partir dessas hipóteses, foi possível estabelecer uma série de perguntas para o formulário digital que está disponível no Apêndice A. A metodologia aplicada compreendeu a elaboração de questões estruturadas em formato misto,

⁶ Aqui foi possível fazer a pesquisa à luz da metodologia de análise de conteúdo de Laurence Bardin em que a mesma (1977, p. 42) define como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.”

contemplando tanto perguntas fechadas, para obtenção de dados quantitativos objetivos, quanto abertas, visando aprofundar a compreensão qualitativa das motivações, expectativas, e experiências relatadas. As perguntas de caráter anônimo abordaram aspectos como expectativas acadêmicas e profissionais, percepção sobre o curso e suas disciplinas, desafios durante a formação, dados socioeconômicos, e relação com o mercado de trabalho. E ao fim, foi deixada uma pergunta que permitia a possibilidade de captar o contato para uma conversa mais aberta acerca do tema deste trabalho, mas que não foi explorada⁷.

O próximo passo consistiu em estabelecer contato para a divulgação dessa pesquisa realizada via Google Forms. Essa comunicação inicial ocorreu majoritariamente por meio do WhatsApp através de grupos de estudantes de diferentes períodos. Para aumentar a abrangência, também foi solicitado aos então representantes de sala a divulgação da pesquisa. O formulário que era integralmente anônimo⁸ ficou aberto e recebendo respostas no período de dezembro de 2024 a janeiro de 2025. Durante essa janela de tempo foram obtidas 127 respostas de estudantes. Considerando que em 2025 foram apresentados 528 estudantes matriculados⁹, a amostra equivale a aproximadamente 22%¹⁰ dos graduandos, foi possível traçar um perfil socioeconômico detalhado desse grupo.

Por fim, todos os dados das respostas foram importados para a ferramenta Google Sheets. Os dados quantitativos coletados foram sistematizados e analisados por meio de gráficos, enquanto os qualitativos foram sistematizados por saturação de acordo com o período de formação. Para isso foi dada a seguinte segmentação:

1. Ingressantes: estudantes que se declararam como primeiro ou segundo período (1º ano do curso);
2. Meio de curso: estudantes que se declararam como terceiro, quarto, quinto ou sexto, sétimo ou oitavo período (2º, 3º ou 4º ano do curso).

⁷ A opção de não entrar em contato com os participantes que disponibilizaram seus dados ocorreu em razão de limitações de tempo e de escopo metodológico previamente definido. Considerou-se, ainda, que as respostas fornecidas anonimamente já ofereciam material suficiente para as análises propostas neste trabalho.

⁸ A pesquisa via formulário digital não foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa. Entretanto, toda a coleta de dados realizada por meio da ferramenta, foi conduzida com responsabilidade, mediante consentimento livre e anonimização das informações.

⁹ Número obtido através do documento da Eleição para Coordenador e Vice coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo de 2025. Documento enviado via email pela coordenação do curso no dia 20 de maio de 2025.

¹⁰ Para esse índice deve ser considerada uma margem de erro.

3. Concluintes: Estudantes que se declararam como nono ou décimo período¹¹ (5º ano do curso ou mais).

Vale ressaltar que também foram identificados alunos desperiodizados. Esse recorte, para priorizar a assertividade dos resultados, foram descartados.

Posteriormente, todos os dados foram organizados e filtrados em temas, que expressam os significados mais relevantes em relação aos objetivos deste trabalho.

4.2 Dados quantitativos

4.2.1 Perfil socioeconômico

O ponto de partida da apresentação dos dados quantitativos consiste na construção de um panorama socioeconômico dos graduandos em Arquitetura e Urbanismo, a partir de variáveis que permitem delinear características como faixa etária, identidade de gênero, raça, renda, origem escolar e local de origem, aspectos relevantes para a compreensão do perfil dos estudantes.

Quanto à faixa etária, observa-se uma predominância de jovens adultos no curso, especialmente na faixa entre 21 e 29 anos, que constitui a maioria dos participantes. Em seguida, destaca-se o grupo de 18 a 20 anos, o que sugere uma presença significativa de estudantes que ingressaram recentemente no ensino superior, logo após concluírem o ensino médio.

Ainda que em menor proporção, o formulário também foi respondido por pessoas de outras faixas etárias, como 15 a 17 anos¹², 30 a 39 anos e, em número bastante reduzido, por indivíduos entre 50 e 59 anos. Esses dados indicam que, embora o perfil etário dos estudantes seja majoritariamente jovem, há certa diversidade geracional no curso, o que enriquece as experiências e perspectivas no ambiente acadêmico. A distribuição completa pode ser visualizada no Gráfico 1 a seguir:

¹¹ Aqui também foram considerados estudantes que, independentemente do período, estão cursando a disciplina de Trabalho de Curso I e II.

¹² Para este dado supõe-se que são jovens de 17 anos que acabaram de sair do ensino médio. Para abranger um maior leque de faixa etária, foi dada a opção de 15 a 17 anos.

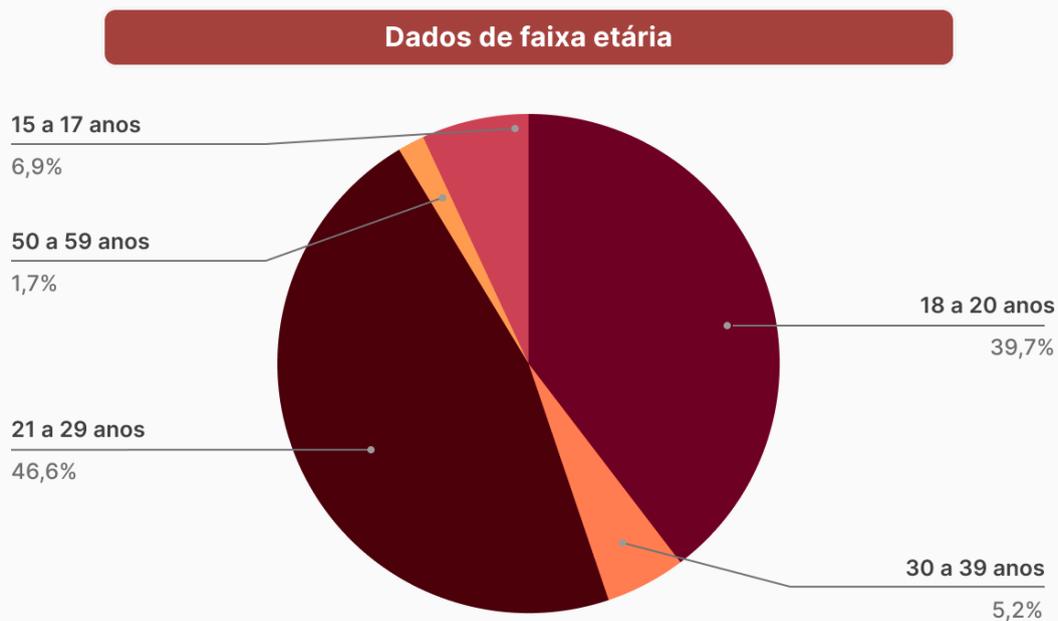


Gráfico 1: Dados de faixa etária de graduandos.
Elaboração: Autora, 2025.

A partir da autodeclaração dos respondentes, observa-se uma maioria de estudantes que se identificam como pessoas negras, englobando tanto pretos quanto pardos, o que reflete uma presença expressiva da população negra no curso. Em segundo lugar, destaca-se o grupo de estudantes brancos, representando uma parcela igualmente significativa da amostra. Ainda que em números mais reduzidos, também foram registradas autodeclarações de estudantes indígenas e amarelos, indicando uma presença plural, ainda que minoritária, desses grupos étnicos no ambiente acadêmico. Vale destacar que, entre os respondentes, não houve autodeclaração de pertencimento a comunidades quilombolas.

A diversidade racial e étnica evidenciada pelos dados reforça o impacto das políticas de acesso e permanência no ensino superior, ainda que desafios persistam na ampliação da equidade. A seguir, (Gráfico 2) apresenta-se a distribuição completa dos dados:

Dados de autodeclaração de raça

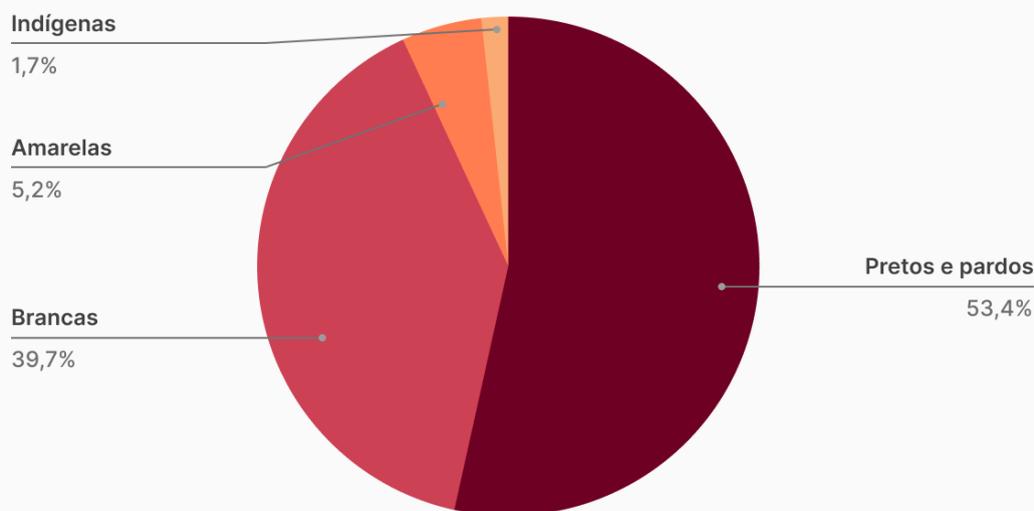


Gráfico 2: Dados de autodeclaração de raça dos graduandos.
Elaboração: Autora, 2025.

Em continuidade à caracterização do perfil dos respondentes, agora no que concerne a identidade de gênero, observa-se uma predominância de estudantes que se identificam como mulheres, o que confirma uma tendência já verificada na área de Arquitetura e Urbanismo a nível nacional¹³. A presença de estudantes que se identificam como homens aparece em menor proporção. Além disso, embora em número reduzido, também foram registrados respondentes que se identificam como pessoas não binárias, bem como aqueles que preferiram não declarar sua identidade de gênero. Essa diversidade, ainda que minoritária, aponta para a ampliação do reconhecimento e da visibilidade de identidades de gênero para além do binarismo tradicional. A distribuição completa está apresentada no Gráfico 3 a seguir:

¹³ De acordo com o último censo do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, realizado em 2020, 61% dos profissionais de Arquitetura e Urbanismo eram mulheres. Disponível em: <https://www.caubr.org.br/wp-content/uploads/2021/12/CAU-Brasil_Comparativo-Censo-Arquitetos-e-Urbanistas_2012-2020.pdf>. Acesso em: 22 de jan. 2025.

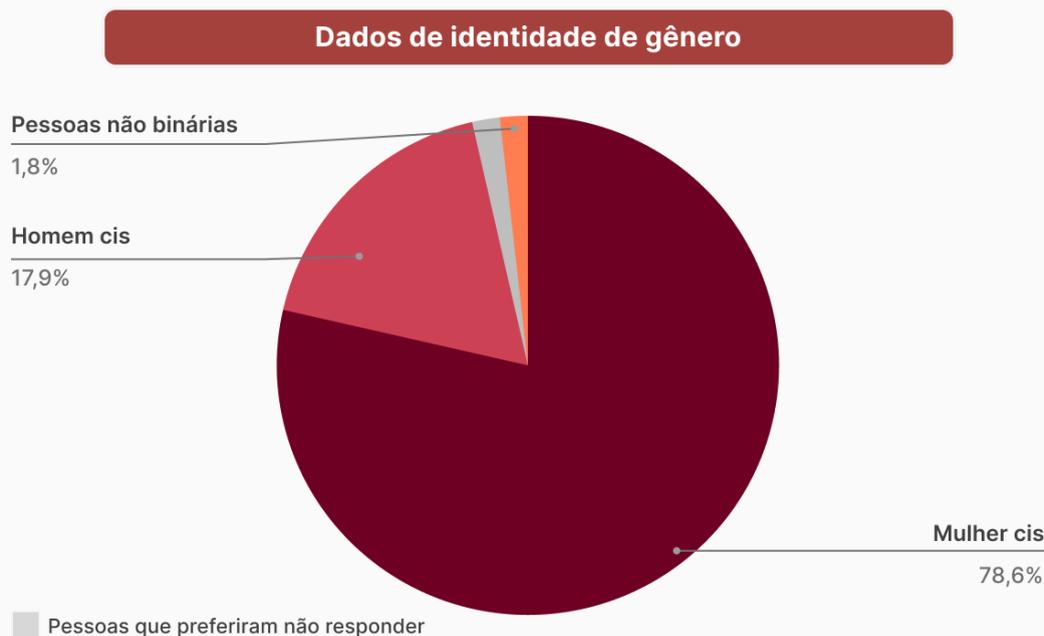


Gráfico 3: Dados de identidade de gênero dos graduandos.
Elaboração: Autora, 2025.

No que se refere à renda direta dos estudantes, os dados indicam uma concentração significativa nas faixas de menor rendimento. A maioria dos respondentes declarou viver com até R\$2.000 por pessoa, valor que gira em torno do salário mínimo nacional vigente em 2025 (R\$1.518), o que evidencia a prevalência de estudantes provenientes de contextos socioeconômicos mais vulneráveis.

A faixa seguinte mais representativa é a de renda entre R\$2.001 e R\$5.000, também indicando realidades de orçamento familiar limitado. À medida que se elevam as faixas de renda, observa-se uma queda expressiva no número de respondentes, com poucos estudantes declarando rendimentos superiores a R\$7.000 por pessoa. Faixas mais altas, como aquelas acima de R\$10.000, foram preenchidas por uma parcela bastante minoritária da amostra. Além disso, uma pequena parte dos participantes optou por não declarar sua renda. O panorama geral reforça a presença majoritária de estudantes oriundos de famílias com rendimentos compatíveis com as camadas de baixa renda da população brasileira, sublinhando a relevância de políticas públicas que promovam a inclusão e

permanência no ensino superior. A visualização completa encontra-se no Gráfico 4 a seguir:

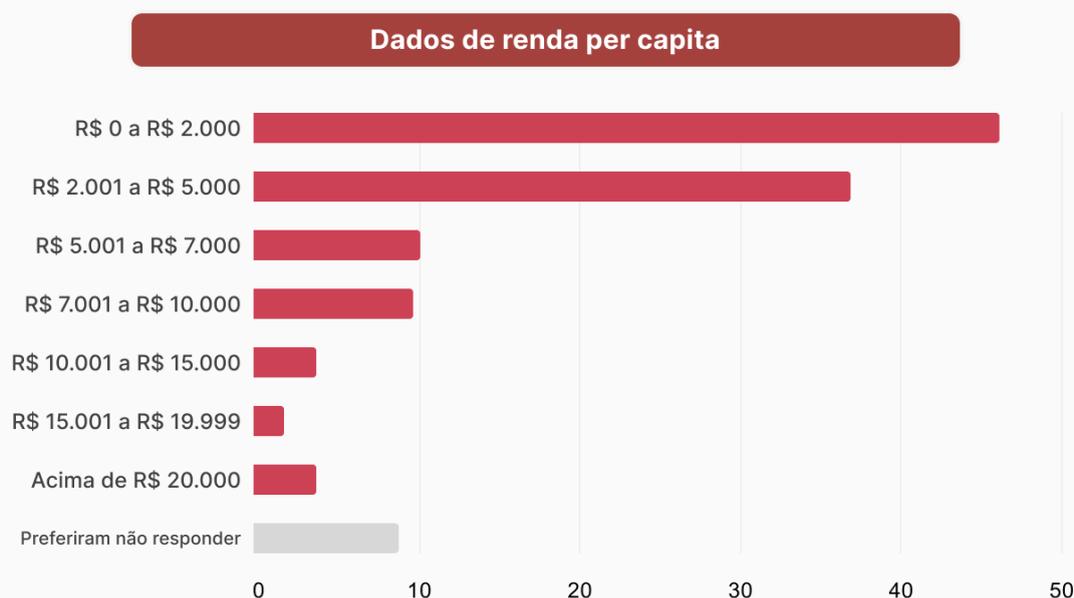


Gráfico 4: Dados de renda direta dos graduandos.
Elaboração: Autora, 2025.

Em relação à trajetória educacional antes do ingresso no ensino superior, observa-se que a maioria dos respondentes cursou o ensino médio em escolas públicas, outra parte significativa frequentou escolas privadas sem auxílio financeiro, e uma parcela menor estudou em instituições particulares com o apoio de bolsas de estudo.

Esse recorte revela aspectos importantes sobre as condições de acesso ao ensino superior, especialmente quando articulado aos dados de renda apresentados anteriormente. A prevalência de estudantes oriundos da rede pública ou de escolas privadas com bolsas, aponta para trajetórias marcadas por algum nível de vulnerabilidade econômica, ainda que com variações.

Tais informações contribuem para a compreensão mais ampla do perfil socioeducacional dos estudantes do curso, evidenciando como fatores estruturais incidem sobre as oportunidades de formação. A distribuição completa pode ser observada no Gráfico 5 a seguir:

Dados de origem escolar

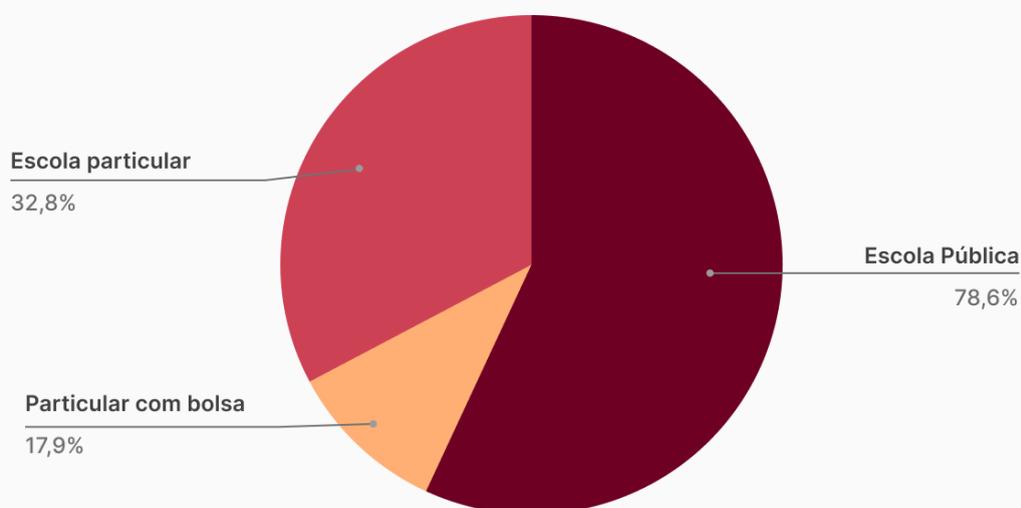


Gráfico 5: Dados de origem escolar dos graduandos.
Elaboração: Autora, 2025.

No que se refere à origem geográfica dos respondentes, nota-se uma concentração significativa de estudantes oriundos da Região Metropolitana do Recife, com destaque para a capital pernambucana, Recife, como cidade mais recorrente entre os participantes. Cidades vizinhas como Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Camaragibe, Paulista, Igarassu, Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho e São Lourenço da Mata também aparecem com frequência, indicando a forte presença de estudantes da metrópole e de seu entorno imediato. Além disso, há registro de respondentes provenientes de municípios do interior de Pernambuco, como Vitória de Santo Antão, Timbaúba, Garanhuns, Carpina, Lagoa de Itaenga, Paudalho, Pombos, Surubim, Vertente do Lério e Floresta, evidenciando uma certa capilaridade estadual no acesso ao curso.

Também foram identificados estudantes vindos de outras capitais nordestinas, como João Pessoa (PB), Natal (RN) e Maceió (AL), assim como de outros estados brasileiros, como São Paulo (SP) e Mato Grosso (Chapada dos Guimarães), além de um caso internacional, com origem em Huambo, Angola. Esses dados refletem uma abrangência nacional do curso, ainda que marcada por uma

forte centralidade urbana e metropolitana. A visualização completa encontra-se no Gráfico 6 a seguir:

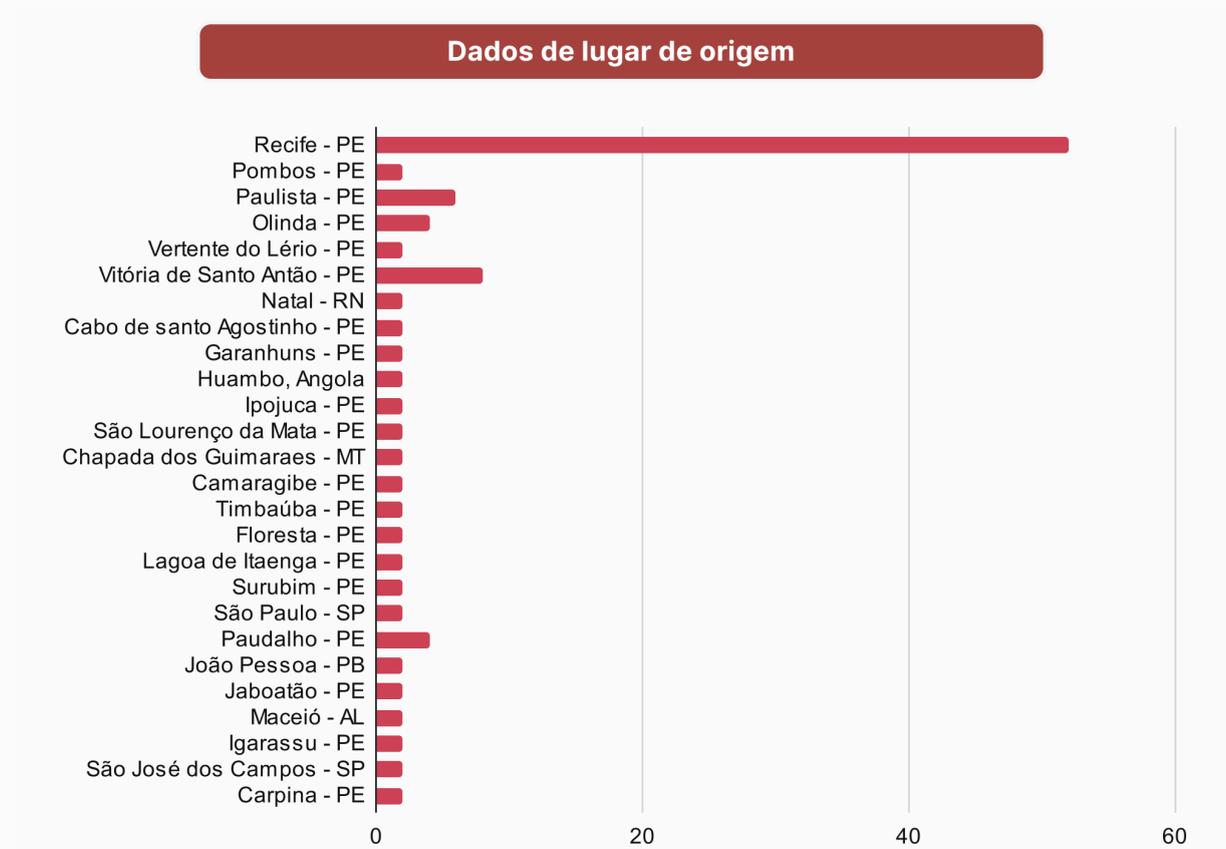


Gráfico 6: Dados de lugar de origem dos graduandos.
Elaboração: Autora, 2025.

4.2.2 Interesses e experiências

A seguir, são apresentados dados que contribuem para a compreensão dos interesses, vivências e percepções dos estudantes ao longo da graduação. As informações perpassam pelo dado de experiência de atuação no mercado formal até a autopercepção de preparo para o trabalho e o empreendedorismo, além de explorar o envolvimento com práticas em Arquitetura e Urbanismo de caráter social e a visão sobre o potencial transformador da profissão.

Inicialmente, em relação às áreas de interesse no campo da Arquitetura e Urbanismo, os estudantes puderam selecionar mais de uma opção no formulário, o que permitiu mapear a variedade de caminhos profissionais vislumbrados ao longo da formação. As alternativas mais assinaladas foram edificação e construção,

planejamento urbano e paisagismo, seguidas por design de interiores, restauração e pesquisa. Também aparecem com menor frequência áreas como comunicação visual, arquitetura verde, luminotécnica, arquitetura industrial, assessoria técnica e instalações prediais.

Além das opções pré-estabelecidas, o formulário contou com um campo aberto para outras respostas, no qual os estudantes mencionaram, por exemplo, interesse em cenografia e em atuação com *BIM (Building Information Modeling)*¹⁴, que foi suprimida no gráfico por se relacionar diretamente com a área de edificação e construção.

De modo geral, é possível notar que os dados indicam uma preferência por áreas vinculadas à prática projetual, à intervenção no espaço construído e às dimensões técnicas e criativas da profissão, mas mesmo assim, ainda existe uma considerável variedade de interesses que permeiam os graduandos. A distribuição completa encontra-se no Gráfico 7 a seguir:

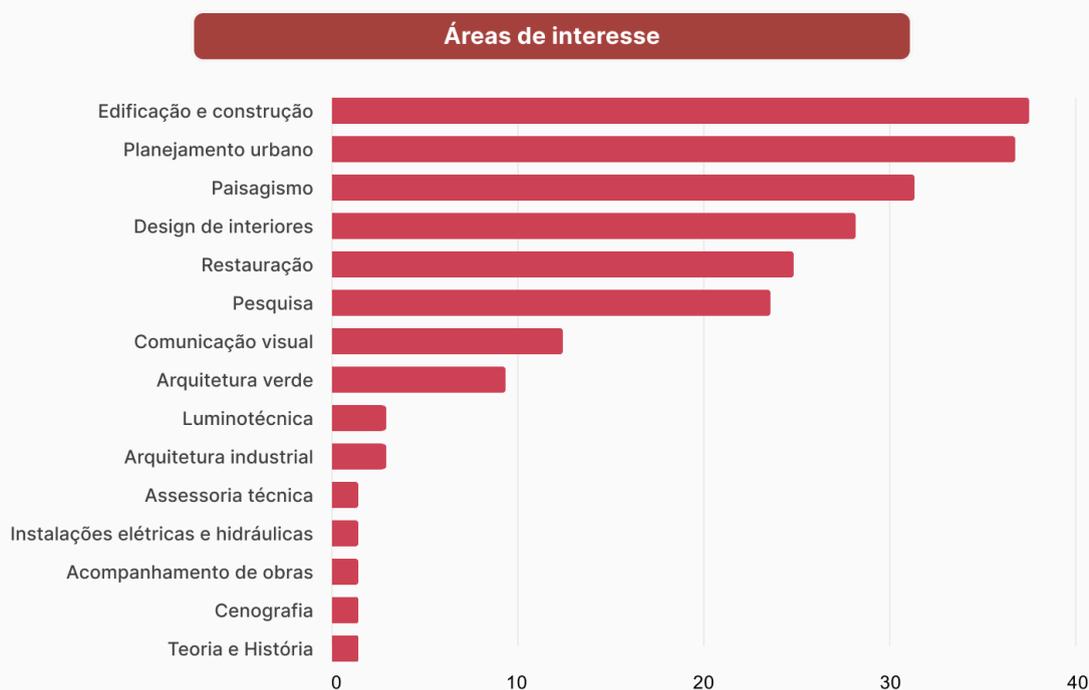


Gráfico 7: Dados de subáreas de interesses.
Elaboração: Autora, 2025.

¹⁴ Modelagem de informação da construção, em português.

No que se refere à inserção dos estudantes no mercado formal de trabalho, para permitir a observação dessas experiências profissionais que se distribuem ao longo da formação e mitigar o possível problema de desequilíbrio entre as respostas, os dados foram organizados com base na segmentação por períodos da graduação.

De acordo com as respostas obtidas, entre os estudantes que se encontram nos primeiros períodos do curso, é predominante a ausência de experiência formal na área. Nos períodos intermediários, a distribuição entre quem já atuou e quem ainda não atuou formalmente passa a se equilibrar. Já nos períodos finais, por sua vez, a maioria dos estudantes declara já ter tido alguma experiência no mercado de trabalho vinculado à Arquitetura e Urbanismo.

Esses dados sugerem que, além do avanço na formação acadêmica, há também um movimento de aproximação crescente com o campo profissional, o que pode ser tanto um indicativo da busca por complementar a formação, quanto da necessidade de geração de renda durante o curso. A visualização completa encontra-se no Gráfico 8 a seguir:

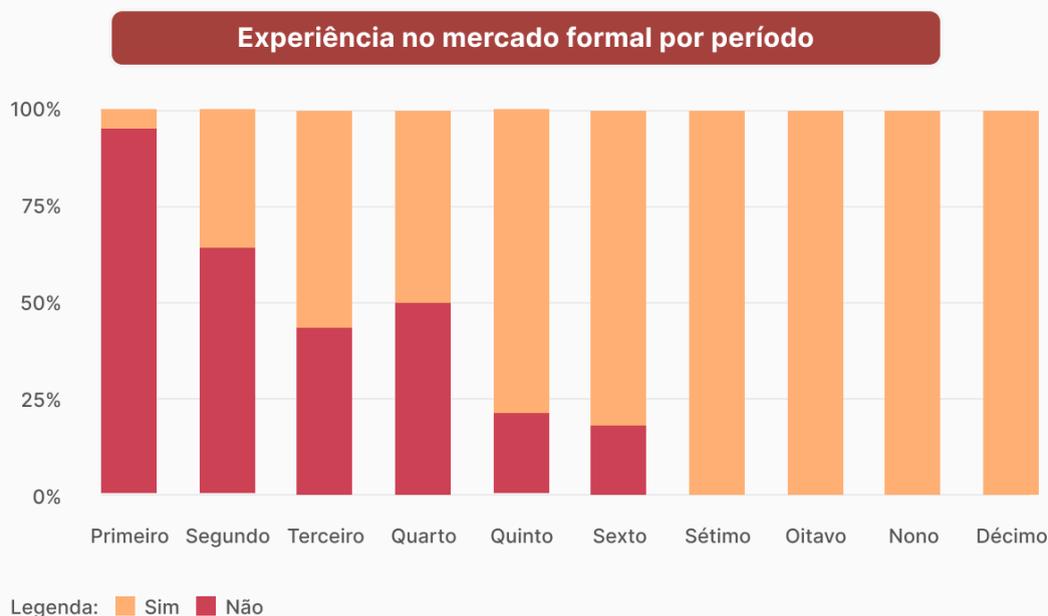


Gráfico 8: Dados de experiência no mercado de trabalho formal por período.
Elaboração: Autora, 2025.

No formulário digital também foi investigada a autopercepção de preparo para o mercado de trabalho. As respostas foram medidas em uma escala de 1 (pouco preparado) a 5 (muito preparado). Os dados aqui também foram organizados por período do curso, permitindo observar como essa autopercepção evolui ao longo da formação.

Nos períodos iniciais, a maioria dos estudantes se declarou pouco preparada, concentrando suas respostas nas opções 1 e 2 da escala. Esse padrão se mantém até o quinto período, com predomínio de percepções de baixa ou moderada maturidade profissional. A partir do sexto período, a percepção de preparo começa a se elevar, com um aumento gradual das respostas nas categorias 4 e 5. Enquanto nos períodos finais do curso, a maior parte dos estudantes indica sentir-se muito preparada para atuar no mercado, com destaque para os oitavos, nonos e décimos períodos, onde predominam as respostas mais altas da escala.

Os dados revelam uma tendência lógica de aumento progressivo na confiança em relação ao mercado de trabalho à medida que os estudantes avançam na graduação. Esses resultados também dialogam com os dados previamente explorados sobre as experiências de trabalho, permitindo inferir uma relação importante entre o aumento da vivência prática e a confiança dos alunos em sua própria maturidade profissional. A distribuição completa pode ser visualizada no Gráfico 9 a seguir:

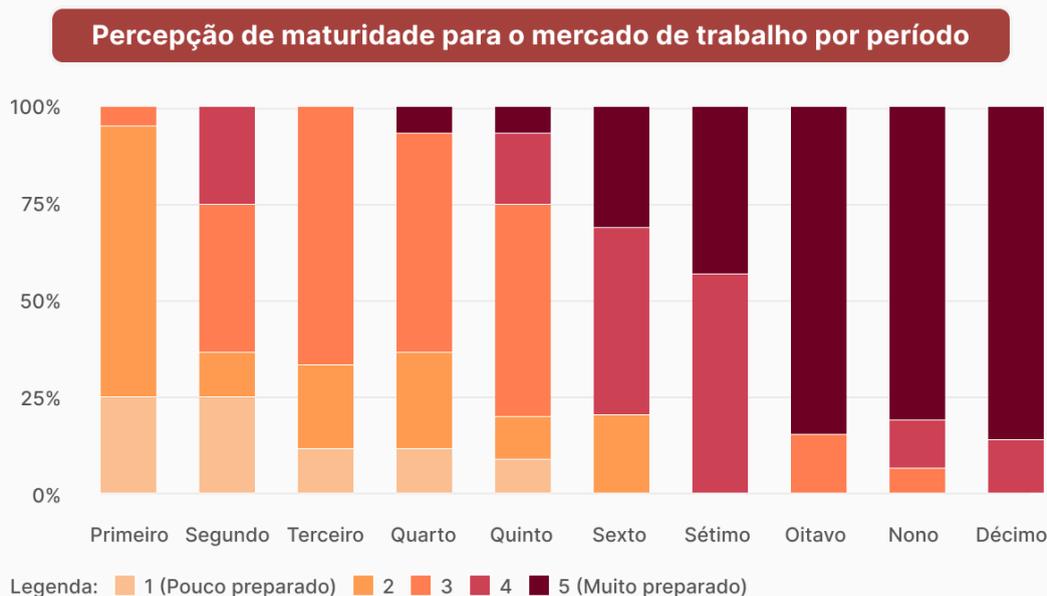


Gráfico 9: Dados da autopercepção de maturidade para o mercado de trabalho por período.
Elaboração: Autora, 2025.

Também foi investigada a autopercepção de preparo para empreender, com respostas distribuídas em uma escala de 1 (pouco preparado) a 5 (muito preparado). Assim como no indicador anterior, os dados também foram organizados por período do curso, permitindo analisar como essa autopercepção se desenvolve ao longo da trajetória acadêmica.

Entre os ingressantes, predominam respostas nas categorias mais baixas da escala, indicando que a maioria dos estudantes nos primeiros períodos ainda se sente pouco preparada para empreender. Esse padrão se estende também para parte dos estudantes que se encontram no meio do curso, especialmente até o quinto período.

A partir do sexto período, entretanto, observa-se uma mudança significativa no padrão de respostas, com aumento expressivo na presença de estudantes que se avaliam como moderadamente ou muito preparados. Esse movimento pode estar relacionado à disciplina de Empreendedorismo, ofertada para todo o curso, mas de caráter obrigatório no sexto período. A elevação da autoconfiança empreendedora entre estudantes do meio do curso e, principalmente, entre os concluintes, indica a influência que a formação formal pode exercer sobre a construção dessa percepção.

Nos períodos finais, as respostas se concentram majoritariamente nas categorias mais altas, sugerindo que boa parte dos concluintes se sentem mais seguros quanto à possibilidade de empreender na área, porém ainda com pouca representatividade da categoria 5, a mais alta da escala. A distribuição completa pode ser visualizada no Gráfico 10 a seguir:

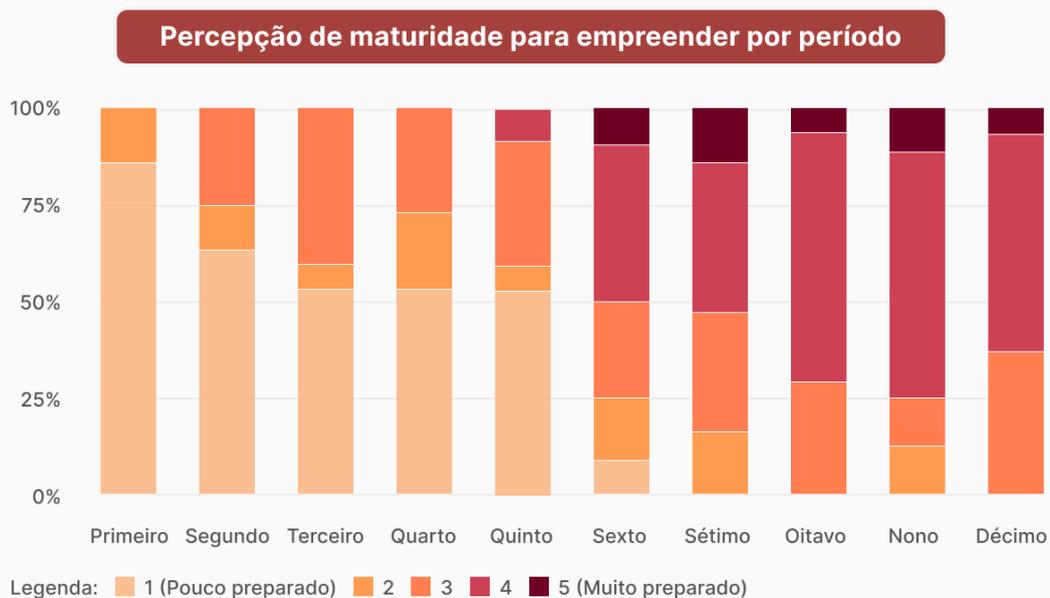


Gráfico 10: Dados da autopercepção de maturidade para empreender por período.
Elaboração: Autora, 2025.

Também foi investigado se os estudantes já tiveram alguma experiência profissional com impacto social e/ou ambiental por meio da Arquitetura e Urbanismo. A maioria dos respondentes afirmou nunca ter atuado nesse nicho, enquanto uma parcela menor declarou já ter vivenciado alguma prática nesse campo. Mesmo com a baixa incidência de estudantes com experiência no nicho, os dados revelam que há um grupo pequeno de estudantes que já teve contato com práticas de Arquitetura e Urbanismo de impacto social, o que revela um potencial de interesse e engajamento ainda em construção ao longo do curso. A visualização encontra-se no Gráfico 11 a seguir:

Experiências em Arquitetura e Urbanismo Social

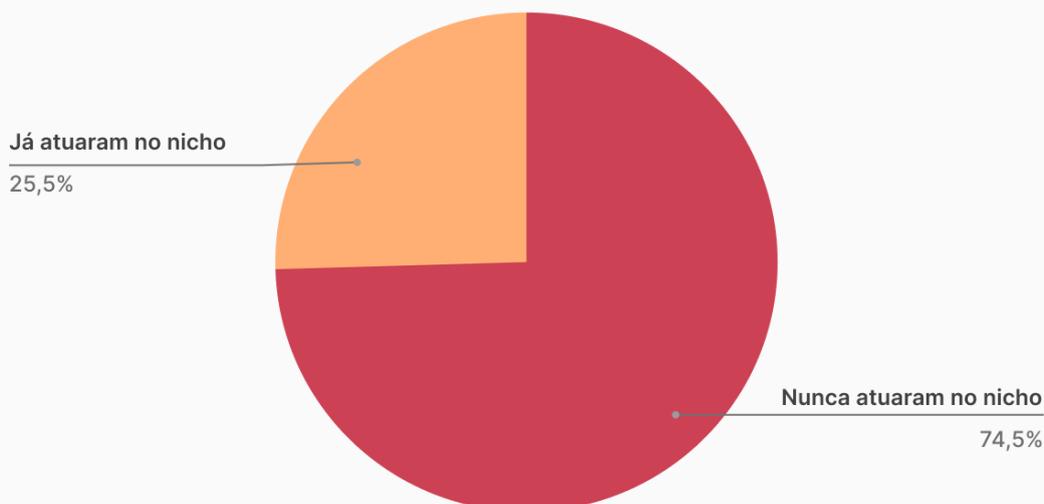


Gráfico 11: Dados de experiência no mercado de Arquitetura e Urbanismo social por período.
Elaboração: Autora, 2025.

Por fim, foi investigada a percepção dos estudantes em relação à capacidade da Arquitetura e Urbanismo de contribuir com a resolução de desafios sociais e ambientais. Os respondentes foram convidados a indicar sua opinião por meio de uma escala de 1 (pouco potencial) a 10 (muito potencial).

A maior parte dos estudantes atribuiu notas altas à profissão, com destaque para os valores entre 7 e 10, sinalizando uma crença generalizada no potencial transformador da área. Notas como 9 e 8 concentram boa parte das respostas, seguidas de avaliações máximas, como o 10. As notas intermediárias, como 5 e 6, aparecem em menor frequência, enquanto as notas mais baixas não foram utilizadas. Esses dados indicam que existe uma percepção fortemente positiva quanto à capacidade da profissão de gerar impacto. A visualização completa encontra-se no Gráfico 12 a seguir:

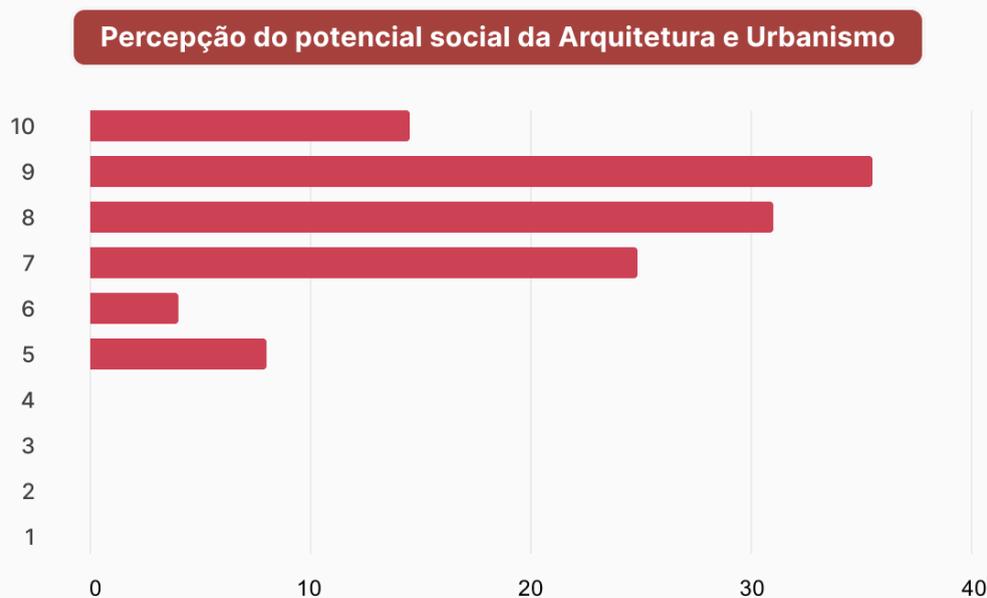


Gráfico 12: Dados de percepção do potencial social da Arquitetura e Urbanismo.
Elaboração: Autora, 2025.

4.3 Dados qualitativos: motivações e expectativas

Essa parte do trabalho tem como objetivo explorar os dados qualitativos acerca das motivações e expectativas dos estudantes com a área de Arquitetura e Urbanismo. O ponto de partida consiste na exploração das respostas anônimas obtidas com as seguintes perguntas do formulário digital: “Em poucas palavras, o que te motivou a escolher o curso?” e “Quais são as suas maiores expectativas como estudante? Como você se imagina atuando na área após a graduação?”.

As respostas dessas perguntas foram posteriormente analisadas e segmentadas por período da graduação, com o objetivo de contribuir para uma compreensão mais aprofundada do perfil dos estudantes ao longo de sua trajetória acadêmica. Dado o volume expressivo de relatos, foram selecionados apenas trechos que representam com clareza os principais sentidos e padrões identificados, priorizando-se a diversidade de pontos de vista e a representatividade dos temas mais recorrentes e relevantes para esse trabalho.

4.3.1 Ingressantes

Entre os estudantes que se encontram nos primeiros períodos da graduação, as motivações para a escolha do curso de Arquitetura e Urbanismo revelam, em sua maioria, elementos afetivos e idealizados, frequentemente associados a sonhos, influências familiares e ao encantamento com a dimensão criativa e multidisciplinar da profissão.

Nesse contexto, o desejo de unir arte, construção e transformação do espaço aparece de forma recorrente nos relatos. Uma aluna do primeiro período afirmou ter sido motivada pelo exemplo do pai, que cursou desenho arquitetônico: “por ser uma profissão que sempre ganhou meu coração e por ter uma área ampla de empregabilidade” (Ingressante 1, 2024)¹⁵. Já outra estudante, também do primeiro período, destacou a fusão entre áreas do conhecimento como principal atrativo: “a junção de arte + construção” (Ingressante 2, 2024).

Paralelamente, a dimensão vocacional da escolha é frequentemente associada a um ideal de realização pessoal. Uma aluna do segundo período escreveu: “era um sonho de infância” (Ingressante 3, 2025). Em alguns casos, a escolha também surge a partir de experiências anteriores com cursos técnicos ou contato com profissionais da área, como aponta uma pessoa não binária ao relatar: “fiz um curso técnico de Design de Interiores cujas professoras eram arquitetas formadas pela UFPE e o trabalho delas me inspirava” (Ingressante 4, 2024).

Em relação às expectativas, os relatos dos ingressantes revelam entusiasmo com o processo formativo e com a possibilidade de crescimento profissional. Algumas respostas mencionam o desejo de adquirir domínio técnico e criativo, como no caso de uma aluna do primeiro período que afirma: “espero conseguir melhorar na área de desenho e ter ideias mais criativas” (Ingressante 5, 2024). Outras expectativas apontam para a continuidade da trajetória acadêmica, com menções a estágios, concursos e pós-graduação. Uma estudante do segundo período, por exemplo, menciona: “tenho interesse em fazer concurso tanto pra prefeitura como pra faculdade” (Ingressante 6, 2025).

¹⁵ Resposta anônima em formulário digital. Dados não publicados. Dezembro de 2024 a janeiro de 2025.

Também há quem projete sua trajetória futura com ambição e senso de propósito, como uma aluna do segundo período que escreve: “me imagino uma arquiteta de sucesso, fazendo grandes projetos e trabalhando em algo social” (Ingressante 7, 2024). A atuação com impacto social aparece, ainda que de forma pontual, como uma expectativa possível e desejável para parte dos ingressantes, mesmo nos estágios iniciais da formação.

Assim, esses dados revelam que os ingressantes tendem a associar o curso a uma oportunidade de realização pessoal e profissional, amparados por um imaginário positivo em relação à arquitetura como campo criativo, transformador e promissor. Ainda pouco afetadas pelas contradições do mercado ou pelas dificuldades do percurso formativo, suas expectativas refletem um momento de entusiasmo e abertura diante das possibilidades da futura profissão.

4.3.2 Meio do curso

Entre os estudantes que se encontram no meio da graduação, as motivações e expectativas passam por reformulações que vêm das vivências concretas da universidade, pelo confronto com a realidade da área, e pelas dúvidas quanto à inserção profissional. Ao contrário dos ingressantes, que costumam projetar suas escolhas com base em idealizações, os estudantes dessa etapa revelam, com mais frequência, ambivalências, frustrações e incertezas.

Alguns relatos expressam diretamente o esgotamento diante do percurso acadêmico. Uma aluna do sétimo período, por exemplo, afirma: “não tenho muita expectativa como estudante, a faculdade destruiu isso com o tempo” (Graduando de meio de curso 1, 2024). De maneira semelhante, uma estudante do quarto período escreve: “no ensino médio eu tinha uma resposta muito poética e inspiradora para essa pergunta. Hoje eu só tento terminar o curso porque a motivação já está perdida” (Graduando de meio de curso 2, 2024). Há também respostas que revelam indefinição quanto ao futuro, como no caso de uma aluna do sexto período que diz: “não faço ideia [...] não consigo me imaginar mais trabalhando de fato com a parte de projetos de arquitetura” (Graduando de meio de curso 3, 2024).

No entanto, ainda que esses sentimentos de desalento estejam presentes, a maior parte dos estudantes desse grupo mantém vínculos com os sentidos mais amplos da profissão. Uma aluna do quarto período escreve: “a possibilidade de intervir positivamente na vida das pessoas, projetando cidades mais acessíveis e saudáveis, desde a rua até a edificação” (Graduando de meio de curso 4, 2024). Outro relato, de uma estudante do oitavo período, também aponta para esse direcionamento: “eu me imagino trabalhando com urbanismo e áreas de vulnerabilidade sociais” (Graduando de meio de curso 5, 2024). Logo, ainda que os caminhos para concretizar esse desejo não estejam completamente claros, a presença recorrente desse tipo de resposta sugere que a Arquitetura e Urbanismo com foco social se afirma como um horizonte de atuação possível e desejável.

Sendo assim, apesar das tensões que marcam a vivência no meio do curso, é possível identificar entre os estudantes um interesse latente por formas de atuação comprometidas com a transformação social e com a melhoria das condições urbanas. Esses relatos sugerem uma busca de um propósito que transcenda a técnica e a estética, resgatando a potência da arquitetura como ferramenta de mudança coletiva.

4.3.3 Concluintes

Entre os estudantes concluintes, aqueles que se encontram nos períodos finais da graduação, as motivações para a escolha do curso aparecem com menos frequência e, muitas vezes, de forma mais objetiva. Em alguns casos, as razões que levaram à Arquitetura e Urbanismo são mencionadas de forma sucinta, como na resposta de uma aluna do décimo período: “a cidade” (Concluinte 1, 2024). Ainda que breve, esse tipo de relato revela o interesse pela dimensão urbana como motivação inicial, o que remete a uma compreensão e desejo de atuação voltada para a transformação do espaço coletivo. Em outros casos, a motivação está ligada a experiências pessoais ou profissionais anteriores. Uma estudante do décimo primeiro período afirma: “realização de um sonho antigo e por perceber a dificuldade de arquitetos desenvolverem projetos para laboratório (minha área de atuação no momento), senti que poderia me especializar nesta área” (Concluinte 2, 2024).

Contudo, há também relatos que indicam distanciamento ou esvaziamento das motivações ao longo do tempo. Uma aluna do décimo período, por exemplo, responde de forma direta: “não pretendo mais atuar na área” (Concluente 3, 2024), sem desenvolver maiores justificativas. Essa fala sugere que, ao final ou ao longo do curso, parte dos estudantes já não se identifica mais com a trajetória escolhida, seja por decepção com a formação, pelas dificuldades do mercado ou por mudanças de interesse pessoal.

No que diz respeito às expectativas em relação ao futuro profissional, a visão dos concluintes tende a ser mais realista, usualmente atravessada por experiências práticas acumuladas ao longo do curso. Uma aluna do décimo período afirma: “imagino um mercado desafiador, que apesar de, em comparação com outras áreas (principalmente em Tecnologia, Finanças), ter remunerações menores para profissionais do mesmo grau de senioridade, pelo menos possibilita uma flexibilidade de atuar como autônomo” (Concluente 4, 2024). Em seguida, complementa: “hoje estou experimentando uma atuação com urbanismo que está sendo interessante” (Concluente 5, 2024), indicando uma tentativa de reposicionamento dentro da profissão.

Assim, entre os concluintes, é possível identificar tanto o esvaziamento de certas motivações iniciais quanto a reelaboração de expectativas em torno da realidade do mercado. Ainda que o entusiasmo observado entre os ingressantes já não se mantenha com a mesma intensidade, alguns estudantes demonstram disposição para encontrar formas de atuação que aliem viabilidade profissional e propósito social, mesmo diante dos desafios concretos impostos pela profissão.

5 Sensibilidade ao social: como a política de cotas influencia o perfil dos alunos na UFPE

No Brasil, a desigualdade social permanece como um dos maiores desafios para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, algo que se conecta às raízes profundas de exclusão histórica de grupos minorizados, e na má distribuição de recursos e oportunidades. Nesse cenário, o ensino superior público e gratuito de qualidade representa uma poderosa ferramenta de transformação social, capaz de ampliar horizontes e criar possibilidades reais de mudança de vida para essas pessoas. No entanto, ao transformar a vida de um indivíduo por meio da educação, repercussões mais amplas tendem a ocorrer em sua coletividade. A emancipação individual é um elemento-chave para a transformação social.

Partindo dessa reflexão, este capítulo se dedica a compreender como a política de cotas vem atuando como um vetor de ampliação da diversidade nos espaços do ensino superior público, em especial na Universidade Federal de Pernambuco. Esse novo cenário contribui para a formação de sujeitos com trajetórias marcadas por vivências sociais plurais o que amplia a sensibilidade coletiva frente às causas sociais.

5.1 Contexto histórico e político

A formulação de políticas públicas de ação afirmativa no Brasil, como o sistema de cotas no ensino superior, está profundamente enraizada na história de exclusões que marcaram a constituição da sociedade brasileira. O Brasil foi o último país do Ocidente a abolir formalmente a escravidão, em 1888, sem promover qualquer política de reparação ou inclusão da população negra no processo de construção cidadã. A abolição foi jurídica, mas a marginalização permaneceu social e econômica.

Ao mesmo tempo, o acesso à educação formal, especialmente à educação superior, sempre foi restrito aos grupos sociais economicamente privilegiados. O sistema educacional brasileiro foi historicamente excludente e estratificado. A universalização do ensino fundamental só foi alcançada parcialmente no final do

século XX, enquanto o ensino médio continuou sendo um funil social que dificultava o avanço da maior parte da população pobre e negra. A universidade pública, por sua vez, permaneceu por décadas como um espaço predominantemente branco, elitizado e desconectado das realidades populares.

A ausência de políticas públicas robustas que promovessem a equidade educacional consolidou uma trajetória de desigualdade acumulada: estudantes oriundos de escolas públicas, geralmente marcados por contextos de pobreza e vulnerabilidade social, enfrentavam uma série de obstáculos materiais e simbólicos para competir em pé de igualdade com candidatos egressos da rede privada de ensino. Essa desigualdade de partida não se expressava apenas em termos econômicos, mas também em termos raciais e territoriais, dada a interseção entre raça, classe e acesso a bens públicos no Brasil.

Nesse sentido, a discussão sobre cotas raciais, sociais e educacionais não se reduz à ideia de benefício para determinados grupos, mas trata da necessidade de romper com um padrão histórico de exclusão que, ao longo de mais de um século, impediu que sujeitos historicamente marginalizados tivessem acesso a espaços de formação superior e, por consequência, a melhores condições de vida e de atuação profissional. É nesse contexto que emergem as primeiras experiências institucionais de ações afirmativas nas universidades brasileiras.

Ainda que pouco lembrada, a primeira proposta oficial de reserva de vagas no sistema educacional brasileiro surgiu com a chamada “Lei do Boi” (Lei nº 5.465/1968¹⁶), que vigorou até 1985. Essa norma prevê que escolas agrícolas e instituições superiores de agronomia e veterinária mantidas pela União destinem 50% de suas vagas a candidatos agricultores ou seus filhos, residentes na zona rural, e 30% para moradores de vilas e cidades pequenas. Embora não voltada à questão racial, essa legislação marcou o início de um raciocínio estatal sobre a necessidade de ações afirmativas que considerassem as desigualdades estruturais de origem.

Nos anos 1980, o debate sobre cotas raciais e sociais começou a ganhar contornos mais explícitos. De acordo com Nascimento (2013), o deputado federal

¹⁶ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5465-3-julho-1968-358564-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 24 mai. 2025.

Abdias Nascimento (RJ), figura central do movimento negro e da luta antirracista no Congresso, propôs uma política ampla de reparação para a população negra, incluindo uma reserva de vagas das bolsas de estudo, perpassando da educação básica à pós-graduação, para estudantes negros, bem como sua inclusão em concursos públicos e carreiras diplomáticas. A proposta não teve êxito imediato, mas estabeleceu uma base simbólica e política fundamental para as lutas que se seguiram nas décadas seguintes. De acordo com Paula Pimenta (2022) Outras propostas parlamentares reforçaram essa agenda, como a da deputada Benedita da Silva (RJ), que em 1993 e 1995 defendeu cotas para negros, indígenas e estudantes carentes no ensino superior. Essas proposições revelam que, muito antes da lei federal de cotas vigente ser aprovada, já existia uma preocupação institucional com a inclusão de setores historicamente discriminados nas universidades públicas.

Foi somente a partir do final dos anos 1990, com a redemocratização mais consolidada e a articulação entre academia e movimentos sociais, que as ações afirmativas começaram a ser efetivamente implementadas na educação superior. O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002), ao participar de conferências internacionais sobre combate ao racismo, como a Conferência de Durban (2001)¹⁷, reconheceu a existência do racismo estrutural e abriu espaço para que as universidades públicas flexibilizassem seus processos seletivos (Santos, Mirtes Aparecida dos, 2019).

Segundo o professor Antônio Sérgio Guimarães (apud Paula Pimenta, 2022), as primeiras experiências concretas aconteceram nesse período, quando o Ministério da Educação passou a permitir que as instituições adotassem critérios além do vestibular tradicional. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foi pioneira ao implantar um sistema de cotas raciais e sociais no vestibular de 2001. Antes disso, em 2000, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro já havia aprovado uma lei que reservava vagas para estudantes egressos de escolas públicas. Em 2001, outra norma destinou quase metade das vagas para candidatos autodeclarados negros e pardos.

Na esfera federal, a Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira a adotar cotas raciais em 2003, gerando grande repercussão e polarização na sociedade

¹⁷ III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela ONU, em Durban, na África do Sul em 2001.

brasileira. O tema das cotas dividiu opiniões entre parlamentares, intelectuais, educadores e a opinião pública. Muitos alegavam que a política era inconstitucional, discriminatória ou que comprometeria a qualidade da formação universitária. Contudo, ao longo da vigência da lei, parte desses críticos reviu suas posições diante dos resultados positivos obtidos.

Durante esse período, dezenas de projetos foram apresentados no Congresso Nacional, revelando que a luta pelas cotas era também uma disputa legislativa. A deputada Nice Lobão (MA)¹⁸, por exemplo, apresentou em 1999 a proposta que, após tramitação, daria origem à Lei nº 12.711/2012¹⁹ (Pimenta, 2022). Embora seu texto inicial não incluísse a questão racial, essa foi incorporada posteriormente a partir de outras proposições apensadas.

Aprovada em 2012, a Lei de Cotas instituiu um sistema nacional de reserva de vagas que combinava critérios de renda, origem escolar e pertencimento étnico-racial. Ela estabeleceu que 50% das vagas nas universidades federais deveriam ser destinadas a estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas. Desse total, 50% seriam reservados para candidatos de baixa renda (até 1,5 salário mínimo per capita), e as vagas remanescentes deveriam ser subdivididas conforme a proporção de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na unidade da federação em que a instituição se localizava, com base nos dados do IBGE.

Posteriormente, em 2023, a lei de 2012 que já previa uma revisão depois de uma década, foi alterada pela Lei nº 14.723/2023²⁰. A revisão reduziu a renda familiar máxima para participar das cotas, que passa de 1,5 salário mínimo por pessoa para 1 salário mínimo por pessoa que tenha cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. O texto também inseriu pessoas quilombolas entre os beneficiados pela reserva de vagas, que já incluía pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. Além disso, estabelece prioridade para cotistas em situação de vulnerabilidade social no recebimento de auxílio estudantil. A versão

¹⁸ Projeto de lei elaborado pela deputada. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=330424&filename=Tramitacao-PL%2073/1999>. Acesso em: 24 mai. 2025.

¹⁹ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 24 mai. 2025.

²⁰ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm>. Acesso em: 25 mai. 2025.

mais atualizada da lei já está em vigor e amplamente difundida no SISU, Sistema de Seleção Unificada de ingresso no ensino superior.

No âmbito local, a Universidade Federal de Pernambuco só aderiu ao sistema de reserva de vagas em 2013 após o estabelecimento da Lei 12.711, de 2012, para o ingresso em 2014, mas de forma gradativa. Antes, “em 2009, ela adicionou um bônus de 10% no processo de vestibular às notas de candidatos oriundos de escolas públicas” (Souza, 2016, p. 41). Atualmente, de acordo com o edital do SISU de 2025, o mais atual, foram ofertadas 7.052 vagas que se distribuem da seguinte forma:

O percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) da reserva de vagas para candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, observadas as seguintes condições: a) I – mínimo de 50% (cinquenta por cento) das vagas de que trata serão reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda familiar igual ou inferior a 1 salário mínimo (um salário mínimo) per capita; b) II – proporção de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos e indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência na população de Pernambuco, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no Estado de Pernambuco. (UFPE, 2025)

Essa relação se materializa de forma concreta no processo seletivo de 2025 para o curso de Arquitetura e Urbanismo. Conforme a tabela de distribuição de vagas disponível no edital do SISU para este ano, foram ofertadas 100 vagas, das quais 50 são destinadas a candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, caracterizando-se como cotistas. Essas vagas, por sua vez, são subdivididas de acordo com critérios de vulnerabilidade social, incluindo renda familiar, deficiência, pertencimento étnico e racial, conforme apresentado no quadro a seguir:

Distribuição de vagas reservadas: Arquitetura e Urbanismo

Independente de renda	
Candidatos autodeclarados pretos ou pardos, independentemente da renda, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas	17
Candidatos que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas	4
Pessoas com deficiência, independentemente da renda, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas	3
Candidatos autodeclarados indígenas, independentemente da renda, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas	1
Correlatas a renda	
Candidatos autodeclarados pretos ou pardos, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas	17
Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas	3
Candidatos com deficiência, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas	3
Candidatos autodeclarados indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas	1
Candidatos autodeclarados quilombolas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas	1

Quadro 1: Quadro da distribuição de vagas reservadas a cotistas no curso de Arquitetura e Urbanismo.

Elaboração: Autora, 2025.

Dentre as vagas reservadas, 25 contemplam candidatos independentemente da renda, incluindo autodeclarados pretos ou pardos (17 vagas), pessoas com deficiência (3 vagas), candidatos indígenas (1 vaga) e demais estudantes de escola pública (4 vagas). As outras 25 vagas estão vinculadas à condição de renda familiar bruta per capita igual ou inferior a um salário mínimo, sendo destinadas a pretos ou pardos (17 vagas), pessoas com deficiência (3 vagas), estudantes em geral de baixa renda (3 vagas), indígenas (1 vaga) e quilombolas (1 vaga).

5.2 O impacto da Lei de Cotas no perfil de alunos

Apesar do contexto histórico e legislativo apresentado, é importante compreender, na prática, como a implantação da Lei de Cotas vem impactando o ensino superior e, mais especificamente, o perfil dos estudantes que hoje acessam as universidades públicas. Para isso, este capítulo parte de um esforço de análise

que reúne diferentes fontes de dados: o levantamento de Senkevics (2021), o Censo da Educação Superior de 2023 e informações institucionais obtidas junto à UFPE. Embora cada uma dessas bases tenha recortes distintos, quando consideradas em conjunto, permitem traçar uma linha do tempo consistente sobre os avanços da política de reserva de vagas ao longo das últimas décadas. A intenção aqui é observar não apenas a presença numérica desses grupos nas universidades, mas também o que ela revela sobre transformações sociais mais amplas, especialmente no que diz respeito à diversidade e à democratização do acesso ao ensino superior.

De acordo com os dados do PNAD/IBGE sistematizados por Senkevics (2021), em 2012, ano em que a Lei de Cotas foi aprovada, cerca de 48% dos jovens de 18 a 24 anos que ingressaram no ensino superior pertenciam ao quinto quintil de renda, ou seja, aos 20% mais ricos da população brasileira. Esse dado evidencia como o acesso ao ensino superior, até aquele momento, seguia fortemente concentrado entre os grupos de maior renda.

De acordo com o levantamento, até 2011 os três quintis mais pobres (1º, 2º e 3º) respondiam, juntos, por menos de um terço dos ingressantes no ensino superior. Em contrapartida, os 20% mais ricos ocupavam quase metade das vagas. Essa concentração revela como a trajetória até a universidade era, predominantemente, um privilégio das elites econômicas, uma realidade que começa a se modificar lentamente a partir da década seguinte.

Com a aprovação da Lei de Cotas em 2012 e sua implantação gradual nas instituições federais de ensino superior entre 2013 e 2016, é possível observar, ano a ano, uma ampliação progressiva da participação dos estudantes oriundos das camadas mais pobres. Em 2019, por exemplo, os jovens pertencentes ao 1º quintil (20% mais pobres) passaram a representar 5% dos ingressantes, enquanto os do 2º e 3º quintis somavam 30%. Ao mesmo tempo, a participação dos 20% mais ricos caiu para 40%, revelando uma redução de oito pontos percentuais em relação a 2012.

É importante destacar que o recorte apresentado por Senkevics considera exclusivamente jovens entre 18 e 24 anos, o que limita a análise ao excluir trajetórias não lineares ou acessos tardios à universidade. Por outro lado, ao englobar o ensino superior de forma ampla, incluindo instituições públicas e

privadas, o dado contribui para uma compreensão mais abrangente do acesso aos ambientes universitários brasileiros. Conforme o Gráfico 13 abaixo:

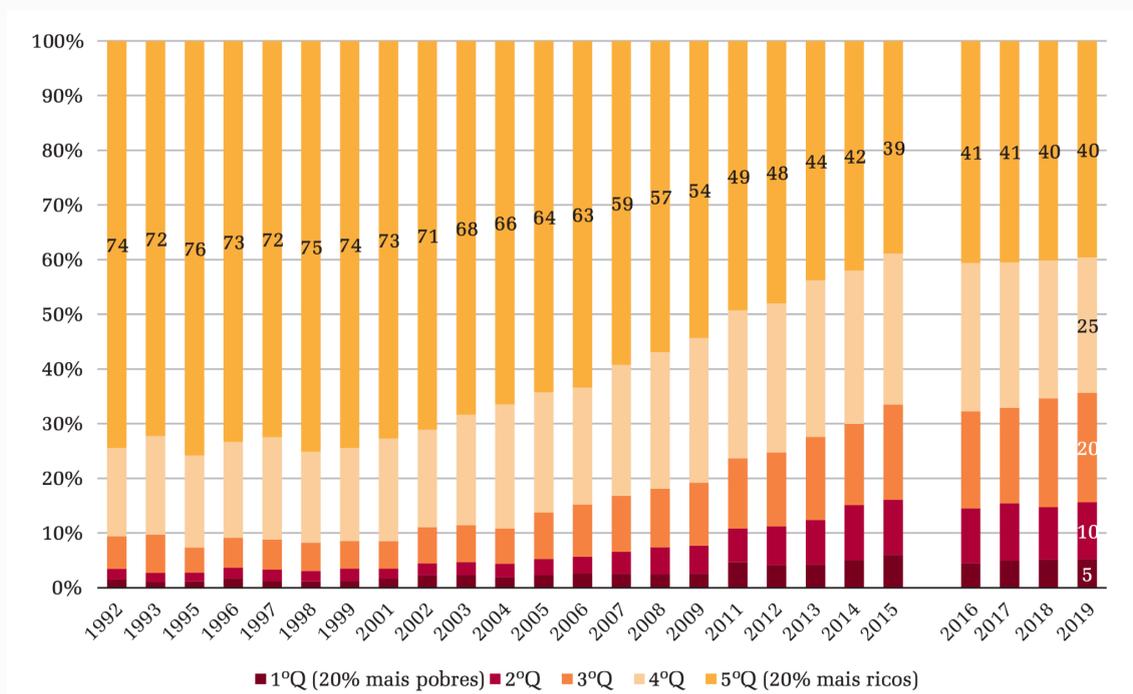


Gráfico 13: Composição socioeconômica, por quintil de renda domiciliar per capita, dos jovens de 18 a 24 anos que acessam o ensino superior – Brasil – 1992-2019.
Fonte: Senkevics, 2021.

No que se refere à composição racial, observa-se também uma mudança importante ao longo do tempo. Os dados de Senkevics (2021) indicam que, ao longo das últimas décadas, a presença de jovens pretos, pardos e indígenas no ensino superior cresceu de forma significativa. Em 1992, esse grupo representava apenas 15% dos ingressantes entre 18 e 24 anos, enquanto os brancos e amarelos correspondiam a 85% do total.

Com o avanço das políticas de ação afirmativa, especialmente a partir da década de 2010, esse quadro começou a se reconfigurar. Em 2012, esse recorte ocupava 34% dos universitários. Já em 2019, os estudantes pretos, pardos e indígenas representavam 46% dos jovens ingressantes, reduzindo consideravelmente a disparidade racial no acesso à educação superior, conforme o Gráfico 14 a seguir.

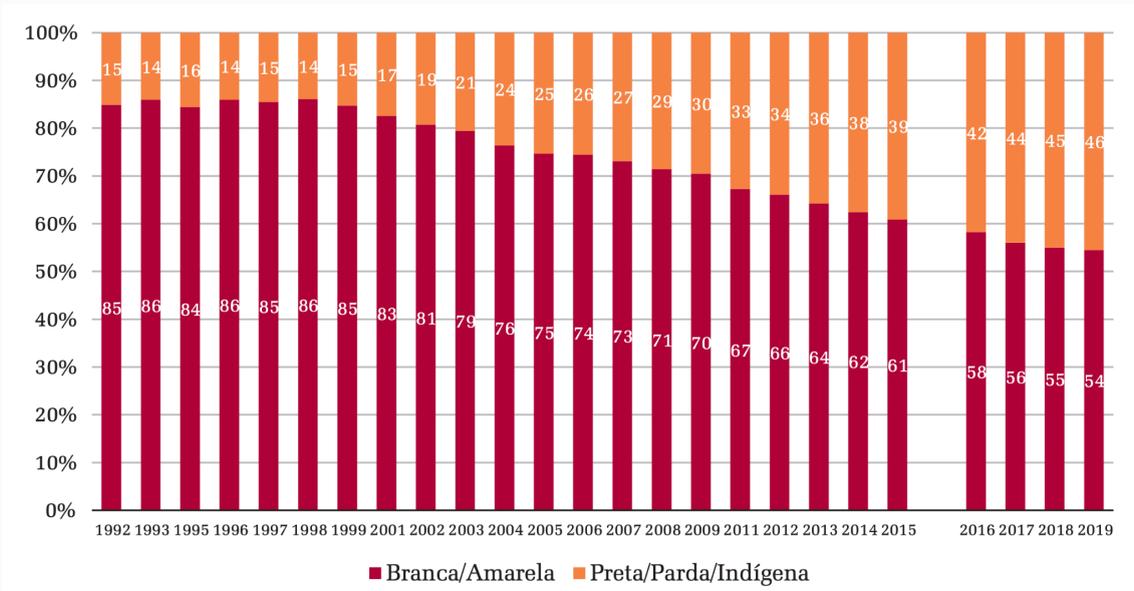


Gráfico 14: Composição racial dos jovens de 18 a 24 anos que acessam o ensino superior – Brasil – 1992-2019.

Fonte: Senkevics, 2021.

Complementando os dados de Senkevics, que analisam a composição socioeconômica e racial dos jovens entre 18 e 24 anos até 2019, o Censo da Educação Superior de 2023²¹ amplia o recorte temporal, e populacional, mas agora foca nos ingressantes em cursos de graduação na rede federal. Essa nova fonte permite observar os desdobramentos mais recentes da política de cotas, especialmente após sua consolidação ao longo da última década.

De acordo com o levantamento, 38,8% dos estudantes que ingressaram em instituições federais em 2023 o fizeram por meio da reserva de vagas. Um contraste importante com 2014, início da política de cotas, em que apenas 24% ingressaram na rede pública por meio de ações afirmativas. Embora esse percentual ainda não represente a maioria, ele confirma o impacto gradual das ações afirmativas. Conforme descrito no Gráfico 15 abaixo.

²¹ Até a presente data de construção deste trabalho, esse era o relatório mais recente.

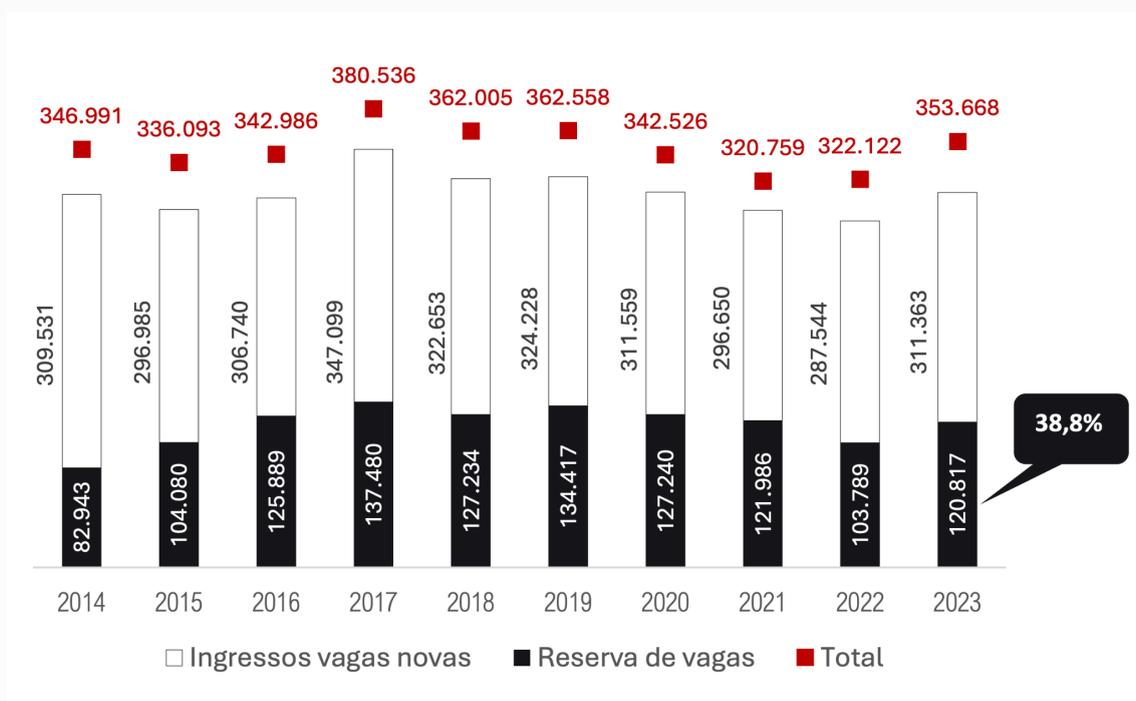


Gráfico 15: Número de ingressantes em cursos de graduação na rede federal – Brasil 2014-2023
 Fonte: MEC/Inep; Censo da Educação Superior, 2023

Agora aprofundando a análise dos ingressos por reserva de vagas nas instituições federais em 2023, com o Gráfico 16 a seguir, é possível observar o detalhamento por tipo de ação afirmativa. Dentre os mais de 120 mil estudantes que acessaram o ensino superior por cotas, a maior parte se deu por meio da política voltada a estudantes oriundos de escolas públicas, que representa 112.459 ingressantes, item inerente à política afirmativa. Em seguida, aparecem os recortes étnicos (63.462), sociais vinculados à renda familiar (52.550) e, por fim, os voltados para pessoas com deficiência (2.726).

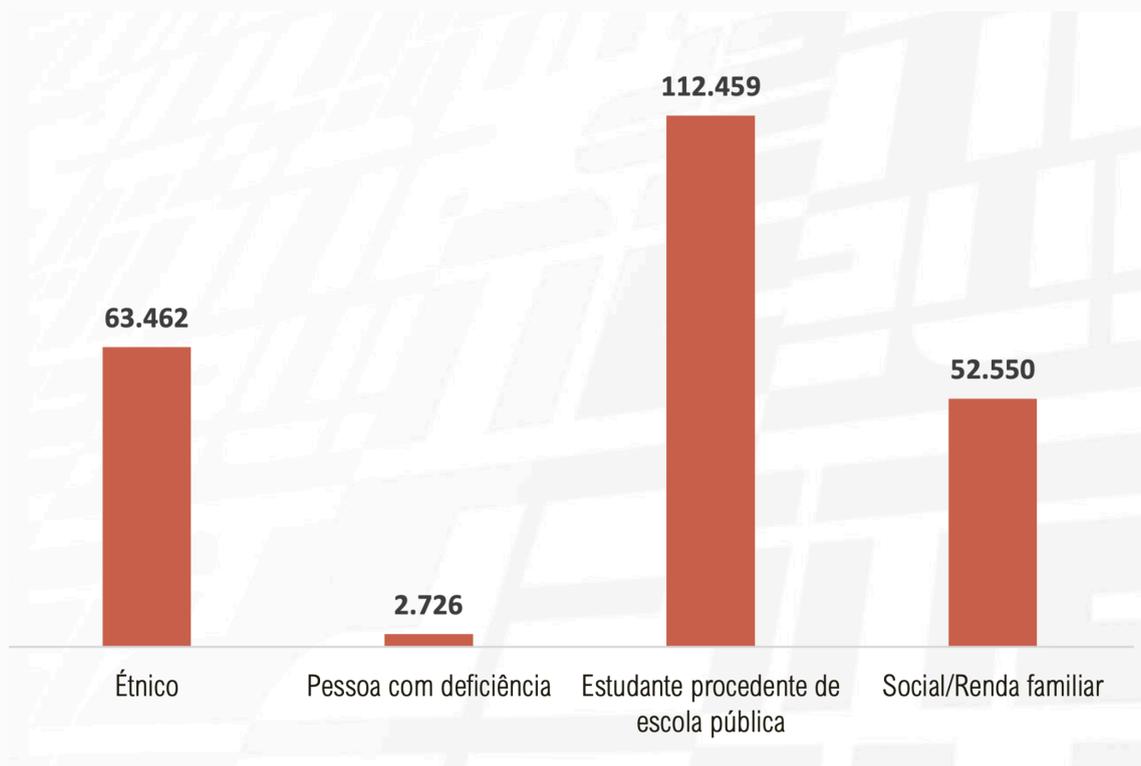


Gráfico 16: Número de ingressantes em cursos de graduação na rede federal por tipo de programa de reserva de vagas²² – Brasil 2023
 Fonte: MEC, Inep; Censo da Educação Superior, 2023

Complementando os dados acima, que contemplam o panorama até o ano de 2023, e aproximando o foco para o micro-objeto deste estudo, no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE observa-se que, entre 2021 e 2025, não apenas houve a continuidade da distribuição de vagas conforme estabelecido pela legislação de cotas, como também uma ocupação mais significativa dessas.

A seguir serão explorados os dados de ingressantes que foram obtidos por meio de um chamado formal à Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da UFPE, responsável pelo acesso ao sistema interno de registros institucionais [Apêndice B]. A partir das informações fornecidas, foi possível identificar o número anual de estudantes que ingressaram no curso por meio de alguma modalidade de cota, segundo os critérios definidos pelas Leis nº 12.711/2012 e nº 14.723/2023.

No período analisado, o número de ingressantes cotistas manteve-se estável, oscilando entre 50 e 55 estudantes por ano, eventualmente ultrapassando a

²² O autor deixa como nota o fato de que um mesmo estudante pode ingressar por mais de um tipo de reserva de vagas. Neste caso, o mesmo aluno pode estar contabilizado mais de uma vez. Logo, os números podem ser maiores do que a realidade.

quantidade mínima estabelecida. Essa constância evidencia a consolidação da política de cotas como mecanismo de democratização do acesso ao ensino superior e a sua efetiva operacionalização no curso de Arquitetura e Urbanismo. O Gráfico 17 a seguir ilustra essa tendência:

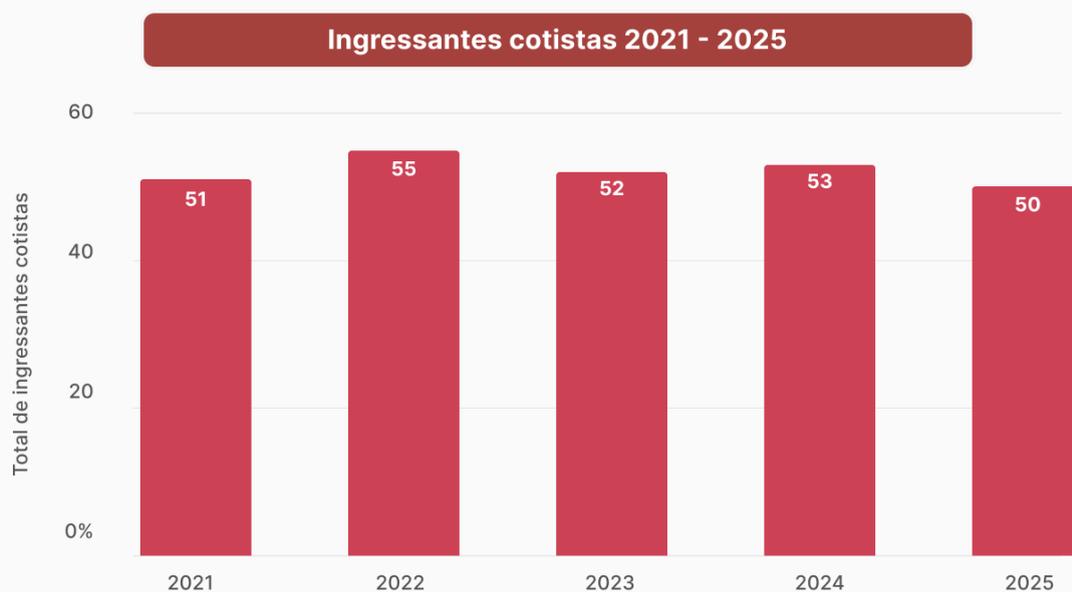


Gráfico 17: Total de ingressantes cotistas no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE – 2021 – 2025.
Elaboração: Autora, 2025.

Destrichando melhor esses dados, é possível analisar com mais profundidade a composição interna dos ingressantes cotistas para esses anos da amostra. Para isso, foram elaborados diagramas de Venn²³ por ano, agrupando os estudantes de acordo com os marcadores sociais que fundamentam as ações afirmativas: pretos, pardos e indígenas; pessoas de baixa renda; e pessoas com deficiência. Essa representação parte da simplificação das nomenclaturas institucionais (como *LB_PP*, *LI_PB*, *LB_PCD*, entre outras²⁴), substituindo-as por categorias que expressam com mais clareza os grupos minoritários contemplados pela política de cotas. Além disso, para os diagramas foram subtraídas as informações de número de cotistas por escola pública por ser uma informação intrínseca e obrigatória para o uso das políticas afirmativas.

²³ Representação gráfica usada para ilustrar elementos e relações entre conjuntos e grupos por meio de formas circulares sobrepostas.

²⁴ Termos disponíveis com mais detalhes no Apêndice B.

Para o ano de 2021, a análise revela que a maior parte dos ingressantes cotistas se encontra na interseção entre raça e renda, totalizando 17 estudantes que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas e que também pertencem a famílias de baixa renda. Outros 16 ingressaram exclusivamente por critério racial, sem se enquadrarem na faixa de renda definida pela legislação. Já 8 estudantes foram contemplados apenas pela condição de baixa renda, sem autodeclaração racial.

No que se refere às pessoas com deficiência, observam-se dois casos: um estudante ingressou exclusivamente por esse critério, enquanto outro foi contemplado por ser pessoa com deficiência e também se enquadrar na condição de baixa renda. Nenhum estudante com deficiência, nesse ano, aparece associado ao critério racial. Vale salientar que, nesse ano, ainda não havia recortes específicos para pessoas indígenas nem quilombolas, conforme a legislação vigente até então. A visualização a seguir explicita essa sobreposição de marcadores, permitindo compreender com mais precisão o perfil dos ingressantes cotistas no ano de 2021, conforme o Diagrama 1 abaixo:

Diagrama de ingressantes cotistas por grupos minoritários - 2021

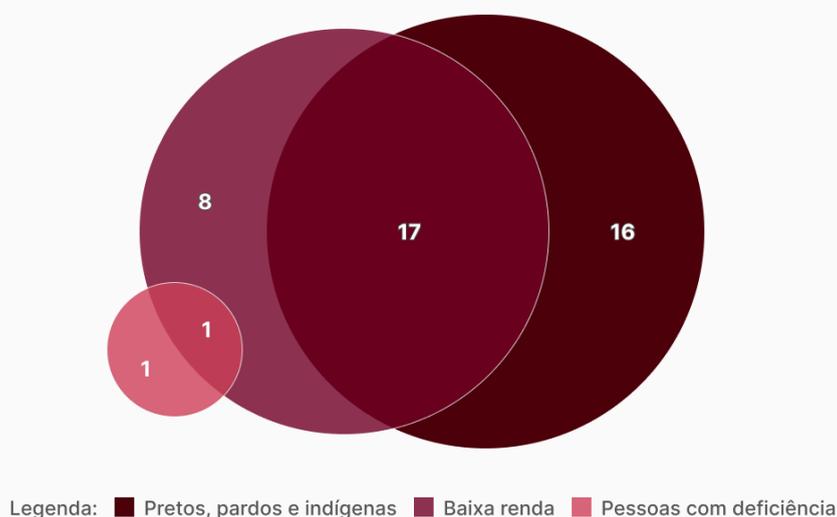


Diagrama 1: Diagrama de Venn de ingressantes cotistas por grupos minoritários – 2021.
Elaboração: Autora, 2025.

Dando continuidade, em 2022, observa-se uma composição semelhante à do ano anterior, com predominância da sobreposição entre os critérios de raça e renda, que reúne 16 estudantes. Além desse grupo, outros 15 ingressaram exclusivamente por autodeclaração como pretos, pardos ou indígenas, enquanto 11 foram contemplados apenas pela condição de baixa renda. Casos pontuais de estudantes com deficiência também se fazem presentes, sendo um deles inserido por esse critério atrelado ao de raça e outro por deficiência e baixa renda combinadas. A configuração de 2022 reforça a relevância das intersecções entre marcadores sociais e indica uma continuidade no perfil dos ingressantes cotistas no curso, conforme o Diagrama 2 abaixo:

Diagrama de ingressantes cotistas por grupos minoritários - 2022

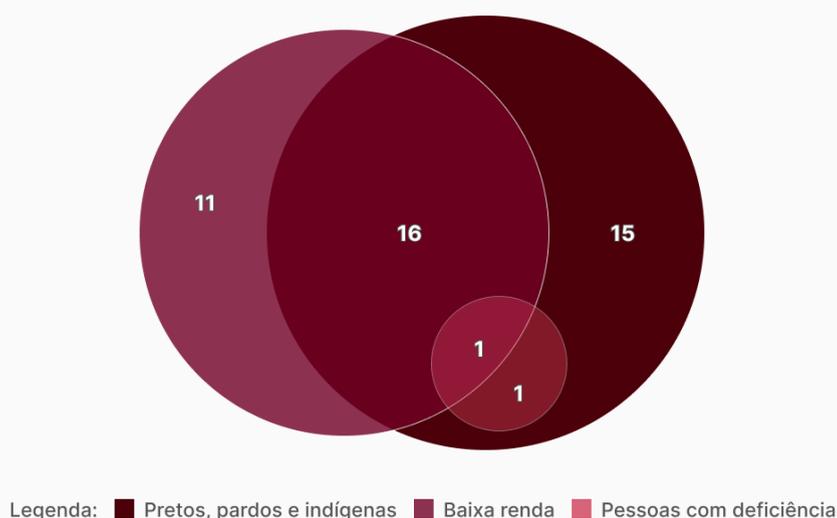


Diagrama 2: Diagrama de Venn de ingressantes cotistas por grupos minoritários – 2022.
Elaboração: Autora, 2025.

Em 2023, a composição dos ingressantes por cotas segue refletindo a centralidade dos marcadores de raça e renda, com 17 estudantes situados na intersecção entre esses dois critérios. Além disso, observa-se a presença de 16 estudantes que ingressaram exclusivamente pela autodeclaração como pretos ou pardos, enquanto 8 foram contemplados unicamente por sua condição de baixa renda.

Nesse ano, contudo, destaca-se uma importante inflexão no sistema de cotas da UFPE: pela primeira vez, foi instituído um recorte específico para pessoas indígenas, desvinculado da categoria mais ampla de pretos, pardos e indígenas, que até então aparecia de forma agrupada. Essa mudança institucional antecede a atualização nacional da política de cotas, que seria formalizada no final de 2023 por meio da Lei nº 14.723/2023, e já começa a se refletir nos dados de ingresso. Um estudante indígena acessou o curso exclusivamente por essa nova modalidade. Além disso, registra-se a presença de um estudante com deficiência, vinculado também ao critério de baixa renda, compondo um perfil interseccional. Esses dados estão representados no Diagrama 3 a seguir:

Diagrama de ingressantes cotistas por grupos minoritários - 2023

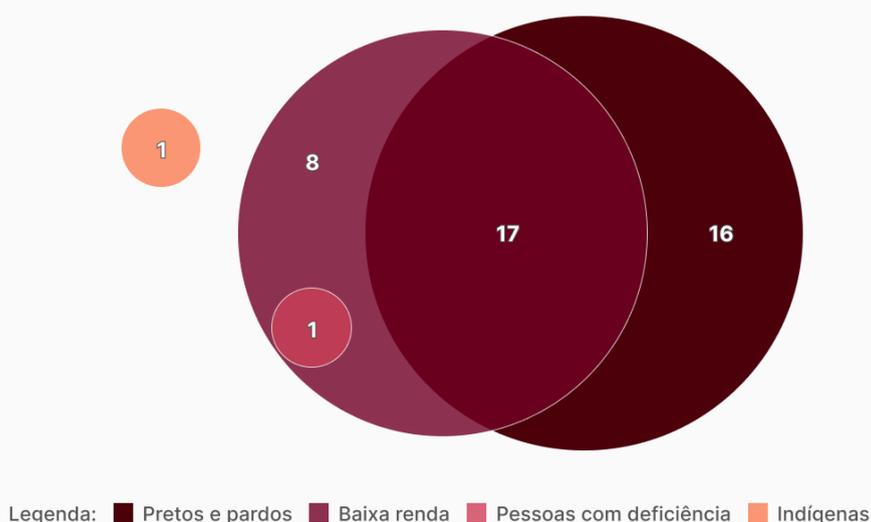


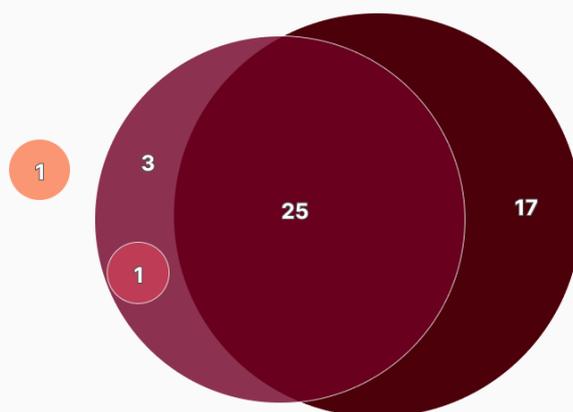
Diagrama 3: Diagrama de Venn de ingressantes cotistas por grupos minoritários – 2023.
Elaboração: Autora, 2025.

Em 2024, os dados apontam para o fortalecimento da interseccionalidade entre os marcadores de raça e renda, como porta de entrada prioritária no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE. Ao todo, 25 estudantes ingressaram simultaneamente por serem pretos ou pardos e pertencentes a famílias de baixa renda, o número mais expressivo dessa interseção desde o início da amostra analisada. Além disso, observa-se a presença de 17 estudantes que entraram

exclusivamente por autodeclaração racial, e 3 que o fizeram apenas por critério de renda.

Este foi também o primeiro ano de vigência da revisão da Lei de Cotas, que atualiza a legislação anterior ao incluir, de forma explícita, o recorte para estudantes quilombolas. No entanto, não foram identificados ingressantes nessa categoria no curso analisado. Permanecem, por outro lado, os registros de outras frentes contempladas: um estudante indígena acessou o curso por meio da cota étnica específica, e outro foi contemplado por ser pessoa com deficiência e também de baixa renda. O perfil dos ingressantes cotistas de 2024 pode ser visualizado no Diagrama 4 a seguir:

Diagrama de ingressantes cotistas por grupos minoritários - 2024



Legenda: ■ Pretos e pardos ■ Baixa renda ■ Pessoas com deficiência ■ Indígenas

Diagrama 4: Diagrama de Venn de ingressantes cotistas por grupos minoritários – 2024.
Elaboração: Autora, 2025.

Já em 2025, a composição dos ingressantes cotistas revela uma ampliação significativa da diversidade de perfis contemplados, refletindo com mais clareza os efeitos da Lei nº 14.723/2023, já em seu segundo ano de vigência. A interseccionalidade entre os critérios de raça e renda segue como a principal porta de entrada para o curso, reunindo 18 estudantes. Além disso, 17 ingressaram

exclusivamente por autodeclaração como pretos ou pardos, e 3 o fizeram apenas por meio da condição de baixa renda.

Nota-se também um crescimento expressivo do número de estudantes com deficiência: três ingressaram exclusivamente por esse critério, enquanto outros três combinaram deficiência com baixa renda. Essa ampliação aponta para um uso mais efetivo da política por diferentes grupos vulneráveis, revelando sua capacidade de abarcar múltiplas formas de desigualdade social. Além disso, pela primeira vez, registra-se a presença de um estudante quilombola entre os ingressantes, um marco relevante no contexto da nova legislação que passou a prever esse recorte de forma explícita, esse estudante especificamente fez o uso da intersecção de baixa renda e o fator étnico. Também se observa a continuidade da presença indígena, um estudante ingressou exclusivamente pela cota étnica. A composição dos ingressantes cotistas de 2025 está representada no Diagrama 5 a seguir:

Diagrama de ingressantes cotistas por grupos minoritários - 2025

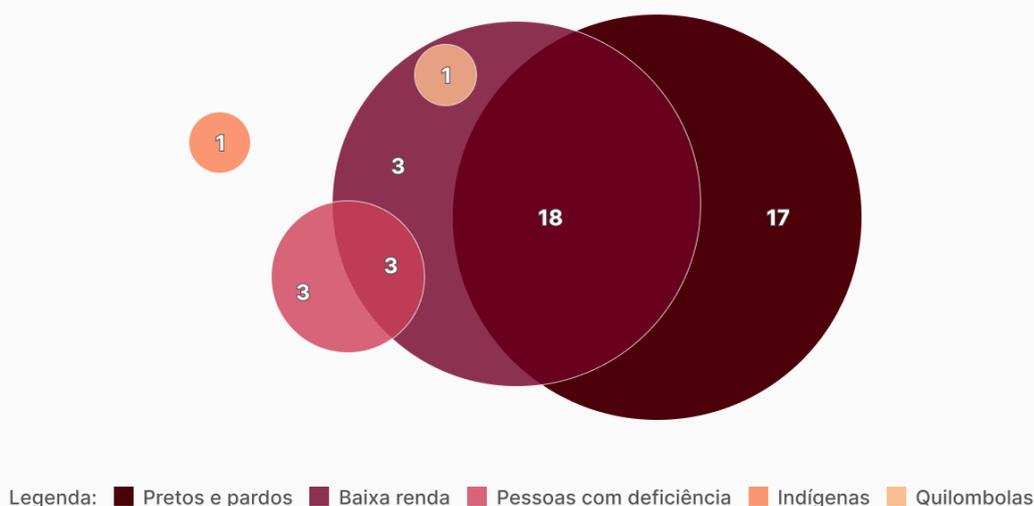


Diagrama 5: Diagrama de Venn de ingressantes cotistas por grupos minoritários – 2025.
Elaboração: Autora, 2025.

Ao comparar os dados de 2021 a 2025, observa-se uma estabilidade no número total de ingressantes cotistas no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE. No entanto, quando se olha com mais atenção, nota-se que, ao longo desses

anos, houve uma transformação importante na composição desses estudantes. A combinação entre os marcadores de raça e renda se manteve como principal critério de acesso, mas, gradualmente, outros perfis foram ganhando visibilidade. A partir de 2023, por exemplo, passa a ser possível identificar estudantes indígenas como um grupo com recorte próprio, resultado de uma mudança institucional na UFPE. Já em 2024, com a entrada em vigor da revisão da Lei de Cotas, essa ampliação se consolida e ganha ainda mais força no ano seguinte, com a chegada do primeiro estudante quilombola ao curso. Além disso, também é possível perceber um aumento na presença de estudantes com deficiência, muitos deles acumulando outras camadas de vulnerabilidade, como a baixa renda.

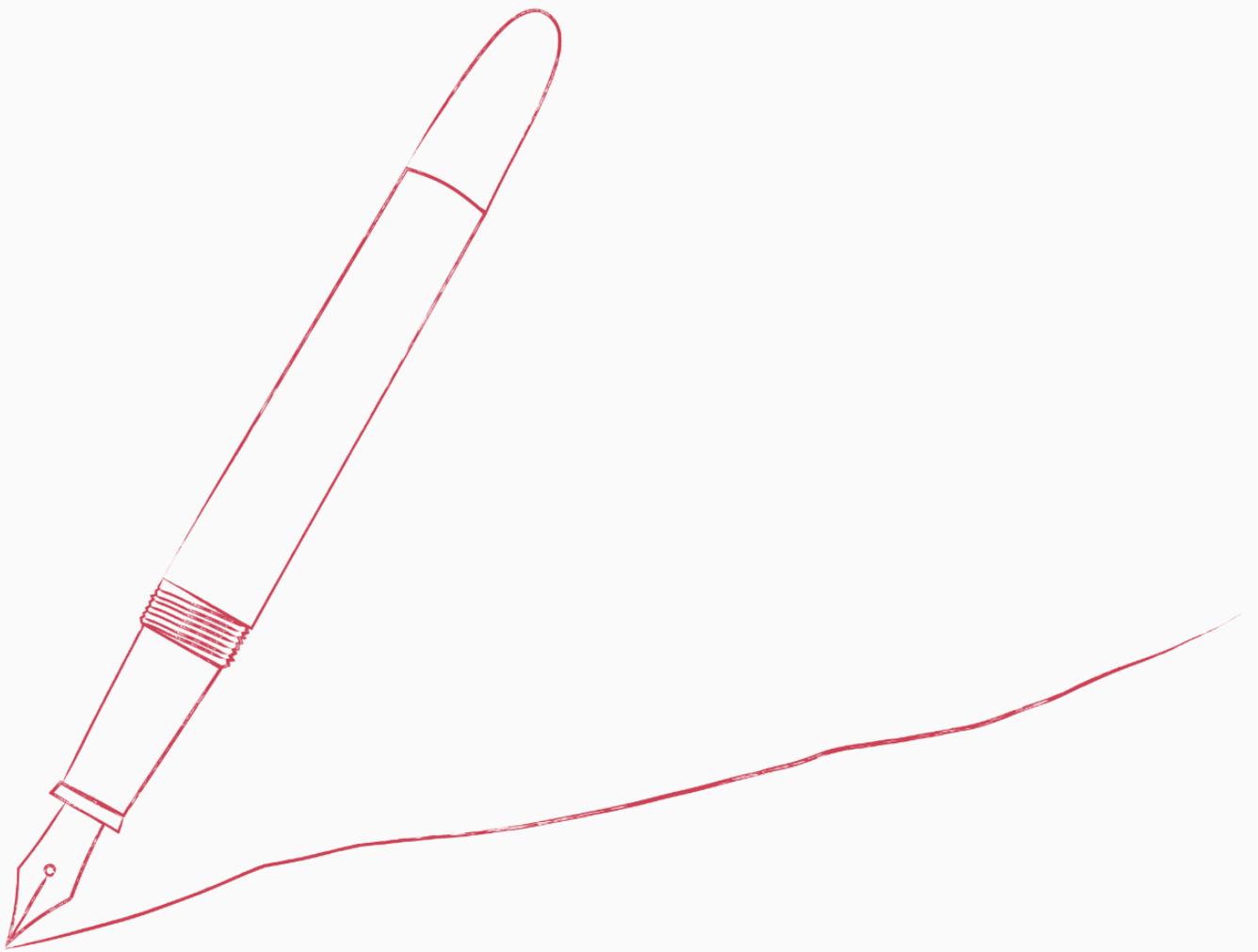
Dessa forma, mesmo que o volume de vagas reservadas tenha se mantido semelhante ao longo do tempo, o que se vê é um aprofundamento no alcance social da política afirmativa. A política de cotas deixa de atender a grupos isolados e passa a acolher realidades múltiplas, muitas vezes sobrepostas.

Ao observar os dados desde 2012, é possível reconhecer tanto a persistência de desigualdades históricas quanto os sinais de mudança que vêm se consolidando ao longo do tempo. Ainda que os números revelam certa estabilidade quantitativa, é fundamental compreendê-los para além das estatísticas. Cada percentual representa pessoas que, por meio da política de cotas, passaram a acessar um espaço que durante décadas foi marcado pela exclusão e pela reprodução de privilégios.

Desde a implementação da Lei nº 12.711/2012, as universidades públicas vêm recebendo um corpo estudantil mais diversificado. Essa diversidade, no entanto, não se limita ao cumprimento de uma norma legal. Ela transforma a universidade por dentro, ampliando as experiências, os debates e os olhares. O acesso de estudantes de diferentes contextos sociais reconfigura o sentido da formação e torna o espaço universitário mais próximo da realidade do país.

Muitos desses estudantes enfrentam, em sua trajetória, situações de vulnerabilidade que os aproximam das desigualdades que estudam. Por isso, chegam à universidade com um olhar sensível, marcado pela experiência concreta de ausência, de esforço, de resistência. São estudantes que não apenas sonham com um futuro profissional, mas carregam também o desejo de transformar aquilo

que conhecem de perto. Nesse sentido, a política de cotas não apenas garante o acesso, mas ela semeia possibilidades concretas de transformação.



“Estou incentivando os jovens a se tornarem empreendedores sociais e contribuírem para o mundo, em vez de apenas ganhar dinheiro. Ganhar dinheiro não é divertido. Contribuir e mudar o mundo é muito mais divertido.”

(Yunus, Muhammad. Frase atribuída. [s.d.]

6 Arquitetura e urbanismo de impacto social como uma alternativa factual

Neste último capítulo será apresentado um estudo sobre organizações de Arquitetura e Urbanismo que realizam trabalho com enfoque em impacto social na área da Região Metropolitana do Recife. Por isso, nos subcapítulos a seguir, serão abordados tópicos como os procedimentos metodológicos utilizados para a obtenção de dados para a pesquisa, as entrevistas realizadas, e por fim um apanhado de pontos relevantes recorrentes, que permeiam a atuação deste nicho.

6.1 Metodologia

Para essa etapa do trabalho, foram utilizados procedimentos metodológicos similares aos já citados anteriormente. Primeiramente, foi realizada uma revisão teórica para compreender o conceito de trabalho com impacto social de forma generalista. Em seguida, foi feita a criação de uma listagem de organizações que atuam com impacto social na área de arquitetura e urbanismo em todo o território nacional, detalhando: tipo de organização (segundo setor, ONGs, terceiro setor, coletivo, etc.), lugar de origem, lugar de atuação, ano de início, links de mídias sociais e/ou sites, além de detalhes e particularidades. Essas organizações foram identificadas a partir do conhecimento empírico adquirido ao longo dos estudos durante a graduação, além de consultas em redes sociais, principalmente no Instagram, onde foi possível acessar as contas desses negócios de impacto social, e no site oficial do CAU/BR, na página “Ache um Arquiteto”²⁵.

Com o mapeamento finalizado, foi realizada uma filtragem com base em localidade de atuação e pelo acesso facilitado, por contatos prévios pessoais e acadêmicos, para aprofundamento nas organizações fundadas e atuantes na Região Metropolitana do Recife. A partir disso, foram elaboradas hipóteses que nortearam as entrevistas que prosseguem o trabalho. As hipóteses estabelecidas foram as seguintes:

²⁵ Disponível em: <<https://acheumarquiteto.caubr.gov.br/>>. Acesso em: 10 nov, 2024.

A motivação para atuar com projetos de impacto social em Arquitetura e Urbanismo surge tanto do desejo de responder às desigualdades urbanas locais, quanto da busca por alinhar a prática profissional a um propósito social efetivo.

1. Os principais desafios enfrentados por iniciativas de impacto social em Recife envolvem a dificuldade de consolidação no mercado, considerando seu caráter inovador e social.
2. A sustentabilidade a longo prazo dos projetos de impacto social depende de estratégias como parcerias locais, diversificação de serviços, engajamento comunitário e modelos híbridos de negócio.
3. O contexto urbano de Recife, marcado por desigualdades socioespaciais, influencia diretamente os temas, territórios e objetivos dos projetos desenvolvidos.
4. A atuação com impacto social contribui para a realização profissional de arquitetos e urbanistas, promovendo maior alinhamento entre valores pessoais e prática profissional.
5. Existe um crescimento no interesse de estudantes e egressos de Arquitetura e Urbanismo por práticas de impacto social, especialmente entre aqueles pertencentes a grupos minoritários.

A partir dessas hipóteses, foi possível estabelecer um roteiro de entrevistas que está disponível no Apêndice C. O roteiro se estrutura nos seguintes pilares: motivação e surgimento, cujo objetivo foi compreender as origens e motivações pessoais e contextuais para atuar com impacto social; desafios e barreiras, que buscou identificar obstáculos práticos, financeiros, políticos e sociais na implementação dos projetos; contexto urbano e sua influência, que analisou como as características específicas de Recife moldam as demandas, oportunidades e estratégias dos projetos de impacto social; estratégias, sustentabilidade e mercado em expansão, que explorou as metodologias para viabilização econômica e promoção do impacto social, além da percepção do crescimento e interesse do mercado e dos profissionais na área; profissionais, estudantes e realização, que investigou o perfil dos envolvidos, o impacto da atuação social na realização profissional e o engajamento dos estudantes e egressos; e recomendações e perspectivas futuras, que obteve orientações para novos profissionais e reflexões sobre o futuro da atuação com impacto social na arquitetura e urbanismo.

O próximo passo consistiu em estabelecer contato com as empresas mapeadas, e em seguida, a efetiva realização das entrevistas. Essa comunicação inicial ocorreu majoritariamente por meio do WhatsApp. Das organizações mapeadas, aquelas que responderam ao contato e aceitaram participar da entrevista foram: Arquitetura Faz Bem, Abra Arquitetura, Dona Obra e o Massapê. As entrevistas foram realizadas no período de 21 a 28 de maio de 2025, de forma virtual através do Google Meet, com base em um roteiro previamente definido. As entrevistas foram gravadas, sob o consentimento documentado e assinado dos participantes²⁶, para registro e transcrição, que foi facilitada pela ferramenta Dovetail.

Por fim, os dados qualitativos coletados foram sistematizados e analisados com base na metodologia de análise temática, a partir da identificação de padrões recorrentes de sentido nos relatos dos participantes. As transcrições das entrevistas foram relidas e categorizadas na plataforma Dovetail, mencionada anteriormente, considerando pontos de saturação e familiaridade entre os temas. Posteriormente, os dados foram organizados em temas que expressam os significados mais relevantes em relação aos objetivos deste trabalho.

6.2 Entrevistas

6.2.1 ABRA Arquitetura

A entrevista foi realizada em 28 de maio de 2025, com Samile Germana, que é sócia e co-fundadora do ABRA Arquitetura. O escritório está registrado com a razão social “Abra Serviços de Arquitetura LTDA” e inscrito no CNPJ 32.171.663/0001-65.

O ABRA Arquitetura surgiu como resposta a uma inquietação coletiva de estudantes de Arquitetura e Urbanismo diante da distância entre a formação acadêmica e a realidade social de grande parte da população brasileira. Quando

²⁶ A pesquisa não foi submetida à aos trâmites do Comitê de Ética em Pesquisa, procedimento recomendado em estudos que envolvem pessoas, por decorrência do prazo estabelecido pelo calendário acadêmico, que inviabilizou a busca pelo parecer ético no tempo disponível. Porém, todo o processo da entrevista foi conduzido com responsabilidade, mediante consentimento livre e esclarecido das informações. Todos os participantes, incluindo a autora, assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que está digitalmente arquivado sob posse da autora.

perguntada sobre a origem do escritório, a cofundadora relatou que a iniciativa teve início durante a graduação dos fundadores, motivados por experiências de frustração com os modelos tradicionais de ensino e prática da arquitetura. O contexto da crise econômica de 2015-2016²⁷, que resultou no desemprego simultâneo dos fundadores, também funcionou como catalisador para a criação do escritório. O ABRA desde a sua criação foi acelerado por diversas organizações: Porto Social, Artemísia, Nova Vivenda e pela Rede Habitat para Humanidade, e tudo isso contribuiu para a sua estruturação como negócio de impacto social sustentável.

Sobre a atuação do escritório, a entrevistada explicou que o foco principal está na oferta de soluções arquitetônicas acessíveis a famílias de baixa renda residentes em territórios periféricos. Além do desenvolvimento de projetos arquitetônicos, o ABRA passou a incorporar o acompanhamento técnico das obras, reconhecendo a necessidade de oferecer suporte contínuo às famílias, sobretudo diante do desconhecimento técnico em relação à aplicação prática dos projetos.

Quando perguntada sobre os principais desafios enfrentados, destacou-se a dificuldade de estabelecer uma comunicação efetiva com o público atendido. A figura do arquiteto ainda é, muitas vezes, associada a um serviço elitizado, o que dificulta a construção de confiança e o reconhecimento da relevância do planejamento arquitetônico. Para superar esse obstáculo, o escritório adota estratégias de aproximação cultural e comunicacional, em sua maioria via Instagram, buscando demonstrar o valor da assistência técnica como instrumento de economia e segurança.

Sobre a viabilidade econômica na atuação social, a entrevistada relatou que o ABRA adota uma metodologia adaptada à realidade financeira do público atendido. Os projetos são estruturados com escopo reduzido, contendo informações essenciais, e os valores podem ser parcelados. Além disso, o escritório mantém parcerias com linhas de crédito específicas para reformas habitacionais, o que

²⁷ A entrevistada aqui se refere à crise no setor civil que foi influenciada pelo aumento dos juros, restrição no crédito, e aumento do desemprego no Brasil. Construção civil vive crise sem precedentes no Brasil. Exame, 2015. Disponível em: <<https://classic.exame.com/revista-exame/a-crise-e-a-crise-da-construcao/>>. Acesso em: 19 jun. 2025.

amplia a acessibilidade dos serviços. A entrevistada afirmou que cerca de 95%²⁸ dos clientes do escritório nunca haviam contratado um arquiteto anteriormente, o que reforça o caráter inovador e inclusivo da proposta. A captação de clientes ocorre principalmente por meio de indicações e estratégias de divulgação nas redes sociais, voltadas à ampliação do alcance e da visibilidade entre famílias periféricas.

Quando questionada sobre a avaliação de impacto, a entrevistada afirmou que, embora o escritório não adote metodologias sistemáticas de mensuração, os efeitos das intervenções são observados qualitativamente, especialmente por meio dos vínculos estabelecidos com os moradores e da continuidade das melhorias iniciadas com os projetos. Em alguns casos, o ABRA realiza reformas sem custo para famílias em situação de vulnerabilidade extrema, com base em diagnósticos técnicos e socioeconômicos prévios por meio de campanhas online de financiamento.

Sobre a influência do contexto urbano de Recife nas demandas atendidas, a entrevistada ressaltou que os principais problemas enfrentados pelas famílias atendidas dizem respeito à precariedade das condições habitacionais, incluindo infiltrações, falta de ventilação, mofo e coberturas inadequadas. Esses elementos impactam diretamente a saúde dos moradores, reforçando a compreensão da arquitetura como uma ferramenta de promoção da saúde e da dignidade.

Quando perguntada sobre as motivações pessoais que impulsionam sua trajetória profissional, a entrevistada destacou a influência de vivências familiares e memórias afetivas relacionadas ao esforço coletivo pela construção de moradias dignas. A atuação no ABRA é percebida como uma forma de reconectar a arquitetura às lutas cotidianas dos territórios populares, oferecendo respostas concretas e sensíveis às suas necessidades. A entrevistada relatou experiências significativas envolvendo campanhas de financiamento coletivo, que possibilitaram reformas em moradias de famílias em situação crítica, como no caso de crianças em

²⁸ Essa fala conversa com o dado de 2022 da pesquisa Datafolha para o CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) que afirmava que 82% das moradias do país são feitas sem arquitetos ou engenheiros. Pesquisa Datafolha: 82% das moradias do país são feitas sem arquitetos ou engenheiros. CAU, 2022. Disponível em: <<https://www.caubr.org.br/pesquisa-datafolha-82-das-moradias-do-pais-sao-feitas-sem-arquitetos-ou-engenheiros>>. Acesso em: 19 jun. 2025.

risco de perder a guarda por falta de infraestrutura adequada. Para a cofundadora, o trabalho do ABRA é uma forma de transformar lares e vidas.

Sobre o envolvimento de outros profissionais da arquitetura com práticas de impacto social, a entrevistada observa que estudantes e recém-formados demonstram maior interesse por esse campo de atuação, enquanto profissionais mais experientes tendem a participar de ações sociais de maneira paralela ou complementar à sua atividade principal. Ainda assim, ela considera que há um campo promissor em expansão, impulsionado tanto pela demanda social quanto por novas referências de atuação profissional.

Quando perguntada sobre a relação com instituições de ensino, a entrevistada relatou que o ABRA recebe estagiários de diferentes universidades, especialmente por meio de indicações de professores. Há preferência pela atuação presencial, considerando o crescimento da demanda por reformas e a necessidade de acompanhamento em campo. Em geral, o escritório busca manter ao menos dois estagiários por semestre, contribuindo para a formação prática de estudantes interessados na área.

Por fim, a entrevistada apontou que a atuação com impacto social exige resiliência, sensibilidade e compromisso com a escuta ativa. O trabalho do ABRA Arquitetura é compreendido como um processo em constante construção, orientado por princípios de justiça social e fortalecimento dos vínculos entre arquitetos, moradores e territórios periféricos.

6.2.2 Arquitetura Faz Bem

A entrevista foi realizada em 21 de maio de 2025 com Letícia Gomes, que ocupa o cargo de Consultora de Projetos na Arquitetura Faz Bem. O escritório está registrado com a razão social “Faz Bem Serviços de Arquitetura LTDA” e inscrito no CNPJ 34.478.722/0001-78.

A Arquitetura Faz Bem é uma empresa jovem, fundada em 2017, cuja atuação se orienta pelo propósito de promover justiça socioambiental por meio de projetos arquitetônicos e urbanísticos em territórios populares. Quando perguntada sobre a

origem da iniciativa, a entrevistada relatou que a empresa nasceu da insatisfação com os modelos tradicionais de formação e exercício da arquitetura, somada à vivência do seu fundador em uma comunidade periférica. O desejo de fazer diferente, aliando vocação pessoal a um olhar estratégico de negócios, motivou a criação de uma empresa que propusesse soluções para um público historicamente excluído do acesso à assistência técnica. A trajetória da empresa foi impulsionada por programas de aceleração como os da Artemisia e do BNDES, que contribuíram para seu fortalecimento institucional. Além disso, a organização integrou, ainda que informalmente, o ecossistema do Porto Social²⁹, favorecendo conexões com outras iniciativas de impacto.

Sobre os principais desafios enfrentados na consolidação do negócio, a entrevistada destacou a dificuldade de estruturar um modelo economicamente viável voltado a um público que, em sua maioria, não possui recursos para contratar os serviços de arquitetura. Esse desafio levou a empresa a adotar um modelo de negócios do tipo *B2B2C (Business-to-Business-to-Consumer)*, em que a interlocução ocorre com organizações financiadoras, enquanto o benefício final é direcionado aos moradores das comunidades atendidas. Nesse arranjo, algumas instituições como o Instituto Shopping Recife, o Instituto Estrela do Deserto, Rio Ave e a Coral, como exemplo, atuam ou já atuaram como contratantes, viabilizando os serviços técnicos para territórios vulnerabilizados.

Quando questionada sobre as estratégias de captação e manutenção de clientes, a entrevistada explicou que o escritório atualmente funciona fortemente com relacionamentos institucionais e a presença em espaços de visibilidade, como eventos e palestras. As indicações também desempenham papel central na construção da rede de parceiros.

A atuação da empresa, inicialmente voltada a reformas e requalificações habitacionais pontuais, foi se ampliando ao longo do tempo. Sobre a influência do contexto urbano de Recife nas demandas enfrentadas, a entrevistada relatou que, diante da complexidade das condições habitacionais nos territórios populares, a empresa passou a atuar em projetos de escala maior, envolvendo intervenções em

²⁹ Disponível em: <<https://portosocial.org/sobre>>. Acesso em: 19 jun. 2025.

espaços públicos e requalificação de comunidades inteiras. A abordagem da empresa é orientada por princípios de justiça socioambiental e construção coletiva, alinhando-se às diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU (Organização das Nações Unidas) e à agenda *ESG (Environmental, Social and Governance)*³⁰. Além desse discurso mais próximo do corporativismo atual, a atuação da empresa é pautada fortemente na participação e escuta ativa como a metodologia central na prática do escritório, presente em todas as fases dos projetos: da escuta comunitária à execução das intervenções.

No que diz respeito à mensuração de impacto, a entrevistada detalhou que a empresa desenvolve avaliações tanto a partir de resultados diretos (como número de obras realizadas e famílias atendidas), quanto com base em planejamentos estratégicos elaborados previamente em cada projeto. A depender da natureza da intervenção, são realizados censos, diagnósticos técnicos e levantamentos socioeconômicos. Como exemplo, foi mencionado um projeto de implantação de cisternas verticais no Rio de Janeiro, que contou com planejamento detalhado sobre a capacidade de armazenamento, o consumo familiar e a estimativa de pessoas beneficiadas. Já em projetos com objetivos mais qualitativos, como o Pina Brincante, a organização estrutura metas como o fortalecimento da cultura local, a valorização da infância e o estímulo ao uso dos espaços públicos pelos moradores. A mensuração envolve variáveis como área de intervenção, número de organizações envolvidas, contratação de pessoas do território e adesão comunitária.

Quando perguntada sobre o impacto da atuação na realização profissional dos colaboradores, a entrevistada destaca sobre como atuação com impacto social pode transformar as relações dos colaboradores com sua realização profissional. Além disso, de acordo com ela, trabalhar com inovação social gera uma autonomia criativa e espaço para inovação, testes e erros de forma mais confortável. A empresa entende que o impacto não está apenas nos resultados externos, mas também na formação interna de uma equipe comprometida com valores sociais,

³⁰ Em português: ASG (Ambiental, Social e Governança). Refere-se a um conjunto de critérios que avaliam a responsabilidade socioambiental e a gestão ética de empresas e organizações. Essa abordagem busca alinhar desempenho financeiro a impactos positivos na sociedade e no meio ambiente, promovendo práticas sustentáveis e transparentes.

ambientais e humanos e a cultura da organização estimula a experimentação e aprendizado constante.

Sobre o envolvimento dos profissionais de arquitetura com o campo do impacto social, a entrevistada percebe um crescimento progressivo do interesse entre estudantes e recém-formados. Essa mudança se manifesta especialmente nas universidades, por meio de debates em sala de aula e em trabalhos acadêmicos que mencionam e procuram a organização. Ela destaca o interesse de estudantes e jovens arquitetos por temas relacionados ao urbanismo social e observa um desejo latente de atuar com impacto. Ainda sobre outros profissionais, a entrevistada destaca a participação da empresa na Rede Brasileira de Urbanismo Social, que é um espaço de articulação com outras organizações que compartilham esse campo de atuação.

Se tratando da relação com estudantes e egressos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, a entrevistada relatou que a equipe inclui tanto estagiários quanto profissionais já formados. Os projetos desenvolvidos pela empresa integram diferentes frentes de trabalho, incluindo elaboração de projetos arquitetônicos, condução de processos participativos, produção de relatórios técnicos, análise de dados e consultoria. Essa diversidade de tarefas oferece à equipe um dinamismo multidisciplinar e sensível às dinâmicas territoriais.

Sobre o perfil dos profissionais que atuam, a entrevistada explica que boa parte das pessoas que demonstram interesse em entrar para o corpo de colaboradores da empresa pertencem a grupos minoritários. Conseqüentemente, ela destaca com orgulho, atualmente a maior parte das pessoas que compõem a empresa pertence a grupos minoritários, o que demonstra um alinhamento entre diversidade e compromisso social dentro da equipe.

Por fim, ao ser convidada a oferecer conselhos para jovens arquitetos interessados em atuar com impacto social, a entrevistada sugeriu que cada profissional reflita sobre que tipo de impacto que deseja gerar, e busque caminhos coerentes com esse objetivo. Foram mencionadas diversas possibilidades de inserção: atuar em empresas do segundo setor com áreas de responsabilidade social e *ESG*; buscar oportunidades no setor público, como no Gabinete de Inovação Urbana da Prefeitura do Recife; integrar organizações do terceiro setor, como ONGs

e OSCs; ou, ainda, empreender. Nesse último caso, foram ressaltadas as possibilidades de apoio por meio de programas de aceleração voltados a empreendedores jovens, periféricos e mulheres. A entrevistada reforçou que o impacto pode ser construído por diferentes caminhos e formatos, desde que sustentado por propósito, escuta ativa e compromisso com a transformação social.

6.2.3 Dona Obra

A entrevista foi realizada em 28 de maio de 2025, com Denise Durey, cofundadora do Dona Obra. O escritório está registrado com a razão social “Lobo & Durey Arquitetura Ltda.” e inscrito sob o CNPJ 34.955.596/0001-03.

A Dona Obra, escritório fundado por Denise Durey e Giuliana Lobo, surgiu da combinação entre um senso ético de responsabilidade social e a compreensão de que a arquitetura pode ser uma ferramenta de transformação nas periferias urbanas. Quando perguntada sobre a origem da iniciativa, a entrevistada destacou que o desejo de atuar com impacto social não nasceu de experiências pessoais de vulnerabilidade, mas da percepção de seus privilégios e do entendimento da profissão como uma vocação. A formação das sócias, com forte orientação ao urbanismo, contribuiu para a escolha por uma atuação voltada à melhoria das condições de moradia em territórios populares.

Ainda em suas primeiras experiências profissionais, ambas se envolveram com organizações da sociedade civil e ações em comunidades do Recife. A aproximação com essas realidades e, em especial, com iniciativas que atuavam com mães ameaçadas de perder a guarda de seus filhos por conta das más condições habitacionais, foi decisiva na definição do campo de atuação da empresa. O contato com modelos de negócios de impacto social, como o da Vivenda³¹, também influenciou na construção da metodologia adotada pela Dona Obra.

Ao responder sobre os principais desafios enfrentados, a entrevistada destacou a ausência de uma formação empreendedora durante a graduação em Arquitetura e Urbanismo. Fundar um negócio social exigiu a superação de múltiplas

³¹ Disponível em: <<https://www.vivenda.io/quem-somos>>. Acesso em: 19 jun. 2025.

barreiras, tanto no plano da gestão quanto no entendimento das dinâmicas sociais e culturais das comunidades atendidas. Além disso, foi necessário enfrentar a resistência inicial dos moradores, que geralmente mantêm vínculos de confiança com profissionais informais e não reconhecem de imediato o valor agregado do serviço técnico prestado por arquitetos. Para superar tais entraves, o escritório apostou em estratégias de escuta e presença constante no território. Hoje o escritório fica estrategicamente localizado no Alto José Bonifácio, comunidade da Zona Norte recifense.

O modelo de negócio da Dona Obra se estrutura em três frentes principais. A primeira delas consiste na venda direta de reformas para famílias que podem pagar, geralmente por meio de crédito social com juros abaixo de 1%, viabilizado por parceiros especializados. As reformas são ofertadas em pacotes práticos e ágeis, com duração de até sete dias, com foco em cômodos críticos como banheiros e cozinhas. A segunda frente envolve parcerias com empresas e organizações que financiam reformas para famílias que não têm condições de arcar com os custos. Nesses casos, Dona Obra executa as melhorias com o mesmo padrão de qualidade, mas sem custo para os beneficiários. Já a terceira frente envolve projetos de arquitetura tradicionais, voltados especialmente para moradores que desejam melhorar seus pequenos comércios ou adaptar espaços para estudo ou bem-estar familiar. Essa diversidade de atuação, segundo a cofundadora, é fundamental para manter a operação econômica do negócio.

A respeito das estratégias e metodologias adotadas, a entrevistada relatou que a empresa trabalha com intervenções de curta duração e escopo bem definido, voltando-se, geralmente, a reformas em banheiros, cozinhas ou melhorias estruturais pontuais. Além disso, os projetos são adaptados à realidade econômica dos clientes, e o acompanhamento da obra é considerado parte essencial do serviço. A prática cotidiana inclui processos formativos, consultorias, escuta ativa e ações de fortalecimento comunitário, com especial atenção ao protagonismo dos moradores e à geração de vínculos.

Quando perguntada sobre a mensuração dos impactos, a entrevistada afirmou que, embora ainda não exista um sistema formal de avaliação, os resultados são observados no cotidiano e no retorno das famílias beneficiadas. A continuidade

das melhorias iniciadas, a apropriação dos espaços e o fortalecimento da autoestima dos moradores, são indicadores frequentemente utilizados pela equipe para avaliar o sucesso das intervenções. A percepção de que o serviço técnico contribui para a transformação de vidas funciona como motivação para a continuidade da atuação, mesmo em contextos desafiadores.

Em relação à realização profissional, a entrevistada destacou que o trabalho desenvolvido no Dona Obra está alinhado a um sentido de missão de vida. A atuação no território, o contato direto com as pessoas e a possibilidade de gerar mudanças concretas são elementos que diferenciam esse campo em relação à prática tradicional da arquitetura. A experiência é compreendida como um exercício diário de compromisso e sensibilidade.

Sobre o envolvimento dos profissionais da área com o impacto social, Denise compartilha uma percepção mista. Ela relata que a rede nacional de negócios de impacto social na arquitetura, a qual o escritório faz parte, cresceu de forma significativa até 2023, mas, nos dois anos seguintes, observou uma estagnação, reflexo de mudanças no modelo de negócios da Vivenda, que havia impulsionado o movimento. Ela relata que hoje, poucos escritórios seguem ativos e estruturados. Ela também aponta para os desafios enfrentados por jovens arquitetos de origem periférica, que muitas vezes desejam atuar com impacto, mas enfrentam barreiras econômicas para tirar seus projetos do papel. Ainda assim, existem profissionais atuando de forma consistente, e o campo segue como uma possibilidade viável de atuação. A entrevistada cita inclusive a articulação da empresa em uma rede nacional de negócios de impacto social, além da sua conexão com a Habitat para a Humanidade Brasil, Vivenda, Philantropia Inteligente e o Instituto Polaris.

Quando questionada sobre a relação com estudantes e egressos de cursos de Arquitetura e Urbanismo, a entrevistada relatou que o escritório passou por um processo gradual de estruturação, até atingir uma estabilidade que permitisse a ampliação da equipe. Atualmente, há a presença de estagiários e colaboradores técnicos, sendo frequente o recrutamento de estudantes oriundos da UFPE, com quem o escritório mantém contato informal por meio de professores. A entrevistada destaca que muitos desses jovens se identificam com a proposta do escritório e desejam, futuramente, atuar em suas próprias comunidades.

Por fim, ao ser solicitada a oferecer conselhos para jovens arquitetos interessados em atuar com impacto social, a entrevistada recomendou que os profissionais estejam abertos à escuta e ao aprendizado contínuo. Ela reforça a importância de reconhecer a legitimidade do conhecimento popular e de desenvolver uma atuação ética e comprometida. Além disso, sugeriu que os jovens arquitetos se aproximem de organizações que já atuam na área e que enxerguem o empreendedorismo como uma possibilidade concreta de inserir a arquitetura no enfrentamento das desigualdades sociais. Para ela, é preciso buscar referências, se aproximar de quem já atua no território e aprender na prática, com os erros e acertos do dia a dia. Mais do que um plano de negócio, é preciso coragem e conexão com a realidade.

6.2.4 Massapê

A entrevista foi realizada em 23 de maio de 2025, com Bela Neves, diretora de redes do Massapê. A organização que antes se reconhecia como um coletivo, hoje está registrada como uma organização do terceiro setor inscrita sob o CNPJ 39.537.898/0001-77.

O Massapê é uma organização do terceiro setor que atua com foco em justiça socioambiental, a partir de práticas de participação social em territórios urbanos diversos. Quando perguntada sobre a origem da iniciativa, a entrevistada relatou que a organização foi fundada em 2016, a partir da mobilização autônoma de estudantes de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, fora dos espaços institucionais de extensão e pesquisa. A proposta nasceu como resposta ao contexto político da época marcado por ocupações estudantis, cortes na educação e mobilizações como o Ocupe Estelita³². Ademais, era uma tentativa de experimentar, na prática, os conhecimentos adquiridos em sala de aula. Desde o início, o Massapê propôs uma atuação coletiva, engajada e situada, com forte vínculo com os territórios populares e suas demandas históricas.

³² Movimento social iniciado em 2012, em Recife, contra o projeto Novo Recife, que previa a construção de torres de alto padrão no Cais José Estelita, área histórica e estratégica da cidade. A mobilização reuniu cidadãos, coletivos e artistas em defesa do direito à cidade, do patrimônio cultural e de uma ocupação urbana mais justa e democrática.

A entrevistada traz um relato pessoal da sua própria trajetória no Massapê e conta que embora não tenha participado da fundação, entrou na organização em 2019, após reconhecer no Massapê uma forma de reencontrar propósito em sua formação acadêmica. Ela conheceu a organização por meio de uma intervenção urbana intitulada Meu Bairro Brincante³³, projeto que incluía o método participativo de crianças no planejamento, uso e gestão dos espaços públicos em comunidades. Ela conta que foi esse encontro que a impediu de desistir do curso, entendendo que o urbanismo seria seu caminho dali pra frente.

Quando questionada sobre o processo de consolidação institucional, a entrevistada relatou que a organização deixou de se identificar como coletivo e passou a se estruturar como uma organização formal do terceiro setor. A transição permitiu estabelecer uma governança clara, com diretoria, planejamento estratégico, equipe técnica e sustentabilidade financeira. A mudança de terminologia, segundo a entrevistada, foi necessária para garantir maior reconhecimento profissional e evitar a invisibilização da atuação enquanto produtora de conhecimento e prática técnica.

Com o passar do tempo, o Massapê deixou de se identificar como coletivo, assumindo-se formalmente como uma organização do terceiro setor. A mudança marca um processo de amadurecimento institucional. A atuação foi se consolidando a partir de valores e eixos bem definidos, uma estrutura organizacional sólida, diretores responsáveis e rede de colaboradores. A mudança organizacional, segundo a entrevistada, foi necessária para garantir maior reconhecimento profissional e evitar a invisibilização da atuação enquanto produtora de conhecimento e prática técnica.

Sobre os principais desafios enfrentados, a entrevistada destacou a dificuldade de ver reconhecido o processo participativo como um resultado em si. Ainda é comum que contratantes valorizem apenas os produtos finais, desconsiderando o caráter pedagógico e político das metodologias participativas. Outro desafio recorrente é a sustentabilidade financeira. O Massapê não conta com financiamento institucional contínuo e se mantém principalmente por meio de contratações diretas. Também participa de editais, mas em menor proporção. Cada

³³ Disponível em: <https://portal.arbo.org.br/projetos/meu-bairro-brincante-jardim-brasil-ii-olinda-pe-5595/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

projeto executado inclui uma rubrica institucional que permite financiar a estrutura da organização, como equipe, gestão administrativa e diretores. Essa estrutura é reforçada por uma rede de colaboradores técnicos como pedagogos, cientistas de dados, psicólogos e arte-educadores acionados conforme o perfil dos projetos.

A entrevistada explicou que a atuação da organização é estruturada em quatro eixos: investigação urbana, pedagogia urbana, desenho urbano e políticas públicas. Na investigação urbana, desenvolvem diagnósticos sensíveis e colaborativos junto aos moradores, que funcionam como ferramenta de argumentação e planejamento junto ao poder público. A pedagogia urbana, por sua vez, está voltada para processos formativos e consultorias, tanto em territórios quanto para gestores públicos. O desenho urbano contempla intervenções em espaços públicos com forte componente participativo. Já na frente de políticas públicas, a organização presta consultoria na avaliação de programas governamentais. Sempre com a participação social como eixo orientador.

Quando perguntada sobre a atuação em contextos de vulnerabilidade, a entrevistada afirmou que, embora o Massapê não atue exclusivamente nesses territórios, grande parte dos projetos se desenvolve em áreas periféricas, por afinidade com os princípios da organização. A atuação é orientada pela produção de cidades que sejam feitas “por gente e para gente” (Neves, 2025), reforçando o compromisso com o protagonismo comunitário e a valorização dos saberes locais.

Quando perguntada sobre estratégias de longevidade de iniciativas, a entrevistada fala sobre como o modo de operar da organização busca sempre garantir a autonomia dos territórios, após sua saída. Isso significa contratar moradores, realizar oficinas, construir vínculos e dialogar com outros atores locais e institucionais, como secretarias públicas, ONGs e projetos já atuantes no território. O trabalho parte do reconhecimento do que já existe no território e busca fortalecer, em vez de substituir, as dinâmicas locais. Essa abordagem visa garantir que os processos iniciados se mantenham vivos após o fim do contrato.

Em relação à realização profissional, a entrevistada compartilhou que a equipe da organização compreende sua atuação como um projeto de vida, e não apenas como uma atividade profissional. Trabalhar no terceiro setor, com foco em transformação social, é entendido como um compromisso político e ético com os

territórios e com os modos de vida populares. O cotidiano da organização é pautado por uma prática colaborativa, horizontal e intersetorial, que envolve arquitetos, pedagogos, cientistas de dados, arte-educadores, entre outros profissionais.

Sobre o envolvimento de outros arquitetos e urbanistas com práticas de impacto social, a entrevistada apontou que há uma valorização crescente do tema no contexto atual. Afirma inclusive que a própria gestão municipal de Recife tem dado visibilidade ao discurso da participação, ainda que existam disputas em torno de sua definição e aplicação. A entrevistada mencionou a atuação do Massapê na Rede de Urbanismo Colaborativo Brasileira como um exemplo de articulação nacional entre organizações que compartilham esse campo de atuação, o que também funciona como um indicativo da expansão do campo.

Quando questionada sobre a relação com instituições de ensino superior, a entrevistada explicou que o Massapê mantém vínculos informais com universidades, participando de atividades acadêmicas como aulas, oficinas e mentorias. Ainda que não tenha parcerias institucionais fixas, a organização frequentemente recebe colaboradores, sejam esses estudantes ou não, que se aproximam por afinidade com os valores da organização. E, por mais que sejam atuações voluntárias, sempre que possível, busca-se remunerar essas colaborações, sobretudo no caso de pessoas em situação de vulnerabilidade, para fomentar a atuação dessas pessoas na causa.

Por fim, ao ser solicitada a oferecer conselhos para estudantes e jovens profissionais, a entrevistada enfatizou a importância de manter o propósito como guia, e de desenvolver atenção às oportunidades que possam surgir. Para ela, a escuta, a criatividade e a disposição para construir junto são elementos fundamentais para a atuação no campo do impacto social. A prática profissional, neste caso, deve ser entendida como um processo político, coletivo e afetivo, voltado à transformação das cidades a partir das pessoas.

6.3 Surgimento e continuidade: uma análise temática das entrevistas

A partir do estudo e da análise temática das entrevistas com representantes das quatro organizações supracitadas, foi possível identificar padrões recorrentes que atravessam suas experiências. Apesar das particularidades de cada trajetória, a análise evidencia convergências significativas, indicando a formação de um campo emergente que se reconhece e se fortalece em torno da arquitetura e urbanismo como instrumentos de transformação social, e de construção de modelos organizacionais viáveis.

Foram identificados quatro temas centrais que não apenas marcam a origem dessas iniciativas, mas também dizem respeito ao fomento e à continuidade de suas atuações. Esses temas serão explorados a seguir com base na leitura comparativa dos relatos dos entrevistados, considerando suas singularidades e pontos de encontro.

6.3.1 Origem das organizações como por inconformismo: frustração, crítica ou consciência de classe

A origem das organizações analisadas está atravessada por um sentimento comum de inconformismo. Esse impulso fundacional assume diferentes matizes: ora como resposta a frustrações com a prática profissional convencional, ora como crítica à formação universitária e sua distância das realidades populares, ora como expressão de uma consciência de classe que desperta o desejo de devolver à coletividade o conhecimento técnico adquirido.

Nesse ponto, a realidade urbana de Recife e sua região metropolitana, tão marcada por desigualdades socioespaciais, ocupações precárias e ausência de infraestrutura básica, opera como pano de fundo concreto e simbólico para essa mobilização. Os contrastes urbanos da capital pernambucana intensificam a consciência das ausências do Estado e funcionam como impulso direto para a escolha por uma atuação transformadora.

Para a maioria das organizações investigadas, a insatisfação surgiu ainda durante a graduação, quando os fundadores e fundadoras se depararam com um campo de atuação pouco acessível para a maioria da população brasileira. A percepção de que a Arquitetura e Urbanismo, como tradicionalmente ensinado e praticado, não atendia às urgências das periferias urbanas, funcionou como catalisador para a construção de novas formas de atuar. Para algumas, o desconforto veio do contato direto com comunidades em situação de vulnerabilidade, provocando um reposicionamento ético e político frente à profissão. No entanto, destaca-se como atualmente essas formas de inconformismo coexistem e perpassam dos fundadores para os colaboradores.

Em comum, está o desejo de deslocar a Arquitetura e Urbanismo de um meio elitizado para uma prática tangível às pessoas mais vulneráveis da cidade, de forma socialmente engajada e capaz de transformar realidades concretas. Assim, a fundação das organizações não parte de um plano de negócios tradicional, mas de uma inquietação profunda com o status quo da profissão e com as ausências do poder público em prover condições mínimas de moradia e infraestrutura de qualidade. A criação desses espaços representa, portanto, não apenas um gesto empreendedor, mas um ato político de reposicionamento no campo da Arquitetura e do Urbanismo.

6.3.2 Modelos híbridos e criativos que fomentam a sustentabilidade organizacional

Ainda que voltadas prioritariamente para o atendimento de públicos em contextos de vulnerabilidade, todas as organizações desenvolvem estratégias próprias para garantir sua sustentabilidade financeira. O dado mais expressivo nesse campo é a capacidade de formular modelos híbridos e criativos, que articulam diferentes fontes de receita e formatos de entrega técnica.

Entre as estratégias recorrentes se fazem presentes dois modelos de negócios em especial: o *B2C (Business-to-Consumer³⁴)* e o *B2B2C (Business-to-Business-to-Consumer³⁵)*. No primeiro modelo se destaca o

³⁴ Da empresa para o consumidor ou cliente final, em tradução livre.

³⁵ Da empresa para outra empresa para cliente final, em tradução livre.

oferecimento de escopos de projeto reduzidos, com valores acessíveis e opções de parcelamento a baixo juros, fazendo eventualmente o uso de linhas de crédito social para reformas habitacionais. Assim como a diversificação da atuação em frentes complementares, como pequenas obras comerciais e consultorias técnicas. Já no segundo modelo existe um aproveitamento estratégico de políticas corporativistas de melhoria comunitária, que podem surgir por diversos motivos³⁶, assim, existe a contratação direta por instituições públicas ou privadas que financiam e possibilitam iniciativas em comunidades.

Dessa forma, é notável que esses modelos operam dentro de uma lógica de adaptação: o escopo é ajustado à capacidade financeira do cliente, a equipe é enxuta e usualmente multidisciplinar, e as entregas são pensadas para gerar impacto com os recursos disponíveis. A viabilidade financeira, portanto, não é compreendida como um fim em si, mas como condição necessária para manter viva a missão social das organizações.

Dito isso, o uso de arranjos flexíveis e o entendimento da gestão como prática política indicam que, mesmo diante da precariedade de financiamento estrutural no meio social, essas organizações conseguem manter suas atividades sem abrir mão dos princípios que as orientam. A sustentabilidade, nesse caso, é resultado de inventividade, alianças estratégicas e do compromisso com a permanência nos territórios.

6.3.3 Redes e aceleração como articulação e fortalecimento institucional

Outro elemento recorrente nas entrevistas é o reconhecimento da importância das redes de colaboração para o fortalecimento das organizações. A articulação com outras iniciativas do campo, a participação em coletivos e a inserção em programas de incubação ou aceleração contribuíram diretamente para a consolidação das práticas e para o amadurecimento institucional de cada uma.

³⁶ Esses motivos vão desde o compromisso genuíno com a transformação social até interesses estratégicos, como fortalecimento da marca, diferenciação no mercado e atração de talentos. Além disso, responder às exigências de investidores, consumidores e legislações ligadas a critérios *ESG* também impulsiona o investimento social.

Essas experiências funcionam como espaços de troca, qualificação e visibilidade. Além de proverem suporte técnico, metodológico e administrativo, também permitem o compartilhamento de desafios e soluções entre iniciativas que compartilham de um mesmo campo de atuação. Muitas das organizações entrevistadas integram redes temáticas voltadas ao urbanismo social ou à arquitetura de impacto, o que reforça a existência de um ecossistema emergente nesse campo.

Nas entrevistas e em materiais públicos, foram citadas várias plataformas que atuaram como agentes de apoio estratégico. O Porto Social, iniciativa do Porto Digital, por exemplo, funciona como ecossistema de apoio a negócios de impacto no Nordeste, conectando empreendimentos sociais a consultorias, parcerias e incubadoras. A Artemísia, pioneira em negócios de impacto no Brasil, oferece aceleração focada no desenvolvimento de soluções sustentáveis, e tem apoiado iniciativas que atuam em habitação e urbanismo social. Em âmbito nacional, a aceleradora Nova Vivenda une negócios à causa habitacional, enquanto a Vivenda desenvolve protocolos e plataformas de financiamento coletivo para melhorias em moradias. A Rede Habitat para a Humanidade conecta organizações que atuam com atenção técnica à habitação popular. Por fim, redes como a Rede Brasileira de Urbanismo Social, a Rede Urbanismo Colaborativo Brasileira e a rede Philanthropia Inteligente atuam como mobilizadoras de capital social, intelectual e financeiro, promovendo intercâmbio metodológico, articulação política e visibilidade institucional.

Além disso, a troca com universidades, movimentos sociais e instituições públicas também aparece como elemento importante de articulação, ainda que muitas vezes ocorra de modo informal. As organizações transitam entre diferentes setores: privado, público e sociedade civil. Essa capilaridade institucional contribui para ampliar sua capacidade de incidência política e técnica nos territórios. Assim, a força dessas iniciativas não está apenas em sua atuação local, mas na capacidade de se reconhecerem como parte de um campo mais amplo, que vem ganhando legitimidade e densidade por meio da articulação em rede.

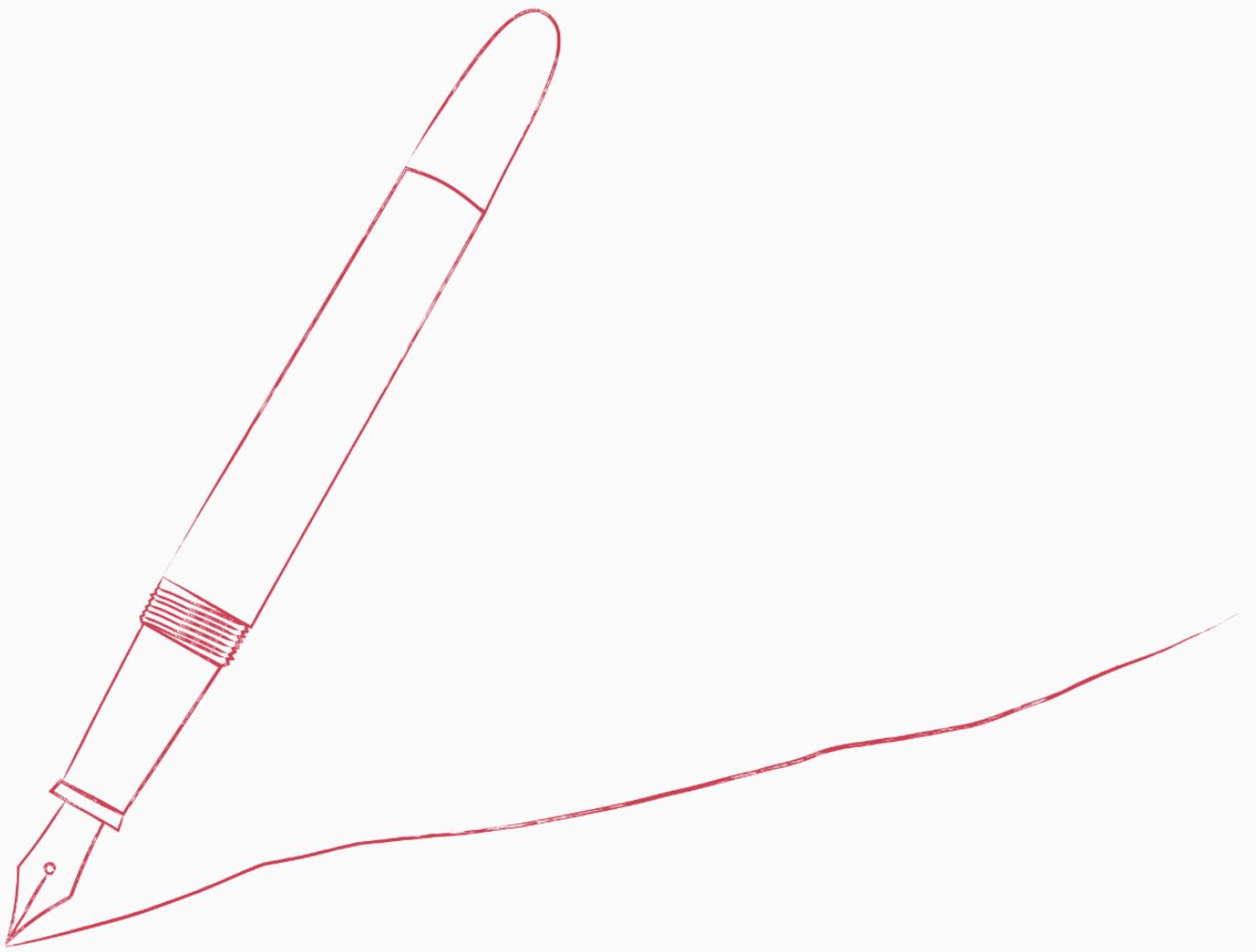
6.3.4 Impacto social como prática e propósito de vida

Em todas as entrevistas, o impacto social foi descrito não como um nicho profissional, mas como um propósito de vida. A prática da Arquitetura e Urbanismo, nesses contextos, ultrapassa os limites do exercício técnico para se tornar um gesto de compromisso ético, político e afetivo com a realidade urbana e social do meio em que se insere.

Dessa forma, o trabalho cotidiano é atravessado por um senso de missão: atuar com impacto social é visto como forma de produzir justiça, construir vínculos, gerar pertencimento e devolver dignidade às pessoas que vivem nas margens sociais das cidades. A realização profissional, nesses casos, está diretamente associada à possibilidade de ver o resultado concreto da atuação no território, seja na melhoria das condições habitacionais, na requalificação de espaços públicos ou no fortalecimento das organizações locais.

Além disso, o impacto não é visto apenas como transformação externa, mas como processo interno de formação e reconhecimento. Trabalhar com propósito também significa encontrar sentido no ofício, aprender continuamente com os territórios e operar com liberdade para experimentar novas soluções. Em muitos relatos, nota-se que essa forma de atuação resgata o entusiasmo que havia se perdido durante a formação, ou em experiências anteriores no mercado tradicional.

O impacto, portanto, não é somente mensurável em termos de indicadores. Ele é experienciado nas relações estabelecidas, no processo participativo, na escuta atenta e na construção compartilhada de soluções. É nessa perspectiva que se fortalece a compreensão do trabalho social como escolha de vida e de mundo.



“Um passo à frente e você não está mais no mesmo lugar.”

(Chico Science & Nação Zumbi, Um Passeio no Mundo Livre, 1994.)

7 Considerações finais

A presente monografia surge de uma inquietação e necessidade de compreender o campo sensível do que motiva e o que anseia o estudante de Arquitetura e Urbanismo de uma das maiores universidades do país, a Universidade Federal de Pernambuco. Ao longo do trabalho, as problemáticas e objetivos foram destrinchados de forma não apenas a criar uma melhor compreensão do tema, mas também mergulhar no assunto em uma resposta tão recorrente: o trabalho de impacto social.

Dessa forma, no capítulo 2 intitulado “Recife, o berço de desenvolvimento e desigualdade” foram discutidas as contradições socioespaciais da capital pernambucana, evidenciando como o processo de urbanização marcado pela lógica capitalista e pela ausência de planejamento adequado reforçou desigualdades históricas do território brasileiro. A partir de dados recentes e reflexões teóricas, foi possível compreender como essas disparidades impactam diretamente o cotidiano das populações periféricas, ao mesmo tempo em que se observa nesses espaços a emergência de práticas culturais, resistências e potências criativas. Nesse contexto, a cidade, que é objeto de estudo do curso de Arquitetura e Urbanismo, molda a vivência dos estudantes. Tal constatação se mostra fundamental para esta pesquisa, ao evidenciar como a experiência concreta em um território tão desigual quanto Recife desperta nos estudantes um desejo de atuação crítica, afetiva e comprometida com a transformação da cidade, num sentido de promover justiça social e sustentabilidade. O que se alinha diretamente com o primeiro objetivo específico que orbita em torno da compreensão de como as contradições urbanas de Recife promovem uma geração de jovens adultos movidos pela vontade de transformar a realidade urbana por meio da resistência e da inovação social.

Já no capítulo 3, intitulado “A atuação e formação do arquiteto e urbanista”, foi realizado um passeio pela trajetória histórica da profissão, desde sua origem como ofício prático vinculado aos canteiros de obras até sua consolidação como campo de saber técnico, científico e ético. A partir do ponto em que o arquiteto deixa de ser apenas um executor de construções para se tornar um pensador do espaço, assumindo gradualmente uma responsabilidade mais ampla diante das transformações sociais e urbanas. Essa evolução culmina, nos dias atuais, na

compreensão do arquiteto e urbanista como agente com função social, que deve ser ativo na promoção do bem-estar coletivo, cuja prática deve estar comprometida com a justiça socioespacial e a sustentabilidade. Essa função social está expressa nas diretrizes que regem a formação profissional no Brasil, buscando preparar indivíduos capazes de responder às complexidades das cidades contemporâneas. No caso específico da Universidade Federal de Pernambuco, percebe-se o esforço do curso de Arquitetura e Urbanismo em refletir esse compromisso em seu Projeto Pedagógico do Curso, centrando-se em uma formação crítica, interdisciplinar e conectada com os desafios locais. Assim, a trajetória da profissão se entrelaça com os caminhos formativos, revelando como o arquiteto urbanista é forjado não apenas para desenhar espaços, mas para intervir na realidade social com responsabilidade e consciência transformadora.

Adentrando no perfil do estudante, no capítulo 4, intitulado “O estudante de Arquitetura e Urbanismo da UFPE: perfil, motivações e expectativas”, a partir da aplicação de um formulário digital com perguntas fechadas e abertas, analisadas por meio de gráficos e leitura das respostas qualitativas, foi possível compreender melhor quem são esses estudantes, o que os move e o que esperam da profissão. A partir dessa análise percebe-se que o curso é composto por estudantes com trajetórias e condições socioeconômicas bastante diversas. Essas origens se transpõem diretamente nas motivações e anseios para a profissão. Apesar das diferenças, há um elemento comum que atravessa os relatos: o sonho. Seja o sonho da profissão em si, seja o desejo de transformar vidas por meio dela. Muitos estudantes demonstram vontade de atuar de forma socialmente engajada, buscando formas de impactar positivamente o espaço e as pessoas. Assim, o capítulo revela que, mais do que formar profissionais técnicos, a universidade abriga sonhos que, em grande parte, giram em torno da ideia de fazer diferença na vida real.

Em continuidade o capítulo 5, intitulado “Sensibilidade ao social: como a política de cotas influencia o perfil dos alunos na UFPE”, nasceu da necessidade de entender as raízes do perfil diverso e engajado que apareceu com bastante intensidade no capítulo anterior. A partir de dados quantitativos nacionais e institucionais, foi possível enxergar como a política de cotas tem reconfigurado o acesso à universidade pública ao longo dos últimos anos. No caso da UFPE, e mais especificamente no curso de Arquitetura e Urbanismo, essa política se traduz na

entrada constante de estudantes de diferentes marcadores de minorias sociais, como pessoas pretas e pardas, de baixa renda, com deficiências, indígenas e quilombolas. A análise dos dados permitiu observar, ano a ano, a presença e a sobreposição desses marcadores. Mais do que números, o que se vê é o reflexo de uma política que, ao abrir as portas da universidade, também abre espaço para novos olhares sobre a cidade e as possibilidades da profissão.

Os três capítulos supracitados se articulam em torno do objetivo específico de compreender a atuação do arquiteto e urbanista a partir de três dimensões fundamentais: sua formação acadêmica, seu perfil socioeconômico e suas motivações pessoais e profissionais.

Por fim, o Capítulo 6, intitulado “Arquitetura e urbanismo de impacto social como uma alternativa factual”, apresenta e analisa, conforme o terceiro objetivo específico deste trabalho, práticas de Arquitetura e Urbanismo de impacto social atuantes na Região Metropolitana do Recife, a partir da perspectiva do surgimento e da continuidade dessas organizações. A partir de entrevistas com quatro iniciativas locais, o capítulo revelou que essas organizações nascem, em grande parte, de um sentimento de inconformismo, por frustração com os caminhos tradicionais da profissão ou por uma consciência de classe que impulsiona a ação. Mas, para seguir existindo, muitas adotam modelos híbridos e criativos, que conciliam prestação de serviços e captação de recursos de diferentes modelos de negócios, garantindo sustentabilidade organizacional sem abrir mão de princípios. Redes colaborativas, programas de aceleração e parcerias também surgem como estratégias importantes de articulação e fortalecimento institucional. Mais do que uma forma de trabalho, essas experiências revelam que o impacto social é vivido como prática e propósito de vida, reafirmando que há outros caminhos possíveis para se exercer a Arquitetura e o Urbanismo de maneira comprometida com a transformação social.

Com isso, conclui-se que o trabalho contribui para a formação de um panorama da trajetória do estudante, do sonho com a profissão até a prática, perpassando pela sua trajetória acadêmica. Intrinsecamente, com esse apanhado de dados quantitativos e qualitativos, essa monografia fornece dados importantes sobre o corpo discente, que podem auxiliar os órgãos regentes e responsáveis pelo curso na tomada de decisões futuras. Além disso, o trabalho busca ser um “sopro de

esperança” para aqueles estudantes que sonham com o trabalho de impacto social, a partir do estudo comprobatório de que, sim, é possível trabalhar neste nicho de forma sustentável.

Como desdobramentos possíveis para essa pesquisa, que podem vir a ampliar esse estudo no futuro, destacam-se os seguintes pontos: uma análise aprofundada das plataformas de incubação, aceleração e redes articuladoras supracitadas; um estudo sobre ferramentas, políticas públicas e discurso político em nível municipal que impulsionam esse tipo de prática na cidade do Recife; e um aprofundamento de outros recortes minoritários, como o de pessoas com deficiências e suas vivências com o curso e a profissão.

8 Referências

ARBO. **Meu bairro brincante: Jardim Brasil II, Olinda - PE.** [S.l.], 2021. Disponível em:

<https://portal.arbo.org.br/projetos/meu-bairro-brincante-jardim-brasil-ii-olinda-pe-5595/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 1977.

BRASIL. Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968. **Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 jul. 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5465-3-julho-1968-358564-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 24 mai. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010. **Dispõe sobre o exercício da Arquitetura e Urbanismo e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAUs.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12378.htm. Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 24 mai. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.723, de 23 de novembro de 2023. **Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm. Acesso em: 25 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 6, de 2 de junho de 2010. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo.** Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5649-rces06-06&category_slug=junho-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 16 jul. 2025.

BRASIL. Projeto de Lei n.º 73, de 1999. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Autoria: Deputada Nice Lobão. Relatoria: Deputado Carlos Abicalil. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=330424&filename=Tramitacao-PL%2073/1999. Acesso em: 24 mai. 2025.

CASTRO, Josué de. **Homens e caranguejos**. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI. **Monólogo ao pé do ouvido**. In: Da lama ao caos [CD]. [S.l.]: Chaos/Sony Music, 1994.

CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI. **Um passeio no mundo livre**. In: Da lama ao caos [CD]. [S.l.]: Sony Music, 1994.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. **Ache um arquiteto**. Brasília, DF: CAU/BR, [s.d.]. Disponível em: <https://acheumarquiteto.caubr.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. **Censo 2020**. Disponível em: https://caubr.gov.br/censo2020/?page_id=20. Acesso em: 13 jul. 2025.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. **Censo dos arquitetos e urbanistas: comparativo 2012–2020**. Brasília, DF: CAU/BR, 2020. Disponível em: https://www.caubr.org.br/wp-content/uploads/2021/12/CAU-Brasil_Comparativo-Censo-Arquitetos-e-Urbanistas_2012-2020.pdf. Acesso em: 22 jan. 2025.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. **Código de Ética e Disciplina**. 2019. Disponível em: https://www.caubr.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Folder-codigo_etica-1309-WE-B-completo.pdf. Acesso em: 13 mai. 2025.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. **Pesquisa Datafolha: 82% das moradias do país são feitas sem arquitetos ou engenheiros**. Brasília, DF: CAU/BR, 2022. Disponível em: <https://www.caubr.org.br/pesquisa-datafolha-82-das-moradias-do-pais-sao-feitas-sem-arquitetos-ou-engenheiros>. Acesso em: 19 jun. 2025.

CONSTRUÇÃO civil vive crise sem precedentes no Brasil. Exame, 16 jan. 2015. Disponível em: <https://classic.exame.com/revista-exame/a-crise-e-a-crise-da-construcao/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

FIDELIS, Bianca Nascimento. **Arquitetura e profissão: uma abordagem histórica e de gênero**. 2022. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

FILGUEIRAS, Octávio Lixa. **Da Função Social do Arquitecto**. 2. ed. Porto: Escola Superior de Belas-Artes do Porto, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

IGEO. **Arquitetos e Urbanistas: dados públicos (dashboard)**. Sistema de Inteligência Geográfica do CAU/BR, [s.l.], 2024. Disponível em: <https://gisserver.caubr.gov.br/arcgis/apps/sites/#/novoigeo>. Acesso em: 16 abril 2025.

INEP. **Apresentação Censo da Educação Superior 2023**. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/documentos/2023/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2023.pdf. Acesso em: 13 jun. 2025.

INEP. **Censo da educação superior 2023: resultados preliminares**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/documentos/2023/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2023.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Rankings**. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/rankings/>. Acesso em: 13 nov. 2025.

MARICATO, Ermínia. **“Para mim, o centro de tudo é a questão da justiça social”**. Brasil de Fato, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/01/para-mim-o-centro-de-tudo-e-a-questao-da-justica-social/>. Acesso em: 16 fev. 2025.

MARICATO, Ermínia. **Entrevista sobre o papel social da arquitetura**. Entrevistadores: SOARES, Alessandra; MAIA, Artur; ROSS, Pedro. Vitruvius, 2019. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/20.078/73>. Acesso em: 12 dez. 2024.

MARICATO, Ermínia. **O automóvel e a cidade**. Santa Maria: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2008.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Abdias Nascimento e as políticas afirmativas. Revista Terceiro Milênio, [S. l.], 2013.

PIMENTA, Paula. Senado Federal. **Lei de cotas: dez anos da norma que garantiu direitos e derrubou o mito da democracia racial**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/lei-de-cotas-dez-anos-da-norma-que-garantiu-direitos-e-derrubou-o-mito-da-democracia-racial>. Acesso em: 20 mai. 2025.

PORTO SOCIAL. **Sobre. Porto Social**. Disponível em: <https://portosocial.org/sobre>. Acesso em: 19 jun. 2025.

RIBEIRO, Stephanie. **A arquitetura precisa reconhecer além do papel social os debates sobre raça e gênero**. ArchDaily Brasil, 2016. [<https://www.archdaily.com.br/br/788948/a-arquitetura-precisa-reconher-alem-do-papel-social-os-debates-sobre-raca-e-genero>]. Acesso em: 13 mar. 2025.

RUSSO, Tacio. **A cidade desloca a retina**. Quatro Cinco Um, São Paulo, Folha de S. Paulo, out. 2022. Disponível em: <https://www.quatrocincoum.com.br>. Acesso em: 13 nov. 2025.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Mirtes Aparecida dos. **"Pós-Durban": a importância da Conferência Mundial de Durban para o combate ao racismo no Brasil (2001-2014)**. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

SENKEVICS, Adriano Souza. **Expansão recente da educação superior: 2009–2021**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023. (Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, n. 4). Disponível em: https://proifes.org.br/wp-content/uploads/2023/09/INEP-Cadernos-4_Exp-Recente-E-S-2021_.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.

SINDUSCON-PR. **Construção civil cresce 43% em 2024 e impulsiona economia nacional**. [S.l.], 2025. Disponível em: <https://sindusconpr.com.br/construcao-civil-cresce-43-em-2024-e-impulsiona-economia-nacional-6267-p>. Acesso em: 13 mar. 2025.

SOUZA, J. V. P. de. **Identidade negra e (des)igualdade racial nos discursos sobre a política de cotas na UFPE**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Caruaru, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Coordenação de Arquitetura e Urbanismo. **Projeto Pedagógico**. Recife: UFPE, 2010. Disponível em: <https://www.ufpe.br/coord-arquitetura-e-urbanismo/projeto-pedagogico>. Acesso em: 13 mar. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Edital nº 16/2025 de cadastramento e pré-matrícula – SISU 2025**. Recife, 2025. Disponível em: <https://sisu.ufpe.br/arquivos/2025/16-01%20EDITAL%202025%20DE%20CADASTRAMENTO%20E%20PR%C3%89-MATR%C3%8DCULA%20SISU%202025.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2025.

VIVENDA. **Quem somos. Vivenda**. Disponível em: <https://www.vivenda.io/quem-somos>. Acesso em: 19 jun. 2025.

YUNUS, Muhammad. **31 Muhammad Yunus quotes to inspire you to greatness. Change Creator**. Disponível em: <https://changecreator.com/31-muhammad-yunus-quotes-to-inspire-you-to-greatness/>. Acesso em: 16 jul. 2025.

9 Apêndice A: Formulário digital para alunos

Perfil Arquitetura e Urbanismo UFPE

Oie, tudo bem?

Esse formulário tem um intuito de mapear os perfis dos estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE. As respostas são anônimas e serão utilizadas para a construção do meu TC.

Tem alguma dúvida? Algum comentário? Fala comigo!

81 9 [redacted] Mayra

* Indica uma pergunta obrigatória

Primeiro, algumas perguntinhas pessoais

Lembrando, esse formulário é 100% anônimo. Se não se sentir confortável respondendo essas perguntas, use o "prefiro não responder". Caso sinta que essas alternativas não atendam seu perfil, fique a vontade para se autodescrever em "outros..."

Qual das seguintes opções melhor representa sua faixa etária? *

- Até 17 anos
- 18 a 20
- 21 a 29
- 30 a 39 anos
- 40 a 49
- 50 a 59
- 60 anos ou mais

Qual das seguintes opções melhor representa sua identidade de gênero? *

Dúvidas sobre os termos *cis*, *trans* e *não binária*? Confira [esse artigo](#)

- Mulher cis
- Mulher trans
- Homem cis
- Homem trans
- Não binária
- Prefiro não responder
- Outro: _____

Qual das seguintes opções melhor descreve sua renda pessoal ou familiar (per capita) mensal? *

- R\$ 0 a R\$ 2.000
- R\$ 2.001 a R\$ 5.000
- R\$ 5.001 a R\$ 7.000
- R\$ 7.001 a R\$ 10.000
- R\$ 10.001 a R\$ 15.000
- R\$ 15.001 a R\$ 19.999
- Acima de R\$ 20.000
- Prefiro não responder

Como era sua escola antes da faculdade? *

- Pública
- Particular
- Particular com bolsa
- Outro: _____

Qual sua cidade de origem? *

Por favor use o formato **Cidade - UF**

Sua resposta _____

Agora algumas perguntinhas sobre você como graduando

Qual seu período? *

- Primeiro
- Segundo
- Terceiro
- Quarto
- Quinto
- Sexto
- Sétimo
- Oitavo
- Nono
- Décimo
- Outro: _____

Quais áreas da arquitetura e urbanismo mais despertam seu interesse? *

- Edificação e construção
- Planejamento urbano
- Paisagismo
- Design de interiores
- Pesquisa
- Restauração
- Comunicação visual
- Arquitetura verde
- Luminotécnica
- Arquitetura industrial
- Outro: _____

Você já teve alguma experiência de trabalho na área de arquitetura e urbanismo? *

- Sim
- Não

Em poucas palavras, o que te motivou a escolher o curso? *

Sua resposta _____

Quais são os seus maiores expectativas como estudante? Como você se imagina * atuando na área após a graduação?

Sua resposta _____

Em uma escala, quão bem preparado você se sente para atuar no mercado de trabalho? *

Muito pouco 1 2 3 4 5 Muito bem

Em uma escala, quão bem preparado você se sente para empreender no ramo? *

Muito pouco 1 2 3 4 5 Muito bem

Você acha que a arquitetura e urbanismo têm o potencial de resolver problemas * sociais e ambientais?

Muito pouco 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Muito potencial

Quais são os problemas mais urgentes que você acha que a arquitetura e urbanismo deveria abordar no seu bairro ou cidade? *

Sua resposta _____

Você já teve alguma experiência trabalhando com impacto social e/ou ambiental * por meio da arquitetura e urbanismo?

- Sim
 Não

Caso a resposta tenha sido sim, descreva um pouco sobre essa experiência

Sua resposta _____

Topa conversar mais? Deixa teu nome e número!

Estou escrevendo sobre empreendedorismo social na área e adoraria conversar sobre suas vivências na graduação e sua experiência profissional

Sua resposta _____

Enviar

Página 1 de 1

Limpar formulário

10 Apêndice B: Ingressantes por cotas em Arquitetura e Urbanismo, UFPE. 2021 - 2025

Período de ingresso	Tipo de cota	Quantidade de ingressantes	Total de ingressantes cotistas por ano	Legenda para os termos utilizados pela UFPE
2021.1	L1	4	51	<p>L1 - Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.</p> <p>L2 - Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.</p> <p>L5 - Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.</p> <p>L6 - Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.</p> <p>L9 - Candidatos com deficiência que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.</p> <p>L10 - Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.</p> <p>L13 - Candidatos com deficiência que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.</p> <p>L14 - Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.</p>
	L13	1		
	L2	8		
	L5	3		
	L6	8		
	L9	1		
2021.2	L1	4		
	L2	9		
	L5	5		
	L6	8		
2022.1	L1	5	55	
	L10	1		
	L14	1		
	L2	7		
	L5	6		
	L6	7		
2022.2	L1	6		
	L2	9		
	L5	5		
	L6	8		

2023.1	L1	3	52	L1 - Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
	L3	9		L2 - Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
	L5	5		L3 - Candidatos autodeclarados pretos ou pardos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas
	L7	7		L4 - Candidatos autodeclarados indígenas com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas
	L8	1		L5 - Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
	L9	1		L6 - Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
2023.2	L1	5		L7 - Candidatos autodeclarados pretos ou pardos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012)
	L3	8		L8 - Candidatos autodeclarados indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012)
	L5	4		L9 - Candidatos com deficiência que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
	L7	9		L10 - Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).

				<p>familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).</p> <p>L13 - Candidatos com deficiência que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).</p> <p>L14 - Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).</p> <p>L15 - Candidatos com deficiência autodeclarados pretos ou pardos que, independentemente de renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).</p>
2024.1	LB_EP	2	53	<p>LB_PP: Candidatos autodeclarados pretos ou pardos, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas ou em escolas comunitárias que atuam no âmbito da educação do campo conveniadas com o poder público (Lei nº 12.711/2012, alterada pela Lei nº 14.723/2024).</p> <p>LB_I: Candidatos autodeclarados indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas ou em escolas comunitárias que atuam no âmbito da educação do campo conveniadas com o poder público (Lei nº 12.711/2012, alterada pela Lei nº 14.723/2024).</p> <p>LB_Q: Candidatos autodeclarados quilombolas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas ou em escolas comunitárias que atuam no âmbito da educação do campo conveniadas com o poder público (Lei nº 12.711/2012, alterada pela Lei nº 14.723/2024).</p> <p>LB_PCD: Candidatos com deficiência, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas ou em escolas comunitárias que atuam no âmbito da educação do campo conveniadas com o poder público (Lei nº 12.711/2012, alterada pela Lei nº 14.723/2024)</p> <p>LB_EP: Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo</p>
	LB_PCD	1		
	LB_PP	11		
	LI_EP	3		
	LI_PP	9		
2024.2	LB_EP	1		
	LB_PP	14		
	LI_EP	3		
	LI_I	1		
	LI_PP	8		
2025.1	LB_EP	2	50	
	LB_PCD	1		
	LB_PP	9		
	LI_EP	3		
	LI_PCD	1		
	LI_PP	9		
2025.2	LB_EP	1		

	LB_PCD	2		<p>que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas ou em escolas comunitárias que atuam no âmbito da educação do campo conveniadas com o poder público (Lei nº 12.711/2012, alterada pela Lei nº 14.723/2024).</p> <p>LI_PP: Candidatos autodeclarados pretos ou pardos, independentemente da renda, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas ou em escolas comunitárias que atuam no âmbito da educação do campo conveniadas com o poder público (Lei nº 12.711/2012, alterada pela Lei nº 14.723/2024).</p> <p>LI_I: Candidatos autodeclarados indígenas, independentemente da renda, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas ou em escolas comunitárias que atuam no âmbito da educação do campo conveniadas com o poder público (Lei nº 12.711/2012, alterada pela Lei nº 14.723/2024).</p> <p>LI_PCD: Candidatos com deficiência, independentemente da renda, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas ou em escolas comunitárias que atuam no âmbito da educação do campo conveniadas com o poder público (Lei nº 12.711/2012, alterada pela Lei nº 14.723/2024).</p> <p>LI_EP: Candidatos que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas ou em escolas comunitárias que atuam no âmbito da educação do campo conveniadas com o poder público (Lei nº 12.711/2012, alterada pela Lei nº 14.723/2024).</p>
	LB_PP	9		
	LB_Q	1		
	LI_EP	1		
	LI_I	1		
	LI_PCD	2		
	LI_PP	8		

11 Apêndice C: Roteiro de entrevista com organizações de Arquitetura e Urbanismo social

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Artes e Comunicação
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Curso de Arquitetura e Urbanismo

Entrevista escritórios

Este roteiro de entrevista compõe parte da pesquisa qualitativa do Trabalho de Curso da concluinte Mayra Geovanna de Sousa Santos, do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE, semestre 2025.1, intitulado "Do sonho à prática: um estudo sobre motivações e aspirações de estudantes e egressos de Arquitetura e Urbanismo da UFPE", e tem como objetivo compreender como se dá a atuação de escritórios de arquitetura e urbanismo que trabalham na área de impacto social e de que forma eles interagem com estudantes e egressos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo de Recife. Desde já, agradecemos sua colaboração e disponibilidade.

1. Como e quando surgiu a iniciativa de atuar com projetos de impacto social na área de arquitetura e urbanismo?

Justificativa: Compreender as motivações e o contexto inicial da criação do projeto ou empresa, fornecendo um panorama sobre a origem da atuação com impacto social

2. Quais foram os principais desafios enfrentados ao iniciar e consolidar projetos de impacto social na cidade de Recife?

Justificativa: Identificar os obstáculos enfrentados pelos empreendedores ajuda a compreender as dificuldades práticas da implementação de projetos sociais em contextos urbanos desiguais

3. Que estratégias e metodologias (aqui abordar desde o marketing e captação de clientes, como a viabilidade econômica do escritório) têm se mostrado mais eficazes na promoção de impacto social por meio dos projetos executados? De que maneira a empresa garante a sustentabilidade econômica pra si (como empresa)?

Justificativa: A resposta pode identificar práticas que podem servir como referência para outros profissionais e estudantes interessados em seguir o mesmo caminho

4. De que maneira o contexto urbano de Recife influencia as demandas e os objetivos dos projetos desenvolvidos?

Justificativa: A resposta deve explicar como as especificidades locais moldam os projetos de impacto social, considerando as desigualdades e as potencialidades da cidade

5. Quais são os principais fatores que contribuem para a continuidade e sustentabilidade dos projetos de impacto social na área?

Justificativa: Identificar elementos que garantem a longevidade dos projetos pode ajudar a compreender a viabilidade prática de empreendimentos sociais na arquitetura e urbanismo

6. Esta área de atuação, com projetos de impacto social, influencia na realização profissional dos envolvidos (fundadores e colaboradores)? De que forma?

Justificativa: Esta pergunta visa explorar se e como o engajamento com iniciativas sociais contribui para a satisfação profissional

7. De que forma vocês percebem o envolvimento dos profissionais de arquitetura e urbanismo com práticas de impacto social no contexto atual?

Justificativa: Entender a percepção sobre o engajamento deve ajudar a refletir sobre como a formação acadêmica e as expectativas profissionais se traduzem na prática

8. Vocês recebem estudantes e ou egressos de cursos de Arquitetura e Urbanismo de Recife para atuarem ou estagiar em seu escritório? Se sim, como ocorre esta relação (desde o contato até as atividades desenvolvidas)

9. Ao longo do tempo, vocês observam alguma mudança no perfil ou quantitativo desses estudantes ou egressos, na área de impacto social?

10. Que conselhos, dicas ou sugestões vocês dariam para jovens arquitetos e urbanistas que desejam atuar com impacto social?

Justificativa: Esta pergunta busca oferecer um direcionamento prático para estudantes e recém-formados que desejam se engajar nesse campo e pode ser um ponto importante para o trabalho